



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



João Miguel Cid Brito

O POVOAMENTO RURAL ROMANO ENTRE O
MONDEGO E O COBRAL

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade de Arqueologia Romana, orientada pelo Professor Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, apresentada ao Departamento de Arqueologia, Artes, Estudos Europeus e História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

O POVOAMENTO RURAL ROMANO ENTRE O MONDEGO E O COBRAL

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	O povoamento rural romano entre o Mondego e o Cobral
Autor/a	João Miguel Cid Brito
Orientador/a(s)	Professor Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho
Júri	Presidente: Professora Doutora Helena Maria Gomes Catarino
	Vogais:
	1. Mestre Rui Miguel Marques da Silva
	2. Professor Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade/Ramo	Arqueologia Romana
Data da defesa	19-02-2021
Classificação	17 valores



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



“As nossas hipóteses aqui ficam, numa tentativa de entender um passado que não é, todavia, fácil de compreender. Outros poderão olhar as coisas doutra forma e verão o que nós, distraídos ou menos informados, não teremos talvez visto. Outros corrigirão o que mal pensado tiver sido; dirão, de coisas que dissemos, que não podem ter sido assim e farão história mais lúcida e mais credível. Conhecer é um processo dialéctico: para que alguém diga a verdade é por vezes necessário que outro, antes, tenha errado. Talvez algumas coisas possam ser de novo olhadas para se verem nelas outros sentidos; mas se alguém disser que elas não têm a significação que lhes propusemos, negar o que dissemos será já um aprofundamento do que se poderá delas saber.”

Jorge de Alarcão

À minha Avó Tilita

Agradecimentos

Uma breve e singela homenagem a todos aqueles que tornaram possível esta dissertação, aos quais se faz neste momento o merecido agradecimento, mas também àqueles que, pela amizade, nunca deixaram que esmorecesse neste processo.

Ao Sr. Professor Doutor Pedro Jorge Cardoso de Carvalho, que orientou esta dissertação, mas também por todo o apoio prestado bem como pelas palavras de incentivo.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, professor José Carlos Alexandrino Mendes.

À Sr.^a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, professora Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.

Aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e das Uniões de Freguesia deste Município de Oliveira do Hospital.

Ao mestre e amigo Rui Miguel Marques da Silva, arqueólogo municipal da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, por todo o apoio e conhecimento que permitiu um estudo mais profícuo acerca do território concelhio. Obrigado Rui, pela experiência de 2010, na cidade romana de Bobadela, que me fez determinar a área científica a seguir.

Ao João Veloso, Mariana Ferreira e Vítor Paulo Fernandes, colegas e amigos do centro interpretativo das ruínas romanas de Bobadela que, continuamente, não me deixaram desistir deste processo, e sempre me incentivaram a fazer mais e melhor.

À Dr.^a Paula Frade, assessora da Sr.^a Vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, por todas as palavras de incentivo, bem como pela leitura atenta à minha dissertação.

Ao Paulo Filipe, pela amizade. Mas também, por todas as horas perdidas na revisão da minha dissertação, e pelo aconselhamento ao longo de todo este processo moroso, mas desafiante.

A todos os colegas de arqueologia, que não nomearei para não me esquecer de nenhum. Convosco fui partilhando os meus pontos de vista e as minhas teorias para cada sítio, acerca das materialidades e na leitura conjunta do povoamento.

A todos os populares que participaram ativamente nesta dissertação, de forma mais intensa uns que outros. Quer na partilha da cultura oral, que urge perpetuar, quer na ajuda da localização de sítios arqueológicos, como lagaretas e sepulturas.

Por último, aos que me acompanham mais de perto: aos meus pais, ao meu irmão e à Andreia. Não vos deixei para último por desconsideração, mas porque as últimas palavras que se proferem são as que ficam mais tempo no ouvido e na memória. Obrigado pela compreensão nos dias em que a paciência era diminuta, pelo constante incentivo, por perguntarem o estado da dissertação – não por quererem que ela ficasse feita em tempo recorde, mas porque não me queriam ver esmorecer - e pela confiança.

Obrigado Pedro Rúben, meu irmão, pelo apoio incondicional na dissertação como na vida. Pelos infundáveis ‘cafés’ onde discutíamos acerca da arqueologia, do património e da legislação aplicada. Por me acompanhares nas incursões a sítios arqueológicos, e na recolha de materiais, como aquele numisma que não acreditavas que aparecesse ali. E ainda, por todas as horas perdidas na revisão desta dissertação. Agora sou eu que digo, “e a tua tese?”.

Obrigado Pai, que mesmo permanecendo muito deste tempo em silêncio, sentia perto a tua presença e apoio. Obrigado Mãe, pela presença constante, pelo baluarte inamovível que és, permitindo-me ir cada vez mais longe. Por acreditares nas minhas capacidades e pelas palavras de alento, nos momentos em que desistir parecia o caminho mais fácil. Obrigado Andreia por me acompanhares. Pela paciência, e palavras de estímulo, pelo amor e carinho.

RESUMO

O quadrante norte do concelho de Oliveira do Hospital, entre os rios Mondego e Cobral, é parte integrante do território da *civitas* de Bobadela e foi definido como o nosso território de estudo. O conhecimento do povoamento rural romano neste território era ainda incipiente, uma vez que, ao longo de décadas, a investigação da arqueologia romana versou mais sobre o núcleo urbano da *splendidissima civitas* – Bobadela – sendo essa a primeiríssima prioridade da investigação. Embora sempre relacionada com esta, pretendemos neste trabalho ter uma melhor perceção da análise do povoamento rural romano, sem deixar de ter como referência o pré-romano e o da época medieval, no território compreendido entre o Mondego e o Cobral. Para o efeito, centrámos a nossa investigação na identificação de sítios arqueológicos de época romana. A principal forma de fazer essa identificação foi através da prospeção arqueológica de superfície, aliando a outras formas de reconhecimento, como a toponímia, informações orais, documentos medievais e modernos, entre outros, enquanto fontes capazes de auxiliar o planeamento das prospeções no terreno. Todas estas fontes foram parte integrante de uma metodologia que orientou esta nossa dissertação. Após o trabalho de campo sistematizámos os dados numa ficha de inventário, onde identificámos e descrevemos cada sítio arqueológico. Procurámos quer nos inéditos, quer nos revisitados, reunir e sistematizar informações acerca dos mesmos, bem como registar informações orais, que apesar de não ter correspondência ou as vislumbrarmos em campo, fossem sugestivas sob o ponto de vista arqueológico, podendo as mesmas corresponder a dados importantes para a melhor compreensão deste território e do seu povoamento antigo.

Ainda que analisando sumariamente os materiais recolhidos em prospeção, ou detendo mais tempo na análise dos materiais exumados no âmbito de anteriores investigações, procurámos também por esta via reunir e acrescentar conhecimento acerca do povoamento antigo identificado nesta parte do território da *splendidissima*

civitas. Frequentemente, são estes os “fósseis diretores” que permitem uma classificação tipológico-cronológica dos sítios arqueológicos, de uma forma mais segura. Finalmente, em termos da rede viária, quer através da epigrafia conhecida e documentada, quer dos percursos lajeados, e ainda tendo como premissa a rede de povoamento romano conhecido e a localização das capitais de *civitates*, propusemos o trajeto de alguns eixos que ligariam as capitais de *civitates*, uns já conhecidos, outros por nós pela primeira vez propostos com base numa análise mais detalhada e no terreno.

Palavras-chave: Povoamento rural romano, Rede viária romana, Oliveira do Hospital, Bobadela.

ABSTRACT

The northern quadrant of the municipality of Oliveira do Hospital, between the rivers of Mondego and Cobral, is an integral part of the territory of the *civitas* of Bobadela. The knowledge of the Roman rural settlement in this administrative area was still incipient, since over decades, the investigation of Roman archeology has dealt more with the urban settlement of the capital of the *civitas* - Bobadela - this being the first priority of this investigation. Continuing with this, we intend to have a better perception of the analysis of pre-Roman settlement until medieval times, in an underlined territory, through the identification of archaeological sites.

The main way to make this identification was through surface archaeological exploration, combining other forms of knowledge, such as toponymy, oral information, medieval and modern documents, among others. All these information sources were an integral part of a methodology that guided our dissertation. After the fieldwork, we carried out an inventory sheet, where we generically identified each archaeological site.

We looked to both the unpublished and the revisited to leave information about them, as well as data that although we could not see in the field, it can correspond to important knowledge for a better understanding of the territory and its population.

Finally, even though our brief analysis of the collected materials in the prospection, and spending more time on the materials previously exhumed, in the scope of previous investigations, we tried to transmit knowledge about the ancient settlement. Often, these are the fossil directors that allow a typological-chronological classification of archaeological sites, in a more secure way.

In terms of the road network, either through the well-known and documented epigraphic culture, or through the paved paths, and still with the premise of the known Roman settlement network, we proposed some axes that would link the capitals of civitas, some already known, others firstly proposed by us.

Keywords: Roman rural settlement, Roman road network, Oliveira do Hospital, Bobadela.

Índice

1. Introdução.....	1
2. O Estado da Arte	10
2.1. O povoamento rural romano: uma smula das investigações.....	10
3. Metodologia.....	21
4. Inventariao dos sítios arqueológicos.....	30
5. A rede viária romana entre espaços urbanos e rurais	45
6. O povoamento pr-romano	56
6.1. O povoado de São Cosme e a potencialidade de exploração de recursos.....	56
7. O povoamento romano	64
7.1. Villae	69
7.2. Quintas.....	75
7.3. Casais e pequenos sítios.....	78
7.4. Sítios indeterminados	80
8. O povoamento medieval: entre as dúvidas e as evidências arqueológicas	81
8.1. As sepulturas escavadas na rocha e o povoamento alto medieval	84
8.1.1. Sepulturas isoladas	86
8.1.2. Conjuntos de 2/3 sepulturas	87
8.1.3. Necrópoles	87
8.2. Os lagares rupestres: estruturas problemáticas na sua datação	89
9. Consideraes finais e linhas de investigação futuras	93
10. Bibliografia	100

1. Introdução

A presente dissertação foi realizada no âmbito do mestrado em Arqueologia e Território, na especialidade de Arqueologia Romana, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Pedro C. Carvalho, intitulada “O povoamento rural romano entre o Mondego e o Cortal”. Propõe-se traduzir os resultados da investigação em gabinete e no terreno desenvolvida entre setembro de 2017 e abril de 2020 e compilar o conhecimento antigo neste território, quer do já identificado ao inédito, permitindo a abertura de novas propostas interpretativas e leituras.

Permitam-nos, ainda que não seja protocolar, dar algumas notas no preâmbulo da dissertação. Urge, neste momento, fazer um agradecimento ao executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, na pessoa do seu presidente, professor José Carlos Alexandrino, e da vereadora da cultura, professora Graça Silva, que desde a primeira hora demonstraram o seu apoio. Procuraram, junto dos autarcas das juntas de freguesia sensibilizá-los para a importância desta investigação que ora apresentamos. E ainda pela implementação do projeto “Férias Ativas¹”, realizado junto das crianças e jovens deste concelho, que tenta fomentar junto deste público-alvo o gosto pela defesa patrimonial. Onde, no decurso deste projeto, alguns sítios arqueológicos foram visitados, juntamente com os “mais novos” e com o apoio dos arqueólogos da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

Inicialmente pensámos em fazer uma investigação concelhia. No entanto, considerámos que o espaço geográfico era bastante vasto², não permitindo uma

1 Projeto da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital em estreita colaboração com a Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital e com a Biblioteca Ludoteca de Lagares da Beira, com as crianças e jovens dos 6 aos 13 anos, que abordam diferentes áreas do saber, no território concelhio, tal como, a oficina do património e da arqueologia.

2 O concelho de Oliveira do Hospital possui cerca de 214 km² divididos entre as suas 16 freguesias e uniões de freguesia. No entanto, o nosso objeto de estudo versa sobre apenas seis freguesias e uniões de freguesia: freguesia de Seixo da Beira, união das freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da

leitura atenta de todo este território. Todavia, acabaria por se concluir de que haveríamos investigado mais intensamente uma parte do território em detrimento de outra.

Tendo isso em conta, e procurando ser mais objetivos e pragmáticos, delimitámos o nosso objeto de estudo no quadrante norte do concelho. A mesma demarcação teve em consideração fronteiras naturais – o rio Mondego e o rio Cobral. Esse contexto, administrativamente, abarca as freguesias de Seixo da Beira, união das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Lagares da Beira, Meruge, Travanca de Lagos e união de freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa. As fronteiras encontram-se bem delimitadas: conflui a norte, com o rio Mondego, fazendo fronteira com o território do concelho de Nelas; a nordeste com o concelho de Carregal do Sal; a oeste o concelho de Tábua; a este com o concelho de Seia; a sul com a união de freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços; a sudoeste a freguesia de Bobadela; e a sudeste a união de freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira (Anexo I, Mapa 2).

Se analisarmos este território a partir da divisão político-administrativa romana - delimitada por Augusto – o espaço em estudo localiza-se no interior norte da província romana da Lusitânia (Anexo I, Mapa 2), no *Conventus Iuridici Scalabitanus*, no extremo norte do *territorium* da *civitas* de Bobadela (Anexo I, Mapa 3 e 4). Quanto a esta última circunscrição, os limites do território da *civitas* de Bobadela são ainda bastante dúbios em algumas zonas³, não sendo possível delimitá-lo totalmente de forma correta ou isenta de dúvidas.

Beira, freguesia de Lagares da Beira, freguesia de Meruge, união das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, freguesia de Travanca de Lagos.

3 O território da *civitas* de Bobadela foi um tema bastante discutido por Jorge de Alarcão e João Inês Vaz, sendo que o primeiro refere que as suas fronteiras eram limites naturais, no caso específico apontando, como possível limite, o *terminus augustalis*, que se encontra na capela de São Bartolomeu, em Guardão, Tondela, em plena serra do Caramulo (Alarcão, 2003: 158). Essa epígrafe datada do ano 4 d.C., que se encontra incompleta, mas da qual ainda se pode ler: IMP · CAESAR DI/XIII · TRIB(*unicia*) · POTES(*tade*)/ AUGUST · INTER(*mn*)/IE(*n*)SES · Q · ARTICLE/CAUSA · COGNI. Já João Luís Inês Vaz refere-se às fronteiras desta *civitas*, dando conta da importância como limite territorial do rio Mondego, quer na antiguidade quer até aos nossos dias, podendo este ser o limite

Como forma de abordagem, propusemo-nos a revisitar as evidências arqueológicas já conhecidas, mas também identificar através de trabalho de campo, e com o auxílio de outras ferramentas, sítios inéditos. Se estes sítios, isoladamente, nos dão poucas informações, no conjunto, entendidos em rede, sê-lo-ão importantes para identificar, cartografar e compreender qual o padrão de povoamento rural em época romana e a evolução da ocupação dos sítios e do território ao longo do tempo.

Geologicamente, a área em estudo localiza-se no Maciço Antigo Ibérico (Lourenço, 2007: 14), sendo na sua maioria, uma região com presença granítica. Ainda assim, não desvalorizando a existência de outras rochas, “Além do granito, existem algumas manchas xistentas, rochas filonianas e depósitos modernos de cobertura” (Teixeira *et alii*, 1961: 8). A geologia do nosso caso de estudo encontra-se documentada no mapa geológico de Santa Comba Dão, folha 17-C. No entanto, este não cobre todo o território em estudo. O vasto território integrante nesta notícia explicativa, apenas abrange o espaço delimitado pelas cartas militares nº 200 e 211. As freguesias de Travanca de Lagos e a união das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa não constam neste estudo, sendo barreira à investigação. Ao invés, a freguesia de Seixo da Beira e a união das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, possuem um estudo aprofundado dos seus depósitos geológicos, pela riqueza que apresentam em subsolo. Na região do Mondego, mais precisamente entre as aldeias de Ervedal e Vila Franca da Beira, apresentam-se depósitos arcósico-argilosos. Estes depósitos caracterizam-se por dar origem a explorações minerais, ligadas à exploração do estanho. Relativamente aos metassedimentos, é possível perceber através da análise cuidada da cartografia que existem, “encraves xistentos na rocha granítica” (Idem: 13), na zona da Várzea de Meruge (ainda que já no concelho de Seia, muito próxima do limite da nossa área de estudo) e a presença de corneanas quartzo-feldspáticas, junto de Meruge, nas imediações do curso do rio Cobral. No que diz

das *civitates* de Bobadela e *Vissaium* (ainda hoje constitui o limite do distrito de Coimbra e Viseu) (Vaz, 1998: 325). Recentemente, Pedro C. Carvalho e Rui Miguel Silva, propõem que o território terá sido delimitado por volta do ano 4-6 d.C. e que os seus limites serão as serras da Estrela, do Açor e do Caramulo, e a norte o rio Mondego. Contudo, não desvalorizam a inscrição de Guardão, como hipotético limite (Carvalho e Silva, 2018: 23).

respeito aos granitoides, mais precisamente na área de Seixo da Beira e Fiães da Beira (aqui ainda referenciado como Fiães do Ervedal – antiga toponímia do local), a existência de “granito porfiroide grosseiro” (Idem: 20), denominado popularmente pelo granito ‘dente de cavalo’. Por seu turno, na região de Lagares da Beira, Póvoa de São Cosme, entre outros locais, o tipo de granito verificado é, uma pequena variação do granito envolvente, sendo de grão médio a fino, não porfiroide com a presença de duas micas.

Para além do granito que caracteriza genericamente o território geologicamente, há igualmente, rochas filonianas. Destas destacam-se os filões quartzíticos e os aplito-pegmatíticos. Ambos, encontram-se perfeitamente enquadradas no complexo granítico e nos locais xistentos. Primeiramente, os filões quartzíticos acompanham o rio Mondego. A esse exemplo, vejamos o filão quartzítico da Penha (Póvoa de São Cosme, união de freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira), num cabeço sobranceiro ao rio Mondego, com a predominância de quartzo leitoso. Em segundo lugar, os filões aplito-pegmatíticos encontram-se com frequência no território das freguesias de Seixo da Beira, Ervedal e Vila Franca da Beira, Lagares da Beira e Meruge. A sua composição é variada, conforme a notícia explicativa, “Os principais componentes dos pegmatíticos são quartzo, feldspatos (geralmente róseos), moscovite e turmalina. Contêm, além disso, berilo.” (Teixeira *et alii*, 1961: 25).

Por último, quanto à economia extrativa dos minérios, importa fazer referência quer à mineração aurífera, quer à presença de depósitos estanho-titaníferos (Teixeira *et alii*, 1961: 26-27). No que concerne à mineração aurífera, esta encontra-se presente no quadrante sul do concelho de Oliveira do Hospital – onde anteriores investigações identificaram conheiras, no curso dos rios Alva e Alvôco. Ao longo destas linhas hidrográficas, sublinhe-se, foi possível identificar recentemente uma das maiores concentrações de explorações auríferas peninsulares (Sanchez-Palencia e Currás Refojos, 2017: 403-404). Já no respeitante aos depósitos

estano-titaníferos, identificamos a sua presença no nosso território de estudo. Para alguns, conhece-se em período moderno e contemporâneo a sua exploração.

Procurámos que a investigação assentasse numa metodologia arqueológica concreta: a prospeção arqueológica de superfície. Sabemos o quão difícil se torna para o arqueólogo compilar informações de vários sítios, com base somente nos vestígios de superfície, tentando desenhar o padrão de povoamento para um dado território. Os dados que dispúnhamos são sempre reduzidos para que seja possível fazer uma análise bem fundamentada da realidade arqueológica. Ainda assim, no intuito de recolher mais dados, ao longo do período da nossa licenciatura, visitámos e prospectámos, por diversas vezes, os sítios arqueológicos do Olival dos Pobres e do Passal I (Ervedal e Vila Franca da Beira), estes já referenciados como prováveis sítios de cronologia romana e alto-medieval.

Almejando progredir no conhecimento arqueológico concelhio, procurámos contribuir para dar cumprimento ao Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital⁴, de modo a que futuramente se possa chegar à carta arqueológica de Oliveira do Hospital. Os dados apresentados nesta dissertação poderão também servir para uma contínua investigação sobre os temas e/ou locais aqui identificados, sendo este trabalho uma porta para futuros trabalhos.

Para a localização e interpretação de sítios arqueológicos foram utilizadas diversas informações, das mais relevantes àquelas que devem ser recolhidas e analisadas com o maior espírito crítico, desde as informações escritas às informações orais. Nas últimas décadas, a arqueologia tem-se preocupado bastante com a modernização dos seus métodos. Também pretendemos, através da

4 O Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital, na sua atual redação (1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital – Aviso nº 10986/2014 publicado em Diário da República, 2ª Série – nº 189 de 1 de outubro de 2014), prevê no artigo 74º - 1) “Constituem património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente, sendo a sua principal fonte de informação constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.”

fotointerpretação (recorrendo à aplicação *Google Earth*), da toponímia⁵ e a análise à orografia do território em estudo, ser capazes de escolher meticulosamente os locais a prospetar, mediante o recurso a estes critérios prévios que guiassem as prospeções extensivas, uma vez que era manifestamente impossível prospetar intensivamente todo o território.

Para o entendimento mais aprofundado da evolução do povoamento neste território, não nos podíamos cingir ao período romano. Esta análise seria redutora, e perderíamos alguns dados igualmente fundamentais. Assim, analisámos genericamente a evolução do território desde o I^o milénio a.C. até ao período alto-medieval. Fundamentamos esta análise do território e dos seus padrões de povoamento, numa larga diacronia, com o argumento da existência de sítios com uma ocupação continuada num tempo longo e uma profunda adaptação ou recriação do seu *modus vivendi*, de acordo com cada período cronológico.

Nunca o estudo exaustivo do povoamento rural deste território havia sido feito, sendo este incipientemente caracterizado. Desconhecem-se com exatidão os locais onde outrora estiveram os assentamentos romanos, de povoamento tipo disperso (*villae*, quintas, casais e *tuguria*), e de povoamento agrupado (*vici*, *castella*). Por isso, é de todo fundamental identificar estes sítios arqueológicos que configuram o modo como foi ocupado e explorado o território rural da *splendidissima civitas* há cerca de dois mil anos.

Não pretendendo, portanto, somente centrar a nossa investigação no povoamento rural romano. Procurámos também verificar continuidades e descontinuidades de ocupação, definindo assim algumas problemáticas a analisar.

5 A toponímia acaba por ser a conservação da memória de várias gerações, que significa uma mais valia a par dos testemunhos escritos e arqueológicos. Muitas dessas gerações provavelmente ainda conheceram vestígios arqueológicos, e então dão nomes às terras ou propriedades que por tradição se vão perpetuando. Por exemplo, em Póvoa de São Cosme dão o nome aos terrenos florestais e agrícolas, onde se encontra o povoado fortificado de São Cosme, bem como nas imediações, como os 'Craustos'. Este último topónimo é o que se encontra referenciado na folha 17-C de Santa Comba Dão, da Carta Geológica de Portugal.

Primeiramente, procurámos identificar a ocupação da Idade do Ferro, através dos povoados fortificados de altura implantados na proximidade dos recursos naturais e que continuaram a possuir importância em época romana. Seguidamente, procurámos também identificar os sítios arqueológicos de época Alto-Medieval que possuem estruturas, identificadas sobretudo através das sepulturas rupestres, mas que na época romana haviam sido locais de povoamento rural. Portanto, através desta lata diacronia, é possível ter uma visão mais concreta deste povoamento romano, do modo como surgiu e se prolongou ou não no tempo: daqueles que foram fundados nesse tempo, dos que encontram origem num passado mais longínquo e daqueles que sobrevivem à queda do Império, continuando a ser habitados em época medieval, e alguns até aos dias de hoje.

De forma a responder a estas outras problemáticas, apostámos sobretudo, em termos metodológicos, nos trabalhos de campo – prospeção arqueológica de superfície.

Aliado às manchas de ocupação antrópica, tivemos ainda em linha de conta os eixos viários existentes. Tal como Miguel Cipriano Costa, também problematizamos o desconhecimento da sua primitiva construção, bem como as suas reutilizações em períodos cronológicos posteriores (Costa, 2010: 4). O estudo da rede viária é fundamental para melhor se entender o modo como se estruturou a rede de povoamento antigo. É também importante na ótica da exploração dos recursos, nomeadamente no quadro da mineração aurífera, tão importante neste território da Bobadela romana, nos rios Alva e Alvôco.

Por fim, nesta nota introdutória, procuraremos dar a conhecer aquilo que nos propomos em cada capítulo da nossa dissertação.

No estado da arte (Capítulo 2), procuraremos reunir e sintetizar todas as informações existentes acerca deste território. A utilização de todos estes dados permite um conhecimento mais amplo do caso de estudo. Tendo em conta os anteriores resultados de investigações, de trabalhos arqueológicos em contexto de acompanhamento de obras ou de emergência, e textos escritos por autodidatas

(permitindo leituras antigas). Mas não desvalorizando os documentos medievais e modernos, assim como a “cultura epigráfica” romana, quando existente.

No Capítulo 3, apresentaremos a metodologia, nomeadamente aquela que colocámos em prática no campo. Em continuidade com o anterior, no Capítulo 4 apresentaremos a inventariação dos sítios, inéditos ou revisitados/relocalizados.

Os eixos viários romanos, propostos para o Capítulo 5 desta dissertação, procura analisar as vias que ligavam o território da *civitas* de Bobadela a outras capitais. Daremos também importância aos troços de calçada para traçar os eixos viários. A definição de traçados viários é importante, mas envolve numa dificuldade acrescida que tem a ver com a sua cronologia. Não desvalorizámos a importância dos troços de via no nosso caso de estudo, mas os mesmos não se encerram neste território, tendo uma procedência e um *terminus*. Para o seu estudo há que ter em atenção a localização das capitais de *civitates*, uma vez que a rede viária romana estava estruturada em função da localização das cidades, procurando ligá-las da forma mais rápida possível, mediante os melhores corredores naturais de circulação.

No sexto capítulo, retrataremos o povoamento pré-romano existente, começando por o realizar uma releitura ao povoado fortificado de São Cosme, bem como a sua continuidade de ocupação. No decurso desse capítulo, apresentaremos os argumentos que nos levaram à escolha deste sítio para um estudo mais exaustivo. Tendo em conta a “multidisciplinidade” associada à arqueologia, procuraremos analisar este sítio pré-romano de acordo também com a geologia envolvente.

O sétimo capítulo procuramos que seja uma parte central da nossa dissertação. Trata-se do capítulo inteiramente dedicado à ocupação deste território em Época Romana, onde promoveremos um estudo mais exaustivo acerca do mesmo. Pretendemos que reconstitua a paisagem rural romana, da forma mais fidedigna possível, tendo em consideração a articulação da presença dos sítios arqueológicos, eixos viários e a importância dos recursos naturais, na construção da paisagem antiga. Pretendemos ainda promover uma hierarquização dos sítios arqueológicos,

classificando-os tipologicamente, considerando a possibilidade de existirem sítios subsidiários de outros núcleos habitacionais, como as *villae* e quintas.

O oitavo capítulo é dedicado inteiramente ao povoamento medieval, visto na perspectiva da anterior ocupação romana. Não obstante já ter sido devidamente estudado por Sandra Lourenço, queremos reler alguns dados, principalmente no que concerne às continuidades de ocupação de época romana. Este é igualmente um período envolto em problemáticas, principalmente no que diz respeito às estruturas em negativo, como as sepulturas escavadas na rocha e as lagaretas. Esta problematização encontra-se intimamente relacionada com a falta de contextos estratigráficos conservados associados a essas estruturas, que permitam uma perceção da cronologia da sua construção e da sua real funcionalidade.

Na parte final desta dissertação, apresentaremos algumas considerações finais e observações a ter em conta em trabalhos futuros. Nos anexos, deixaremos suporte cartográfico e registos dos sítios e suas materialidades.

2. O Estado da Arte

2.1. O povoamento rural romano: uma súmula das investiga es

O mundo romano no atual território português é sempre um tema em profunda atualiza o, tal como toda a arqueologia, com novos paradigmas e perspectivas, como refere Jorge de Alarcão. Nunca se pode afirmar que o espaço geográfico na antiguidade se encontra totalmente estudado. Ao invés, que através das características da investiga o, métodos, trabalho de campo e resultados vão sendo identificados, cartografados e analisados os padrões de povoamento de acordo com os resultados recolhidos.

Ao longo do século XX, muitos investigadores debruçaram-se sobre a ocupa o romana do atual território português. Nas últimas décadas, tiveram como principal prioridade a localiza o das *civitates* e o nome com que eram denominadas, o urbanismo das suas capitais, e a análise do seu território. Jorge de Alarcão refere, “Procurámos, pela primeira vez na historiografia nacional da romaniza o, identificar as civitates, traçar as respetivas fronteiras e localizar as cidades capitais.” (Alarcão, 1988: 9-10). O mesmo investigador, através do Portugal Romano, em 1973, fez uma nova síntese sobre este período cronológico. Identificou e cartografou os sítios arqueológicos de cronologia romana conhecidos até então. Apesar dos seus méritos, esta obra pioneira viria a mostrar-se insuficiente, o que levou à prosseca o de outras (O Domínio Romano em Portugal e o Roman Portugal, 1988), que atualizam a anterior e que aprofundam os temas que antes haviam sido apenas afluados.

No entanto, isso foi parecendo insuficiente para a investiga o da arqueologia romana na Lusitânia. Assim, diferentes autores, tendo como ponto de partida o trabalho de Jorge de Alarcão, iniciaram uma análise mais aprofundada. Continuou a dar-se ênfase aos espaços urbanos, sem, contudo, esquecer o território rural que lhe estava subordinado.

Nesse contexto, foram realizados vários estudos tanto em escala micro como macro. Primeiramente, em escala micro, houve sítios que foram individualizados, já que poderiam contribuir para uma importante leitura arqueológica, percepção da paisagem rural (alguns dos quais tiveram trabalhos arqueológicos de escavação de modo a que se comprovasse sob o ponto de vista cronológico e tipológico aquilo que não era tão perceptível em trabalhos de prospeção em cada sítio). Já numa escala macro, a análise era feita em termos dos territórios das *civitates*, ou das circunscrições administrativas romanas. Esta última abordagem tem sido muito utilizada, na medida em que atesta a existência de vários tipos de sítios arqueológicos, adentro do povoamento romano, agrupado e disperso, dando conta de um padrão de povoamento próprio (Carvalho, 2002: 129).

Em todas as investigações do povoamento rural romano, que decorreram entre o século XX e os inícios do século XXI, há convergência quanto à sua finalidade: localizar e classificar tipologicamente os sítios arqueológicos (Carneiro, 2004: 35). Ainda assim, quando se identificam sítios isolados, sem prospeções sistemáticas, estes concedem pouca informação para uma análise territorial e hierarquização do povoamento (Carvalho, 2007 a: 17). Por sua vez, a descoberta de redes de sítios ou de manchas de povoamento instigam, com maior facilidade, à criação de um padrão.

Os recursos naturais, são uma premissa importante para procurar compreender as distribuições do povoamento nas diferentes cronologias, uma vez que os núcleos populacionais, dispersos e agrupados, se posicionam em função de uma localização supostamente ideal, tendo nomeadamente em conta os recursos naturais (Carvalho, 2007 a: 31). Essa localização “ideal” pode estar intimamente ligada com a proximidade às linhas hidrológicas, à capacidade de uso agrícola do solo do local ou dos imediatamente circundantes, à possibilidade da exploração dos recursos mineiros. Estes são os princípios que os investigadores devem ter presente, ao trabalharem o mundo rural romano. No entanto, é igualmente necessário ter-se em conta que o povoamento rural romano é complexo. Ainda que genericamente assuma parâmetros idênticos, este pode diferir entre cada região ou cada *territorium*

das *civitates*, face à atuação diferenciada de diversas variáveis (naturais e antrópicas) que concorrem para a diversidade das paisagens do Império.

Várias são as fontes fundamentais à análise do povoamento. Desde logo, os autores clássicos que nos facultam informações importantes, quer relativamente às localizações consideradas ideais, ou à geografia do espaço. A Lusitânia era considerada um espaço notável nos recursos naturais, como refere Estrabão “O país de que falamos [Lusitânia] é fértil...” (Estrabão, Geografia III. 3.4.).

O território escolhido para caso de estudo está relacionado com a *civitas* cuja capital se localizou na atual aldeia e freguesia de Bobadela. Ao longo dos séculos, Bobadela tem vindo a ser referenciada como um sítio romano com importância. Este local foi capital de *civitas* fundada ao tempo de Augusto. Ainda que se desconheça o nome com que era conhecida, existem algumas propostas. Será *Elbocoris*, como refere Plínio-o-Antigo ou corresponderá a *Velladis*, registada por Ptolomeu? (Alarcão, 2002-2003). Num mapa datado de 1789, este sítio arqueológico encontra-se representado como *Elbocoris* (Lopez, 1789). Nesse mesmo documento cartográfico, é identificada como povo e não na condição de cidade, capital de *civitas*, como mais tarde se viria a comprovar ser pelo seu urbanismo característico das capitais de *civitates*. Também desconhecemos o nome da *civitas* – que poderia não derivar do nome da sua capital: seria esta a *civitas* dos *Tapori*? (Curado, 1988-1994).

Ao perspetivarmos igualmente os conhecimentos já consolidados do povoamento pré-romano, não pretendemos afirmar, tal como nos finais do século XIX, que os povoados amuralhados em altura seriam considerados cronologicamente como estações lusitanas (Sarmiento, 1881: 11-12). Ao invés, referenciamos genericamente como povoamento pré-romano (ou proto-histórico), seja este da idade do bronze ou do ferro, algumas das quais, evidenciam uma lata diacronia de ocupação.

Quanto à arqueologia regional, alguns investigadores debruçaram-se sobre o território da Serra da Estrela, como a síntese realizada por Jorge de Alarcão (Alarcão, 1993). Com a exceção do sopé, arqueologicamente ainda é um espaço desconhecido.

Uma das exceções é o castro de São Romão, em Seia⁶. Os trabalhos desenvolvidos neste local, juntamente com outros sítios arqueológicos, viriam a dar lugar a uma investigação nos anos 80 do século XX, na plataforma do Alto e Médio Mondego. Neste sítio realizaram-se trabalhos de prospeção e de escavação que revelaram um sítio pré-romano, mantendo em época romana uma certa importância, graças a uma epígrafe identificada, datada do século III d.C. (Guerra, Fabião, Senna-Martinez, 1989: 197). O registo arqueológico demonstra a possibilidade de uma lata diacronia de ocupação, ainda que em zonas diferentes do sítio arqueológico (*Idem*: 199).

Outro dos sítios arqueológicos integrante deste estudo é o denominado Castro de São Cosme. Localiza-se num cabeço sobranceiro ao rio Mondego e, em termos de materialidades, estas confirmam a ocupação pré-romana. Os trabalhos de campo – prospeções e escavações - realizados nos anos 80 do século XX, sob a direção científica de João Carlos Senna Martinez, levaram à conseqüente análise dos materiais. Esta análise encontra-se publicada na sua tese de doutoramento, onde apresentou os dados relativos a essa investigação (Senna-Martinez, 1989: 205-210), bem como numa dissertação de mestrado, acerca da tipologia cerâmica de Baiões Santa Luzia (Reprezas, 2010: 56-59).

Os monumentos megalíticos são ainda sítios que, com frequência, revelam latas diacronias de ocupação. Dos existentes, destacamos a Anta de Cural de Mouros ou Arcainha da Sobreda, onde foram localizados vestígios referentes ao período “lusó-romano”⁷ (Rocha, 1899: 18). No Portal do Arqueólogo é referido o

⁶ Localiza-se na união de freguesias de São Romão e Lapa dos Dinheiros, no concelho de Seia, investigado primeiramente por João Senna Martinez, Carlos Fabião e por Amílcar Guerra, que apesar de se constituir um sítio pré-romano (Guerra, Fabião, Senna-Martinez, 1989: 190-191), teve continuidade de ocupação em época romana. Quanto a esta última ocupação, ao longo das escavações que decorreram entre os anos de 1985 a 1988, identificou-se um registo arqueológico dessa época e uma inscrição datada do século III d.C. (217 d.C.) (*Idem*: 197).

⁷ Localiza-se no local de Sobreda (Seixo da Beira), e foi investigado primeiramente por Santos Rocha. O mesmo refere, “Nós recolhemos provas d’um remeximento na época lusó-romana, consistindo em louça lusitana d’essa época e também de louça com feição romana;” (Rocha, 1899: 17-18), no entanto não é possível localizar esse mesmo espólio exumado, nem os numismas, após contacto com a Sra. Diretora do Museu Municipal Dr. António dos Santos Rocha, Dra. Ana Ferreira.

aparecimento de denários da república romana. O mesmo indica Senna Martinez, “Dos três monumentos desta região, o da Sobreda e o do Seixo são os que evidenciam claramente uma sequência de utilizações que vai do que, do ponto de vista regional, poderemos chamar um Neolítico Final, até à Idade do Ferro, com alguns materiais cerâmicos que podem inclusive ser romanos” (Senna Martinez, 1982: 29).

Ainda no lugar de Sobreda (freguesia do Seixo da Beira), mas já de cronologias romanas, foram localizados “restos de cerâmica antiga” (Neves, 2007: 166-167) num sítio toponimicamente conhecido como Agros. A sua classificação tipológico-cronológica é de possível *villa* (época romana).

Para a chegada dos Romanos a esta região existem alguns dados que se revelam fundamentais para a compreensão do território no século I a.C. Um desses sítios é o acampamento romano da Lomba do Canho, em Arganil. Parte integrante do *territorium* da civitas de Bobadela, foi sondado a partir dos anos 50 do século XX (Nunes, Fabião e Guerra, 1988: 5). No decurso da década de 80 dá-se uma investigação mais intensiva e metodologicamente mais consistente nesta estação arqueológica, que acaba por balizar cronologicamente a fundação deste sítio em meados do I século a.C. Essa cronologia coincide com a época da romanização deste território beirão, mais precisamente entre as décadas de 60 e 40 a.C., no quadro das guerras entre Júlio César e os filhos de Pompeu, bem como para a vigia e controlo técnico da exploração aurífera que se fazia naquela zona da bacia hidrográfica do Alva (Alarcão, Lopes, Moura, 1985: 187-188). O acampamento da Lomba do Canho constituirá talvez o sinal mais recuado da presença militar associada ao início da exploração romana do ouro nesta região em meados do século I a.C. (Fabião, 1989: 45). Contemporâneo em parte deste sítio, parece ser São Bartolomeu (freguesia de Meruge), que deve ter sido ocupado durante a época republicana. O tesouro monetário, com denários datados entre 82-79 a.C., descobertos no ano de 1850, parece poder relacionar-se com as guerras sertorianas, tal como acontece com o tesouro do Coiço (Oliveira do Mondego e Travanca do Mondego, Penacova), ocultado também em torno de 80 a.C. Dos numismas que compunham este tesouro

de Meruge alguns correspondiam a cunhagens regionais que serviam para propagandear os conflitos existentes (Amela Valverde, 2000: 105), outros haviam sido cunhados na cidade de Roma (Barbosa, 1998/2002: 56-57). Mas importará sobretudo referir que este tesouro de Meruge pode ter sido escondido (e não recuperado pelos seus proprietários) face à presença ou passagem de tropas romanas pela região.

Para além deste conjunto de denários, foi descoberta uma escultura de pedra fina, provavelmente de mármore, já que não era “material da província”, não possuindo qualquer inscrição (Pereira; 1973: 215)⁸.

Relativamente ao contexto do achado é-nos dito, através das fontes documentais, que o tesouro foi descoberto à superfície: “sem quasi nenhuma escavação, sendo aliás a terra muito sôlta e de sementeira de milho” (Ribeiro, 1850).

Ainda relativo à freguesia de Meruge, importa referir a existência de um sítio com topónimo de Velales (Silva, 2014: 14). A hipótese de ser um povoado fortificado da Idade do Ferro e posteriormente romanizado já foi levantada (Alarcão, 2002-2003). No entanto, não é possível localizar o sítio, nem identificar no terreno qualquer dispersão de materiais que permita uma classificação cronológico-tipológica.

É possível que uma via romana passasse por S. Bartolomeu. A mesma via deveria ligar a *Igaedis*, passando por Catraia de São Romão, passando a escassos quilómetros do Castro de São Romão, por Loriga, Alvoco da Serra e Pedras Lavradas, transpondo nesse lugar a Serra da Estrela (Carvalho; 2007: Mapa 5). Poderia ligar os *territoria* de três *civitates*: a de *Igaedis*, de Bobadela e, de *Vissaium* (Anexo IV, Mapa 2). Continuando no sentido de *Vissaium*, faria a travessia do Mondego junto a Caldas da Felgueira, no sítio referenciado por Inês Vaz, como Quinta das Barcas (Vaz, 1997: 325). Junto a este sítio, deveria existir uma forma a transpor o rio (por

⁸ A estátua de pedra fina, poderia referenciar ‘Hermithrene’, tal como o autor refere, mas que foi rapidamente vendida, na medida em que, não tinha qualquer inscrição.

barcas, possivelmente), já que não há notícia de uma ponte romana no local. No *territorium* de *Vissaium* esta via prosseguia por Espinho (concelho de Mangualde), e terminaria na capital de *civitas* (Carvalho, 2007 a: 151).

O território da *civitas* de Bobadela e as suas fronteiras, continuam a ser objeto de investigação (Anexo I, Mapa 3). Serão estas limites ou fronteiras naturais, bem determinadas geograficamente? Duas propostas têm sido colocadas, primeiro por Jorge de Alarcão que ao identificar o *terminus augustales* em Guardão, na serra do Caramulo, refere que poderia constituir um dos limites deste território de Bobadela romana. Enquanto que João Inês Vaz referia que os limites da *civitas* de Bobadela seria a cordilheira central e o rio *Munda*, junto da atual povoação de Caldas da Felgueira⁹ (Vaz, 1997: 325). Em convénio com as anteriores propostas, Pedro C. Carvalho e Rui Silva, referem a epígrafe do Guardão/serra do Caramulo como um hipotético limite. No entanto, consideram mais provável o rio Mondego, como limite norte (Carvalho e Silva, 2018: 25).

Para além das investigações arqueológicas, foram decorrendo estudos resultantes da curiosidade de autodidatas locais, no decurso do século passado, com a pretensão de aprofundar a história local. No entanto, reconhecendo os seus méritos, existem imprecisões cronológicas ou dados arqueologicamente incorretos, perfeitamente compreensíveis à luz do tempo em que foram feitos

O trabalho de Sebastião Ferrão de Melo Júnior, ao investigar o passado de Ervedal da Beira, é um desses casos. Este autor referia que no Passal existiam 6 “sepulturas romanas”, bem como um sítio com “outros vestígios arqueológicos

⁹ Desde época romana que este configura um local fronteiriço. De fronteira entre *civitates*, também o foi enquanto fronteira diocesana, entre a de Coimbra e de Viseu. Atualmente, como fronteira de território concelhio e distrital, entre os atuais concelhos de Oliveira do Hospital e Nelas e os distritos de Coimbra e Viseu, respetivamente. Também se desconhece a forma de travessia do rio Mondego em época romana, já que a ponte existente cronologicamente poderá ser datada do século XIX, não havendo notícia da existência de nenhuma em época romana. No entanto, Inês Vaz identifica um sítio arqueológico, já no *territorium* de *Vissaium*, com o topónimo de Quinta das Barcas (Vaz, 1997: 385) e que poderia constituir o lugar de passagem do rio Mondego, com possível estalagem viária associada, já que nessa zona o curso do rio é menor e permite que se transponha sem ser necessário uma ponte.

dignos de importância”, no Olival dos Pobres (Júnior, 2003: 20-21). Neste último, segundo o mesmo autor, foram encontrados diferentes tipos de espólio arqueológico que descreve¹⁰.

Este território foi ainda investigado recentemente por Sandra Lourenço, no quadro do estudo do povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva. Ao estruturar um catálogo de estações que possuíam sepulturas escavadas na rocha ou vestígios de povoamento desta cronologia, pôde analisar o povoamento alto medieval. No que concerne ao Passal I, classificou-o como necrópole, identificando três sepulturas, já que as restantes haviam sido destruídas no calcetamento do adro da igreja. Relativamente ao sítio arqueológico do Olival dos Pobres, refere a existência uma sepultura antropomórfica inacabada (Lourenço, 2007: 142).

Para além da ocupação alto medieval, foi possível verificarmos na prospeção arqueológica que estes constituiriam, pela sua proximidade, um único sítio em época romana. Os fragmentos de materiais de construção e de cerâmica comum romana identificados, confirmam a presença de um assentamento romano que classificamos como *villa*. Neste caso, podemos estar perante uma continuidade de ocupação desde época romana à época medieval e, inclusivamente, até à atualidade. Importa ainda referir a existência de uma ponte, inscrita na memória local como ponte romana, toponimicamente apelidada de ponte Vale de Negros¹¹, sendo assim referida nas Memórias Paroquiais de 1758: “Tem uma ponte de pedra no sítio chamado «ponte do rio Seia», dentro desta freguesia”.

10 “Restos de antigas paredes de tijolo grosseiro e de pedra toscamente aparelhada, especialmente em sílex, «lateres» ou tijolos de tipo romano, inteiros ou fragmentados, «imbrices» e «tegulae» (...) Potes de barro, uns inteiros outros fragmentados, bocados de objetos não identificados e de uso desconhecido, pedaços de obras de cerâmica, finalmente trabalhadas, mós de uso manual, «mola manúária», e muitos outros objetos de incontestável antiguidade, de outras épocas.” (Júnior, 2003: 20-21).

11 Esta ponte é também denominada de ponte da ribeira, ou ponte romana, composta por dois arcos desiguais. O tabuleiro da ponte possui cerca de 52,30 metros de comprimento e 3,40 metros de largura (Capela, 2011: 935).

A investigação de Sandra Lourenço acabou por relacionar o povoamento romano ao alto medieval. Nesse contexto, referiu outros sítios arqueológicos que possuem essa lata diacronia de ocupação. Os vestígios que servem de base a esta proposta são materiais de construção e cerâmica comum, que podem revelar pequenos núcleos rurais de ocupação (Lourenço, 2007: 84).

A economia romana neste território deveria assentar preferencialmente em duas atividades principais: a mineração e a prática agrícola. A temática da mineração deveria merecer uma maior atenção e um estudo mais sistemático. Esta já era referida por autores clássicos, revelando a sua importância. Plínio-o-Velho aludia à riqueza da Lusitânia em termos auríferos; Estrabão indicava que os rios possuíam ouro nas suas areias (Fabião, 2014: 33). Desconhecemos se no nosso espaço de estudo esta atividade mineira fosse feita. Não temos indicadores que os sugiram para esta zona específica, ao contrário do que acontece expressivamente nos vales dos rios Alvôco e Alva. Nas Memórias Paroquiais de Ervedal da Beira é dito: “Não consta que em tempo algum se tirasse ouro das suas areias¹²”. Mas este tipo de atividade seria feita nos rios Mondego e Alva, na medida em que, nos mesmos documentos de 1758, é referida esta exploração em época romana (Capela, 2011: 912). Tendo em consideração tais testemunhos escritos, estes podem ser atestados por registos arqueológicos de conheiras existentes nas imediações do curso dos rios Alva e Alvôco, em território do atual concelho de Oliveira do Hospital. As conheiras são particularmente notórias em Alvôco das Várzeas, Lourosa, São Sebastião da Feira, Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira (Carvalho e Silva, 2018: 59).

Fora do território de estudo, e do território administrativo de Oliveira do Hospital, mas no *territorium* da *civitas* de Bobadela, devemos sublinhar o caso de Pombeiro da Beira (concelho de Arganil). O mesmo é referido nas memórias paroquiais de 1758, “há muitos montes de pedra meuda a que chamam calhaos muito contenuados e bastos, que dizem que todos aqueles montes ou roxedos de

12 Ervedal, Guarda – Memórias paroquiais, volume 13, nº 38, p. 299 a 306.

pedra foram feitos pelos Mouros, que dizem fizeram para tirar ouro, e que hiam lavar a terra ao dito rio.¹³”. A exploração de minério nesta região será uma das razões para a manutenção do exército romano nesta área geográfica, após o processo de romanização (Alarcão, Lopes, Moura; 1985: 187). Investigações recentes comprovam e reforçam a grande importância da atividade de exploração aurífera romana ao longo do rio Alva, prolongando-se para o Ceira. A bacia hidrográfica do Alva apresenta vestígios expressivos desta atividade mineira, constituindo mesmo uma das áreas mineiras mais extensas de toda a Hispânia romana (Sánchez-Palencia e Currás Refojos, 2017: 403). Atualmente sabemos que a exploração de ouro constituiria a atividade económica mais importante no território desta *civitas*, tendo designadamente concorrido para a monumentalização da capital da *splendidissima civitas* (Carvalho e Silva, 2018: 56-59).

No que concerne à prática agrícola, as lagaretas ou lagariças escavadas na rocha (granito) são outro tipo de registo arqueológico existente com alguma frequência no território concelhio. No entanto, encerram em si algumas problemáticas, como a da cronologia de uso, assim como à sua funcionalidade específica. Francisco Correia das Neves, no seu notável trabalho acerca da arqueologia no concelho de Oliveira do Hospital, reservou um capítulo para esta temática. Para além de enunciar estas estruturas arqueológicas, levanta questões acerca da sua cronologia, “Tem-se admitido que essas lagariças remontam umas à época romana, outras à Idade Média (...)” (Neves, 2007: 8). A questão é que não é possível correlacionar, na maioria dos casos, com o povoamento propriamente dito nesses locais, por falta de um registo arqueológico consistente associado que ateste a cronologia do espaço (Tente, 2007: 346). Estas estruturas, em alguns registos ou espaços arqueológicos, encontram-se aparentemente associadas com as sepulturas escavadas na rocha. Estes dois tipos de estruturas em negativo por vezes parecem

13 Pombeiro, Coimbra - Memórias paroquiais, vol. 29, nº 212, p. 1449 a 1456

formar um único conjunto, como os casos do Penedo do Gorgulão (freguesia de Travanca de Lagos) e de São Bartolomeu (freguesia de Meruge).

No caso de São Bartolomeu, uma das sepulturas encontra-se reaproveitada como lagareta (Anexo VI, Figura 7). Apesar da sua cronologia incerta, o registo material identificado, aponta para uma classificação de cronologia romana ou tardo-romana. A hipótese de nessa época ter existido nesse espaço um lagar, tem parecido a mais consistente (Lourenço, 2007: 76). Posteriormente, em período alto-medieval, havia sido construída uma necrópole, do qual são prova as sepulturas escavadas na rocha que aí se encontram.

Contudo, todos estes vestígios tornam-se parcos ou imprecisos quando o objetivo primordial é a investigação do povoamento rural romano. Apesar da informação que nos transmitem, esta não é suficiente para a construção de uma proposta de um povoamento necessariamente complexo.

3. Metodologia

A necessidade de catalogar e classificar (cronologicamente e tipologicamente) os núcleos de povoamento rural romano é um dos nossos principais objetivos. O estudo do território urbano e periurbano já havia sido realizado, mas para além dos arredores da capital da *splendidissima civitas*, os estudos são menos focados e sistematizados para o período romano. Como Rui Miguel Silva afirma, “O atual estado do conhecimento científico da *civitas* bobadelense é insuficiente em algumas das suas vertentes — principalmente, no que diz respeito ao seu território dito de «periurbano».” (Silva, 2014: 16).

Ponderámos inicialmente em abarcar todo o território concelhio. No entanto, como antes referimos, pareceu-nos que pela sua dimensão seria muito difícil a sua prossecução. Assim sendo, o espaço geográfico posteriormente escolhido não constitui uma unidade espacial com fronteiras administrativas (atuais) bem definidas, na medida em que, seria bastante redutora e não seria a melhor opção (Ruiz-Zapatero e Fernández Martínez, 1993: 88), sendo preferível considerar limites geográficos, como neste caso o curso de dois rios. Por conseguinte, determinámos como fronteiras do nosso território de estudo os rios Mondego e Cortal. Administrativamente integrado nas freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, Lagares da Beira, Lagos da Beira e Lajeosa, Meruge e Seixo da Beira e Travanca de Lagos. Ainda que tenhamos definido este território específico para estudo, por vezes ser-nos-á necessário tomar como exemplo ou até enumerar sítios das imediações do território de estudo, para melhor compreensão dessa realidade estudada. Ou seja, teremos necessidade de o fazer para tornar mais perceptível a dinâmica de povoamento antigo, nomeadamente associada à rede viária romana.

A escolha deste território em detrimento de outros foi realizada quer pelo nosso maior conhecimento e proximidade do espaço geográfico, bem como das suas

populações¹⁴, quer pela falta de conhecimento arqueológico sistemático deste território.

Para isso, propusemo-nos a desenvolver trabalhos arqueológicos neste território, optando pela prospeção arqueológica de superfície (P.A.S.), sobretudo de tipo extensivo. A escolha deste tipo de trabalho arqueológico deveu-se ao facto de ser não destrutivo e ser repetível, bem como não estar dependente de recursos significativos, em oposição às prospeções de tipo intensivo e aos trabalhos de escavação. Por outro lado, também através da P.A.S. é possível ter uma visão mais abrangente do território e da sua ocupação (Renfrew e Bahn, 2007: 68). Esta tipologia de trabalhos é realizada em situações concretas, como as que envolvam a localização, classificação e organização dos sítios seja qual for a sua cronologia, ou em cartas arqueológicas, na medida em que é um processo mais célere.

Com a definição do caso de estudo e do tipo de trabalhos a realizar, não poderíamos avançar, indiscriminadamente, para o terreno sem termos em primeiro lugar, a consolidação do conhecimento teórico. Um planeamento e uma informação consolidada é um passo importante prévio ao trabalho arqueológico, que se deseja metodologicamente consistente. Para isso desenvolvemos esforços para adquirir informações que nos facilitassem o trabalho em campo. Os documentos medievais e modernos, como cartas de foral, informações paroquiais de 1721 e memórias paroquiais de 1758, foram alguns desses documentos de suporte analisados. Estes últimos, datados de 1758, constituem documentos importantes para cada uma das freguesias analisadas, com pormenorizada descrição do existente no séc. XVIII.

Aliada aos documentos escritos, também as informações orais transportam conhecimentos preciosos, podendo ser uma mais valia para a investigação arqueológica. No entanto, estas memórias transmitidas pela oralidade podem tornar-

14 Por vezes, os testemunhos orais constituem importantes informações, reveladoras de possíveis sítios arqueológicos, devendo ser avaliadas criticamente e comprovadas em trabalhos de campo. Pudemos comprovar que numa primeira abordagem, as populações mantinham-se reticentes a dar informações acerca do que encontravam nos seus terrenos aquando da 'lavra'. Temos ainda de ter em conta que os trabalhos arqueológicos que realizamos têm de ser feitos em função do *'timing'* agrícola e não mediante a nossa planificação de trabalho.

se contraditórias ou até criarem equívocos nas investigações. Ainda assim, todas estas informações necessitam de uma confirmação em campo, que por vezes auxiliam na identificação de mais sítios arqueológicos (Carvalho, 2007 a: 43; Carneiro, 2014: 56-57; Osório, 2006: 56). Nos casos das investigações de Pedro C. Carvalho e Marcos Osório, resultou na identificação de 43 e 14 sítios arqueológicos, respetivamente (Carvalho, 2007 a: 43; Osório, 2006: 59). Como forma de indagar os populares, alguns investigadores recorrem a inquéritos, de forma escrita ou oral, com o intuito de localizar sítios já existentes, ou de georreferenciá-los corretamente, ou ainda identificar sítios inéditos (Vaz, 1997: 14; Bernardes, 2007: 14). Por vezes, o testemunho passado ao longo de séculos é também reconhecido através das atividades económicas ainda hoje desenvolvidas, que pode ser equiparada à que era realizada em época romana e pré-romana¹⁵.

Aliado a esta informação, a toponímia permite-nos identificar mais sítios arqueológicos. Ao analisarmos a documentação cartográfica, como as cartas militares, é-nos possível encontrar os topónimos. No entanto, existem alguns microtopónimos que só inquirindo os populares é possível adquirir esse tipo de informação (Osório, 2006: 56), bem como nos livros de registo das matrizes prediais. Em alguns dos casos, inclusivamente, as dinâmicas de povoamento antigo parecem refletir-se nas próprias placas toponímicas¹⁶ presentes nos arruamentos.

No quadro destes estudos deve ser analisado comparativamente e de forma macro com os padrões de povoamento de outras regiões, bem como, analisar criticamente as anteriores investigações existentes acerca do nosso território em

15 No sítio do Carrascal, na freguesia de Seixo da Beira, localizámos materiais que nos podem indicar a exploração mineral como classificação daquele local. Atualmente, nas suas imediações, estão situados 'poços' a céu aberto para a extração de cassiterite. Face ao reconhecido potencial geológico do local, pode existir uma continuidade na extração de minério e com origens num passado remoto.

16 Na zona sul de Ervedal da Beira (Ervedal e Vila Franca da Beira), a última rua (no sentido norte-sul) é denominada de Rua do Cimo da Vila. Ao longo das décadas tem sido alvo de indagações, na medida em que atualmente se localiza no fundo da aldeia. Este mesmo arruamento possui habitações com traça quinhentista e localiza-se junto da necrópole alto-medieval do Passal I (CNS 20441), onde atualmente se localiza a igreja. A tradição oral vem continuamente referindo, que a vila antiga se localizava 'abaixo da igreja'.

estudo. João Inês Vaz estudou a *civitas* de *Vissaium* e o seu território. Nesse contexto, contribuiu com conhecimento para a compreensão do extremo norte do nosso território em estudo. Por outro lado, deu ainda algumas informações acerca das fronteiras entre *civitates* e os sítios arqueológicos existentes nessa mesma localização. Sandra Lourenço, analisando o povoamento alto-medieval e mapeando os sítios que, ou tendo dispersão de materiais da mesma cronologia ou possuíssem estruturas em negativo como sepulturas escavadas na rocha, acabou tecendo algumas considerações acerca de sítios com lata diacronia. A relevância destes estudos resulta em grande medida da realocização de sítios e do processo de releitura dos registos arqueológicos.

A informação cartográfica é importante para a delimitação dos espaços de prospeção e para a georreferenciação dos sítios arqueológicos. Para isso as cartas militares 1:5000 do CIGeoE (centro de informação geoespacial do exército) são indispensáveis. Para além desta, também as cartas de uso dos solos e a carta geológica (ainda que no concelho de Oliveira do Hospital apenas o extremo norte desse território se encontre coberta) são fundamentais quando se procura interpretar o povoamento antigo e as razões (variáveis de ordem natural) da sua localização e distribuição pelo território.

No entanto, importa ter presente que a capacidade de uso dos solos pode ter conhecido alterações significativas ao longo dos séculos. As fotografias aéreas¹⁷, e os ortofotomapa são igualmente ferramentas preciosas, na medida em que permitem ver alterações e “anomalias” antrópicas no solo, capazes de revelar estruturas e sítios

¹⁷ Este tipo de documento deve ser analisado previamente ao trabalho de prospeção, visto que pode ser uma grande ajuda, quer para a escolha dos locais de prospeção, quer para identificar algumas estruturas arqueológicas. Para isso os voos feitos a pouca altura são os mais indicados para este estudo (Ruiz-Zapatero, Fernandez Martinez; 1993: 88). A utilização do software *Google Earth*, permite que se retroceda nas imagens aéreas ao longo dos anos. Isto permite perceber as mutações da paisagem e dos espaços agrícolas e habitacionais, ao longo das décadas e das estações do ano, bem como a destruição de alguma estrutura arqueológica que ainda se encontrasse preservada. Outra das ferramentas que o mesmo software disponibiliza é a definição do horário, bem como da luminosidade que é outro dos pontos importantes para a análise da fotografia aérea (Câmara, 2017). Apesar de uma das técnicas mais recentes, para a análise dos ortofotomapa, ser o LiDAR (Light Detection And Ranging), esta ainda só abrange as zonas costeiras de Portugal Continental.

arqueológicos. Este tipo de análise, se assim podemos denominar, é-o de forma indireta. Com este tipo de processo, é possível inquirir o espaço sem que seja através de um método destrutivo ou invasivo (Câmara, 2017: 19).

Este processo permite-nos perceber quais os melhores locais para prospetar e, conseqüentemente, rentabilizar os meios existentes para os trabalhos arqueológicos (Ruiz-Zapatero, Fernandez Martinez, 1993: 88). Vasco Mantas, na sua tese de doutoramento que versa sobre a rede viária, evidencia este mesmo processo e a sua importância. Entre outros aspetos refere que quanto mais aproximada for a captação da mesma imagem, mais facilmente se identificam resquícios de estruturas ou de vias (Mantas, 1996: 164-165).

Para aplicarmos a metodologia escolhida, e após os prévios trabalhos de gabinete, deve-se ainda selecionar os espaços a prospetar, de acordo com certos critérios (como a toponímia, as informações orais, a geomorfologia do terreno, etc.), uma vez que não seria humanamente possível prospetar todo o território. A escolha de um território para prospeção em detrimento de outros nem sempre é fácil, e obviamente que a decisão do prospector recai sobre aquela que possui maior potencial, quer para rentabilizar os recursos, quer pelo intuito da descoberta de mais sítios inéditos. Para isso, procurámos também prospetar locais com diferentes características topográficas de modo a possuir uma amostragem do território mais fidedigna. Maria Conceição Lopes refere a esta problemática, quanto ao território de Beja, da seguinte forma: “Face à inviabilidade de abarcar todo o território, partimos do princípio de que a estratégia de prospeção deveria abarcar áreas do território que apresentassem características distintas...” (Lopes, 2000: 34).

A conjugação da prospeção extensiva seletiva e a prospeção intensiva no mesmo território pode verificar-se. Apesar desta última, ser mais morosa, apresenta alguns benefícios. Ao prospetarmos de forma contínua o território, é nos possível perceber, tanto zonas muito ocupadas no passado e com povoamento distinto como outras que nunca foram povoadas. Com a prospeção de tipo intensivo também é mais provável encontrar sítios que se revelem à superfície por pequenas áreas de

dispersão de materiais. E este aspeto pode ser particularmente importante em regiões onde estes “pequenos sítios” são frequentes e caracterizam o padrão de povoamento antigo.

Realizámos este tipo de prospeção mais intensiva em Ervedal da Beira, junto dos sítios arqueológicos do Passal I e do Olival dos Pobres, bem como nas zonas circundantes. Uma das justificações para esta escolha é que este espaço geográfico é-nos imensamente conhecido e, portanto, mais facilmente pudemos aceder aos terrenos para prospetar. Concretamente neste caso, e tendo em conta outros similares, prospetámos nas imediações das *villae* romanas. Ao longo do seu *fundus*, podiam existir núcleos de povoaamentos dispersos em redor das *villae*. Estes devem ser interpretados como anexos, ou habitações unifamiliares dos trabalhadores do *dominus* da *villa*, ou locais de armazenamento.

Ao longo dos trabalhos fomos encontrando algumas dificuldades naturais, em locais de floresta densa, ou de vegetação rasteira. Um terreno agricultado e bastantes vezes lavrado é mais fácil de prospetar e de identificar materiais à superfície do que um terreno que possua bastante vegetação ou densamente florestado¹⁸. Também as condições meteorológicas interferem com os trabalhos de prospeção, na medida em que, após as chuvas é possível observar com maior facilidade os materiais (Ruiz-Zapatero, Fernandez Martinez, 1993: 89), sendo no verão este processo mais difícil, pela presença de vegetação rasteira seca a cobrir os terrenos (Carvalho, 2007 a: 42).

Os terrenos agricultados facilitam a visualização dos materiais arqueológicos à superfície. Por outro lado, porém, podem originar a destruição do assentamento, quando sujeito a lavras profundas e continuadas criando também dispersões de materiais erróneas ou que podem induzir em erro quando o arqueólogo procura classificar tipologicamente um sítio. Os processos agrícolas podem mesmo originar a

¹⁸ Após o trágico incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017, que vitimou o concelho de Oliveira do Hospital em 98% do seu território, a floresta desapareceu quase por completo. No entanto, a vegetação herbácea invasora tapou grande parte dos solos florestais, retirando a visibilidade aos mesmos. Por outro lado, uma camada de cinza do mesmo incêndio, dificulta os trabalhos de prospeção, tentando com dificuldade descortinar o que está em subcinerício.

criação de não-sítios (relativos aos fenómenos pós-deposicionais). Interpretar um sítio arqueológico soterrado através da imagem que se reflete à superfície dos terrenos é sempre um exercício difícil, sobretudo quando os processos pós-deposicionais foram expressivos, podendo ter distorcido (ou mesmo ocultado) a imagem de um sítio à superfície, não sendo esta reflexo fidedigno do que está soterrado. Só a escavação arqueológica pode determinar com mais rigor a natureza (cronologia e tipologia) de um núcleo de povoamento.

Após a recolha dos materiais, procede-se à sua limpeza e estudo. As materialidades associadas aos sítios arqueológicos são uma das formas de identificar e classificar cronologicamente e tipologicamente os sítios. Muitas das vezes, as evidências associadas aos sítios romanos são apenas os materiais de construção (*tegulae*). No entanto, este tipo de material, por vezes, pode ser dúbio e conduzir a equívocos quando da atribuição cronológica, visto que as tégulas podem ter sido reaproveitadas em tempos medievais (Carneiro, 2004: 45). Através dos estudos de materiais exumados em sítios já escavados é possível aferir com maior segurança uma cronologia (Carvalho, 2016: 415). Mas existem materiais romanos, como por exemplo as *sigillatas*, que, achados em prospeção, indiscutivelmente levam a uma classificação do sítio como romano, permitindo mesmo sem margens para grandes dúvidas a sua classificação tipológica no caso das *villae*, as tesselas (mosaicos) ou esculturas (Alarcão, 1998: 96). Neste processo classificativo importa sobretudo ter em conta a associação de materiais vários.

A par do tipo ou qualidade dos materiais, e também da sua maior ou menor quantidade, a sua área de dispersão pode ser igualmente importante para a classificação tipológica dos sítios. Vários têm sido os investigadores que têm discutido acerca do assunto (Carvalho, 2004).

Ainda assim, importa refletir um pouco na classificação tipológica dos arqueossítios. Apesar de classificarmos com base na proposta de Jorge de Alarcão (Alarcão, 1998), devemos igualmente basear a nossa investigação noutra tipo de trabalhos, como os de Marcos Osório e de Pedro C. Carvalho (Carvalho, 2004 e

2007; Osório, 2000). Estes investigadores referem que pode gerar equívocos a ideia de que os casais, ou as quintas não ultrapassem a dispersão proposta, sendo os limites referidos meramente indicativos. No caso de os casais, e caso se reflita apenas o espaço habitacional do habitat romano, pode coincidir com esta dispersão. No entanto, se tivermos em consideração os espaços ou anexos, a dispersão será maior (Carvalho, 2002: 134). No caso das quintas, algumas como no caso da quinta de Terlamonte I, pela dispersão de materiais deveria ser classificada como *villa*. Ainda assim, importa perceber que este sítio não tinha *urbana ornamenta* que as *villae*, nem a mesma qualidade de materiais (Carvalho, 2007 b: 226). Assim sendo, por vezes as quintas podem apresentar áreas de dispersão de materiais à superfície idênticas às das *villae*, mas distinguem-se por apresentarem materiais de menor qualidade. O que verdadeiramente interessa neste processo é cruzar informações: áreas de dispersão, qualidade/diversidade dos materiais e mesmo a sua quantidade.

As próprias localizações dos assentamentos romanos, articulada com as anteriores variáveis, também podem assumir uma certa importância neste processo de classificação tipológica. As *villae* localizavam-se normalmente viradas para Sul, de forma a abrigarem-se das intempéries vindas de Norte, preferencialmente em meia encosta e, junto a linhas de água (Carneiro, 2004: 44). Ainda que as *villae* se preocupassem com a *amoenitas*, também procuravam, que o sítio fosse propício para a produção agrícola, encontrando-se próxima de bons terrenos sob o ponto de vista agrícola. Assim, complementavam-se as duas realidades que as caracterizam, enquanto residência no campo (*pars urbana*) e sede de exploração agro-pecuária (*pars rustica*).

Baseemo-nos agora nos estudos e na proposta de Jorge de Alarcão, considerando a *villa* um espaço que compreenda em termos de dispersão de materiais à superfície geralmente não inferior a 5000 m² e não superior a 25.000 m², compostos por materiais diversificados, incluindo importados e os referidos “*urbana ornamenta*” (Alarcão, 1998: 91).

Relativamente às quintas, estas apresentam muita cerâmica comum e de construção, sendo também possível identificar, ainda que de forma mais escassa do que nas *villae*, *terra sigillata* e outros materiais de importação. Podem igualmente ser identificado em alguns elementos arquitetónicos pertencentes à ordem arquitetónica toscana. Em termos de áreas de dispersão, não deverão ser inferiores, em média, a 1000 m², nem superior a 5000 m², embora esses limites sejam apenas indicativos.

Os casais ou pequenos sítios não ultrapassam, geralmente, os 1000 m² de dispersão de materiais (podendo os casais atingir os 3.000 m²). O espólio que se regista à superfície é circunscrito a material de construção e a cerâmica comum, podendo aparecer um ou outro fragmento de sigillata.

Todos estes dados podem ser insuficientes se nos detivermos a realizar apenas uma inventariação e classificação de cada sítio individualmente. Ao invés, analisando o território como um todo, como um possível padrão de povoamento, o objetivo passa a ser o de identificar diferentes tipos de povoamento rural, agrupado ou disperso, que dão corpo a um determinado padrão de povoamento.

4. Inventariação dos sítios arqueológicos

Após as prospeções arqueológicas de superfície é importante sistematizar os dados recolhidos. A realização de um inventário georreferenciado de sítios arqueológicos, quer em registos manuais quer informáticos, é fundamental. Para este último registo recorreremos aos Sistemas de Informação Geográfica, através do programa *QuantumGIS*.

Recorreremos a uma camada vetorial, de modo a que, os sítios possam estar devidamente identificados e localizados cartograficamente (Anexo II).

Para o preenchimento destas fichas de registo foi necessário priorizar alguns dados, de modo a que a ficha não se tornasse demasiado extensa e pouco compreensível. Ainda assim, procurámos ser exaustivos, não abdicando de registar dados imprescindíveis para memória futura.

De forma a decidirmos que pontos seriam importantes para o nosso inventário de sítios arqueológicos, perscrutámos outros trabalhos semelhantes. Reconhecemos que existem campos indispensáveis, como o número de inventário, designação do sítio, localização administrativa e cartográfica, a classificação cronológica atribuída ao sítio (podendo ser pré-romano, romano, romano e/ou medieval, seguido tantas vezes quantas necessárias, do ponto de interrogação, pelas dúvidas que o sítio encerra), a área de dispersão de materiais, o tipo de materiais observados, e por conseguinte a tipologia de sítio¹⁹, e ainda a bibliografia ou a referência de que se trata de um sítio inédito. Decidimos também inventariar e georreferenciar os achados isolados. Não que estes nos permitam uma interpretação, mas podem corresponder a indícios de sítios arqueológicos nas imediações.

¹⁹ No campo tipo de sítio utilizámos designações preconcebidas. Para os sítios pré-romanos consideramos, os povoados fortificados de altura; em época romana, *villae*, quinta ou granja, casal, *tugurium*, e os sítios de exploração de recursos; de cronologia medieval, as sepulturas isoladas, os conjuntos de 2/3 sepulturas e as necrópoles. A escolha destes termos foi feita de acordo com (Alarcão, 1998 e Carvalho, 2007).

Por outro lado, não sendo muito usual em fichas de registo de sítios arqueológicos, criámos um campo para registos de testemunho oral. Estas informações dão a conhecer memórias que o prospetor atualmente pode já não encontrar, tal como fez André Carneiro, no povoamento rural romano do Alto Alentejo, e Sandra Lourenço, no povoamento alto-medieval entre o Dão e o Alva. Por último, registamos se se trata de um sítio inédito ou não. Naqueles sítios, já identificados anteriormente, fazemos as devidas observações, indicando a bibliografia de referência. Ao identificar os autores e os trabalhos desenvolvidos, referimos ainda registos que na nossa relocalização de sítios não foi possível indagar.

O conjunto de campos escolhido foi o seguinte:

- Número de sítio no inventário – De modo a facilitar a nomenclatura dos sítios. Todos possuem o sufixo ‘S’.
- Designação do sítio arqueológico – Decidimos que para designar os sítios arqueológicos inéditos, deveríamos recorrer à carta militar 1:25000, onde é possível identificar os topónimos, ou junto das populações através dos testemunhos orais, que configuram microtopónimos.
- Localização administrativa e geográfica – Neste ponto consideramos a necessidade de indicar a freguesia e o concelho (no caso de serem fora do atual território do concelho de Oliveira do Hospital). Aliada à anterior, e entendido como registo fundamental, é a georreferenciação do sítio arqueológico, através das coordenadas geográficas, latitude e longitude, em graus decimais.
- Descrição do espólio identificado em prospeção e área de dispersão, de modo a poder aferir a cronologia e a tipologia de sítio. Em alguns sítios não foi possível identificar a dispersão de materiais, pelas mais diferentes razões, ou pelo acesso negado à propriedade ou pela presença de vegetação densa.
- Classificação de sítio – Pretendemos, como já referimos, classificar estes sítios arqueológicos cronologicamente tipologicamente, através da dispersão de materiais e da qualidade/diversidade dos materiais. A sua classificação cronológica, encerra

algumas problemáticas, como seja a reutilização de núcleos de povoamento romano para espaços funerários em época alto-medieval e a difícil classificação cronológica de certas estruturas, como são as lagaretas.

- Bibliografia e observações – Neste campo, depois de consultados, indicamos os diversos trabalhos escritos e publicados que identificam sítios arqueológicos já conhecidos/estudados ou referenciamos os locais inéditos. Nos já estudados, optámos por referenciar todos os vestígios antes observados, mesmo aqueles que não nos foi possível identificar no sítio.

Inventário:

S1. Anta de Curral de Mouros (Sobreda, Seixo da Beira): 40.452387/7.805394; cerâmica de construção e cerâmica utilitária, referência a denários do período romano-republicano (ainda que sem qualquer registo preciso, uma vez que no Portal do Arqueólogo – Endovélico se encontra a referência aos numismas no Museu Municipal Santos Rocha, que após contacto não foi possível comprovar); romano (?); Rocha, 1899, 17-18: “Nós recolhemos provas d’um remeximento na epocha luso-romana, consistindo em fragmentos de louça lusitana d’essa epocha e também de louça com feição romana”.

S2. Tapada (Sobreda, Seixo da Beira): 40.448440/7.819483; cerâmica de construção (tégulas e imbrices) e cerâmica comum de paredes alaranjadas e cinzentas, dispersão aproximada de 1800m²; existência de uma sepultura escavada na rocha de feição antropomórfica; romano/medieval: casal/quinta (?); Lourenço, 2007.

S3. Carrascal (Sobreda, Seixo da Beira): 40.451019/7.827505; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum de pastas alaranjadas e cinzentas, fragmento de um cadinho e um núcleo de sílex, dispersão de aproximadamente 800

m², pré-romano(?)/romano: casal/quinta/exploração de minério(?); Inédito: o proprietário deste terreno rústico, aquando da movimentação de terras constatou o aparecimento de cerâmica de construção de grandes dimensões, tendo contactado os serviços municipais de arqueologia.

S4. Lagaretas da Cerca (Sobreda, Seixo da Beira): 40.450751/7.819016; lagar rupestre, com duas pias retangulares, a primeira com 3,20 metros de comprimento, por 1,80 metros de largura e a segunda distanciada desta, cerca de 80 metros para oeste, com 1,20 metros de comprimento por 0,65 de largura. A ligação entre os dois *calcatoria* é feita por um canal de escoamento; romano/medieval (?); Inédito.

S5. Sobreda I (Sobreda, Seixo da Beira): 40.455817/7.810444; aquando da abertura de emissários para a construção do ETAR de Sobreda, foi realizada uma sondagem de diagnóstico, com o intuito de atestar a afetação arqueológica da obra; cerâmica de construção e cerâmica comum de pastas acastanhadas, alaranjadas e acinzentadas; romano (?): indeterminado; Oliveira e Guedes; 2013 c.

S6. Lagareta do Cabeço da Videira (Sobreda, Seixo da Beira): 40.442779/7.825187; lagar rupestre com dois *calcatoria*, um subretangular, que possui canal de escoamento para outro de feição retangular; cerâmica comum muito diminuta e rolada; romano/medieval (?); Inédito.

S7. Lagareta do Carrasco (Seixo da Beira): 40.435450/7.843060; lagar rupestre com uma *calcatorium* de feição retangular que possui canal de escoamento; cerâmica de construção e cerâmica comum muito diminuta e rolada; romano/medieval (?); Inédito.

S8. Tapada 1 (Seixo da Beira): 40.468240/7.828070; sepultura escavada na rocha de feição antropomórfica; medieval: sepultura isolada; Lourenço, 2007.

S9. Tapada 2 (Seixo da Beira): 40.465451/7.839606; cerâmica de construção, maioritariamente tégulas, cerâmica comum de pastas alaranjadas e acastanhadas, dispersão de materiais de aproximadamente 250 m²; romano (?): casal (?); Inédito.

S10. Travessa da Igreja (Seixo da Beira): 40.458230/7.843471; silhar almofadado reaproveitado na última casa do lado direito antes da entrada no adro da igreja de Seixo da Beira, com 100 cm de comprimento por 40 cm de largura; romano: achado isolado; Oliveira e Guedes, 2013 b.

S11. Pinhal da Fonte do Rei (Seixo da Beira): 40.453060/7.846667; sepultura isolada de feição antropomórfica; medieval: sepultura isolada; Lourenço, 2007.

S12. Quinta da Florência (Seixo da Beira): 40.452857/7.858514; cerâmica de construção disforme, dispersão de materiais aproximada de 100m²; romano(?): *tugurium* (?); Inédito.

S13. Carvalhal (Aldeia Formosa, Seixo da Beira): 40.444327/7.850923; cerâmica de construção (tégulas) e cerâmica comum de paredes alaranjadas, dispersão de materiais aproximada de 700 m²; Romano(?): Casal(?). Inédito.

S14. São Cosme (Póvoa de São Cosme, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.444968/7.913962; cerâmica utilitária, cerâmica comum, mó manual; pré-

romano: povoado fortificado. Senna-Martinez, 1989: foi identificado, nos trabalhos de escavação arqueológica, um troço de muralha com cerca de 150 metros de comprimento; em termos de cultura material, foi identificado uma movente de mó, três fragmentos de metais (dois de bronze e um de “chapa”), bem como uma fíbula com formato de ómega.

S15. Passal I (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.417566/7.889999; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum de paredes alaranjadas, acastanhadas e acinzentadas, numisma (não identificada a sua cronologia), elementos arquitetónicos (silhares, aduelas), dispersão de materiais de aproximadamente 6000m². No mesmo sítio arqueológico existem três sepulturas escavadas na rocha. Duas de feição não antropomórfica e uma de feição antropomórfica. Das quais duas mantêm a estela funerária na sua cabeceira. É possível ainda verificar o reaproveitamento das estelas para a construção do muro que delimita o espaço da igreja. Romano/Medieval: *villa/necrópole*; Júnior, 2003: neste estudo aparece a referência à existência de elementos arquitetónicos romanos, dispersos pelos terrenos circundantes. No entanto, só conseguimos identificar num muro, o reaproveitamento de alguns presumíveis elementos da estrutura que aqui se localizou em época romana. Quanto à necrópole refere o mesmo autor que era possível identificar sete sepulturas. Porém, hoje só nos é possível identificar três, encontrando-se uma incompleta, passível de ter sido destruída aquando do calcetamento da envolvente; Lourenço, 2007.

S16. Olival dos Pobres (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.415810/7.891964; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum com paredes alaranjadas, acastanhadas, cerâmica cinzenta fina, numisma (não foi possível identificar a sua cronologia); dispersão de materiais de aproximadamente 3000m². Referência para uma sepultura isolada com feição antropomórfica, inacabada; Romano/Medieval: *quinta/villa?sepultura isolada*; Júnior, 2003: refere

que nos anos 30, apareciam neste sítio arqueológico (desde há muito reconhecido como local de povoamento antigo por tradição oral), mós manuais, pesos de tear, os quais não nos foi possível identificar; Lourenço, 2007.

S17. Quinta da Serrana (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.413773/7.898771; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum, fragmentos disformes de terra sigillata hispânica e terra sigillata hispânica tardia (?), numa dispersão de materiais de aproximadamente 1900m²; Romano; quinta(?); Inédito.

S18. Quinta da Serrana I (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.411858/7.901291; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum de pastas acastanhadas e acinzentadas (entre as quais uma taça carenada), numa dispersão de aproximadamente 200m²; Romano: casal(?); Inédito.

S19. Vale Côvo (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.412274/7.897330; cerâmica de construção disforme, cerâmica comum de pastas alaranjada, acastanhadas e acinzentadas, de cozeduras redutoras e oxidantes, numa dispersão de aproximadamente 1500m²; Romano: casal/quinta?; Inédito.

S20. Devesas (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.417010/7.895141; cerâmica de construção (imbrices), cerâmica comum de paredes alaranjadas e acastanhadas, dispersão de materiais aproximada de 300m²; Romano: *tugurium*; Inédito.

S21. Devesas I (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.418100/7.893243; cerâmica de construção disforme e cerâmica comum, dispersão aproximada de 100m²; Romano: *tugurium*; Inédito.

S22. Quinta das Cortinhas (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.415255/7.882557; cerâmica de construção disforme e cerâmica comum, dispersão aproximada de 400m². Localiza-se neste sítio, uma sepultura de feição não antropomórfica. Romano/Medieval: Casal/Sepultura isolada; Lourenço, 2007.

S23. Olivais (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.416531/7.885561; cerâmica de construção disforme e cerâmica comum de paredes alaranjadas, dispersão inferior a 100m²; Romano (?): *tugurium*; Inédito.

S24. Quinta da Ribeira (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.408243/7.886444; cerâmica de construção disforme e cerâmica comum de pastas acinzentadas, dispersão de aproximadamente 100m²; Romano(?): *tugurium*; Inédito.

S25. Epígrafe (Ervedal, UF Ervedal e Vila Franca da Beira): 40.421965/7.890422; ara votiva com inscrição, bem como, com o fôculo tapado por uma esfera de cimento; Leitura: TONGOBRICVS/ MEMÓRIA/DE SÃO GUMÁRIO/D(*eo*) O(*ptimo*) M(*aximo*); Romano/ Medieval/ Moderno (?): epígrafe (achado isolado/reinscrição); Inédito.

S26. Quinta do Espinhal Mouro (Lagares da Beira): 40.407110/7.857377; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum, fragmentos de *dolia*, existência

de uma lagareta com um único pio quadrangular, com canal de escoamento, dispersão de aproximadamente 2000m²; Romano: quinta(?); Inédito.

S27. Quinta do Ribeiro Mouro (Lagares da Beira): 40.40726/7.85510; necrópole constituída por seis sepulturas de feição antropomórfica; Medieval: necrópole; Lourenço, 2007.

S28. Espinhal (Lagares da Beira): 40.40669/7.85657; sepultura isolada de feição antropomórfica; Medieval: sepultura isolada; Lourenço, 2007.

S29. Nevoinha (Lagares da Beira): 40.410447/7.859824; cerâmica de construção disforme, cerâmica comum de cozedura redutora, bem como de pastas alaranjadas, de cozedura oxidante, com dispersão de materiais de aproximadamente, 1000 m²; Romano(?): casal (?); Inédito.

S30. Quinta do Tojal (Lagares da Beira): 40.39616/7.84985; sepultura isolada de feição antropomórfica; Medieval: sepultura isolada; Neves, 2009.

S31. Calçada romana (Lagares da Beira): 40.394709/7.874002; troço de calçada, com cerca de 30 metros de comprimento por \pm 2,76 metros de largura; Romano (?): via; Lourenço, 2007.

S32. Quinta da via (Travanca de Lagos): 40.393929/7.884226; troço de calçada, junto do rio Cortal; Romano (?): via; Inédito.

S33. Covelos (Travanca de Lagos): 40.382783/7.885872; cerâmica de construção, cerâmica comum²⁰; identificou-se também neste sítio arqueológico, uma lagareta, com dois pios retangulares. O primeiro, com 1,50 metros de comprimento por 2,00 metros de largura, e um canal de escorrência, para o segundo, com 1,24 metros por 1,10 metros de largura. Encontra-se orientado O-E. Romano/Medieval (?); Neves, 2007: apenas o lagar rupestre, não se referindo à existência de materiais, nem à sua dispersão.

S34. Covelos I (Travanca de Lagos): 40.382954/7.889271; cerâmica de construção (tégulas), cerâmica comum, cerâmica de armazenamento (fundo de uma ânfora), uma ‘fusaiola’, com pastas acinzentadas e alaranjadas, numa dispersão de materiais de aproximadamente 1800 m²; Romano: quinta(?); Inédito.

S35. Boiçã (Travanca de Lagos): 40.389069/7.889014; cerâmica de construção (tégulas) e cerâmica comum; identificaram-se duas lagaretas neste sítio arqueológico, a primeira trata-se de um lagar de grande dimensão, com um *calcatorium* retangular, medindo, 3,30 metros de comprimento por 1,60 metros de largura. A sul deste pio retangular, encontram-se algumas marcas no afloramento que leva a crer, que este tivesse a presença de uma prensa – o *torcularium*. O segundo pio retangular, com canal de escoamento proveniente deste primeiro, possui 1,28 metros de comprimento por 1,26 metros de largura; neste mesmo segundo pio é possível ver

²⁰ Não nos foi possível prospegar este terreno, visto que os proprietários não o permitiram, dando apenas permissão para a visita e registo fotográfico da lagareta. Ainda assim, foi-nos possível identificar aquando da visita ao sítio arqueológico este tipo de materiais, diga-se, que abundavam no vasto terreno. A sua proprietária informou-nos que os seus ascendentes encontraram uma moeda romana, no local onde hoje se encontra o lar de idosos, bem como a existência de cerâmica mais fina, podendo referir-se a *sigillata*. Em terreno contíguo, pertencente a outro proprietário, foi feita uma prospeção arqueológica de superfície, onde abundavam semelhantes materiais. Arriscar-nos-íamos a identificar este sítio sem uma prospeção metodologicamente consistente? Parece-nos que fazendo tal erro estaríamos a ir contra, todos e quaisquer princípios metodológicos para esta dissertação. Porém, pela qualidade dos materiais ora encontrados, não poderíamos deixar de georreferenciar este sítio arqueológico romano (?).

um desgaste circular na rocha, junto do canal de escoamento, que poderia ter sido para a colocação de um recipiente de grandes dimensões, ou então, um *lacus*; ainda possui um pio circular com 1,15 metros de diâmetro; este lagar encontra-se orientado para E-O. O segundo lagar, de dimensões mais modestas, encontra-se incompleto, no entanto, o *calcatorium* (ou pelo menos a parte preservada que identificámos), com 3,30 metros de comprimento por 1,75 metros de largura, bem como um pio circular, com 0,37 metros de diâmetro; encontra-se orientado para N-S. No sítio arqueológico é possível identificar à superfície material de construção e cerâmica comum. Romano/Medieval (?). Neves, 2009.

S36. Quinta da Moreira de Baixo (Travanca de Lagos): 40.392244/7.897667; quanto à cultura material não nos foi possível identificar fragmentos cerâmicos, uma vez que o solo se encontra coberto por vegetação; encontra-se um lagar com dois pios retangulares, o primeiro, provavelmente constitui o *calcatorium*, medindo 2,70 metros de comprimento por 1,52 metros de largura. O segundo pio com proveniência de um canal de escoamento do primeiro, tem a seguinte métrica: 1,26 metros de comprimento por 1,02 metros de largura. A sua orientação é NO-SE. Ao transpormos o caminho vicinal que liga Travanca de Lagos a Andorinha encontramos duas sepulturas, talhadas no mesmo afloramento e outra a cerca de 100 metros de distância destas primeiras, num afloramento paralelo ao caminho. Romano/Medieval(?); Lourenço, 2007; Neves, 2009.

S37. Cumeeira (Travanca de Lagos): 40.383306/7.881672; encontra-se neste sítio arqueológico uma lagareta com um pio retangular (*calcatorium*) e uma semicircular, com um canal de escoamento do primeiro para o segundo. O primeiro possui de métrica 2,26 metros de comprimento por 1,30 metros de largura. Já o semicircular possui de diâmetro aproximadamente, 1,62 metros. Em termos de cultura material, não nos foi possível identificar, uma vez, que nas imediações desta estrutura se

encontram estruturas contemporâneas. Romano/Medieval(?): Lagareta; Neves, 2009.

S38. Alto Zambujeiro (Travanca de Lagos): 40.38277/7.88055; sepultura isolada de feição antropomórfica. Junto da sepultura existe uma inscrição moderna “EM MARÇO DE 1666”; Medieval/Moderno: sepultura e inscrição; Lourenço, 2007; Neves, 2009.

S39. Penedo do Gorgulão (Negrelos, Travanca de Lagos): 40.37234/7.89369; lagar rupestre com 1,50 de comprimento e 1,20 de largura, duas sepulturas de feição antropomórfica, no mesmo afloramento da lagareta, e outras duas de feição antropomórfica num afloramento diferente. Nas imediações das mesmas estruturas em negativo, é possível identificar dispersão de materiais à superfície, dos quais destacamos, cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum de pastas maioritariamente alaranjadas e acastanhadas, de cozedura oxidante; dispersão de materiais de aproximadamente 5000 m²; Romano/Medieval (?): Quinta/Necrópole; Lourenço, 2007.

S40. Travanca de Lagos (Travanca de Lagos): 40.387190/7.886158; quatro fustes de coluna, dispostos num parque infantil, existência de uma pia triangular, bem como um fragmento de uma canalização ou via de escoamento (?) talhada em granito. Romano/Indeterminado (?): Achados isolados; Inédito.

S41. Travanca de Lagos II (Travanca de Lagos): 40.387465/7.885096; fuste de coluna localizado no cunhal de uma edificação contemporânea. Romano (?): Achado isolado; Inédito.

S42. São Bartolomeu I (Meruge): 40.39960/7.81847; cerâmica de construção (tégulas e imbrices), cerâmica comum, dispersão aproximada de 7000m², nas imediações deste sítio arqueológico, e na confluência com o sítio São Bartolomeu 2, importa referir a existência de uma sepultura reutilizada como lagareta, uma vez que é possível ver as escorrências e os seus canais, escavados nas imediações da mesma estrutura, composto por um único pio retangular, medindo 2,38 metros de comprimento por 1,86 metros de largura, uma concavidade retangular que tem de métrica, 0,68 metros de comprimento por 0,33 metros de largura; Romano: *villa* (?)/; Ribeiro, 1850: nesta fase é feita a referência ao achado que ocorreu, de um tesouro monetário das guerras civis do I século a.C., e ainda de um pedaço de escultura romana (?), nos terrenos contíguos ao da capela de São Bartolomeu. O estudo dessas moedas (que permanecem desaparecidas) foi realizado por Isabel Pereira (1973) e mais tarde por Amela Valverde (2000); Lourenço, 2007: esta investigadora debruça-se acerca deste importante sítio, realizou as sepulturas, fazendo referência à existência de mais estruturas funerárias, em cronologia anterior, ao da construção da atual capela de São Bartolomeu, e a existência de dispersão de materiais junto da estrada que liga ao interior da atual povoação de Meruge; Nóbrega; 2017: refere-se a dois sítios arqueológicos, mas no entanto, só nos foi possível localizar um deles, o de Santa Cruz, que desconhecemos a sua real localização e o de São Bartolomeu que aqui retratamos.

S43. São Bartolomeu 2 (Meruge): 40.39960/7.81847; necrópole composta por oito sepulturas escavadas na rocha de feição antropomórfica; Medieval: Necrópole; Lourenço, 2007.

S44. Ameal (Meruge): 40.40043/7.82754; conjunto de quatro sepulturas de feição antropomórfica; Medieval: necrópole; Lourenço, 2007: é referido por esta investigadora que, segundo informação oral à época, que existiam cerca de 12 sepulturas escavadas na rocha, atualmente reduzidas a 4. É igualmente indicado que

ao longo do olival é possível identificar diversos fragmentos de material de construção (maior predominância para imbrices), numa dispersão de aproximadamente 4000m².

S45. Salgueiral (Lagos da Beira, UF Lagos da Beira e Lajeosa): 40.37110/7.83607; duas sepulturas de feição antropomórfica, uma das quais incompleta, por ter sido partida; Medieval: Necrópole; Lourenço, 2007.

S46. Mata das Forcas (Lagos da Beira, UF Lagos da Beira e Lajeosa): 40.36959/7.85168; duas sepulturas de feição não antropomórfica, uma delas (a que se localiza à esquerda do caminho vicinal) possui um canal de escoamento orientado para N; Medieval: sepulturas isoladas (conjunto 2/3); Lourenço, 2007.

S47. Alto de São Miguel (Lagos da Beira, UF Lagos da Beira e Lajeosa): 40.37251/7.830454; cerâmica de construção (imbrices e tégulas) e cerâmica comum de pastas de cozedura redutora, e de pastas acinzentadas, numa dispersão de 800m²; Romano (?): Casal; Inédito.

S48. Lajeosa I (Lajeosa, UF Lagos da Beira e Lajeosa): 40.380021/7.850283; cerâmica de construção disforme e cerâmica comum de pastas alaranjadas; Romano (?): indeterminado²¹; Oliveira e Guedes; 2013 a.

²¹ No S5 e no S48, a tipologia indicada é indeterminada, uma vez que foram identificados através de trabalhos arqueológicos de categoria C (cf. al. c) do artigo 3º do Decreto-Lei nº 164/2014, através de sondagens de diagnóstico. No decurso dos trabalhos do sistema de abastecimento de águas e saneamentos, os arqueólogos responsáveis pelos trabalhos, e consequentemente autores do relatório final, acharam conveniente a realização de sondagens de diagnóstico, de modo a atestar o potencial arqueológico e entender a estratigrafia. Em ambos os sítios, a escavação não se finalizou, como normalmente no substrato geológico, ou em alguma estrutura digna de preservação, uma vez que foram evidenciados na U.E. 03 os lençóis freáticos, não permitindo a boa evolução dos trabalhos. Ainda assim, a cultura material exumada é indubitavelmente romana. Ainda assim, não é possível classificar tipologicamente os sítios, daí atribuímos nesta inventariação de sítios a classificação de

S49. Várzea (Várzea de Meruge, concelho de Seia): 40.399022/7.772645; cerâmica de construção disforme, numa dispersão aproximada de 100m²; Romano: *tugurium* (?); Inédito.

S50. Ponte das Barcas (Vila Meã, concelho de Carregal do Sal): 40.413821/7.966317; vestígios de aduelas que constituíam uma ponte, transpondo o rio Mondego; Romano (?): ponte; Pinto, 2014.

indeterminado. Não tendo sido realizados, trabalhos prévios sem afetação estratigráfica, vulgo, prospeção arqueológica de superfície, não é possível calcular a área de dispersão de materiais.

5. A rede viária romana entre espaços urbanos e rurais

“As estradas da *splendidissima civitas* não foram ainda objeto de sistemático estudo.”

Jorge d'Alarcão

A investigação da rede viária romana encerra alguns condicionalismos, já identificados em estudos semelhantes. A carência de percursos lajeados e a não multiplicação de miliários, bem como a difícil atribuição cronológica às vias, torna difícil este estudo. Todavia, é provável que algumas, decalquem caminhos herdados dos povos pré-romanos e continuem integradas, embora desvirtuadas, na densa e confusa rede viária medieval que ligava todas as vilas, aldeias e lugarejos.

Não obstante a continuidade de utilização das vias, estas serviriam de ligação entre capitais de *civitas* pelas vias principais. Os sítios rurais teriam outro tipo de ligações, como as vias secundárias e vicinais²².

Ao tentarmos indicar um traçado mais fidedigno, num território mais reduzido, é necessário realizar um estudo mais minucioso. Nesse sentido, procurando conhecer os possíveis restos de antigas calçadas e pontes, os sítios arqueológicos já identificados e os inéditos, entendê-los no quadro da geografia local e regional, dos corredores naturais de circulação, verificando se podem integrar a rede de estradas que ligavam da forma mais direta possível as cidades do Império. É preciso ainda ter em conta um certo “determinismo geográfico” e morfológico (os designados “corredores naturais de circulação”), no momento de identificar possíveis traçados.

²² Considerando que as propostas de traçado das vias principais nos parecem demasiado difíceis de definir, as mesmas dificuldades registam-se de forma exponencial quando tratamos de vias secundárias e vicinais. Não obstante de estas existirem, não se entendem no nosso estudo como basilares para uma análise territorial.

Nesse contexto, são dados importantes a orografia, os dados hidrográficos²³ e a necessidade de ligar da forma mais rápida possível duas capitais de *civitates* (*caput civitates*) (Carvalho, 2007 a: 129). Amorim Girão refere a importância da hidrografia: “uma rede fluvial torna-se muitas vezes rede de vias de comunicação terrestre, e, por esse motivo, de relações entre povos muito afastados, que assim põem em contacto” (Girão, 1941: 134 *apud* Matos, 2019: 144). Os perfis altimétricos existentes no terreno dificultariam a circulação das pessoas, portanto, eram, sempre que possível, evitados.

Para esta análise consideramos necessário utilizar também softwares *open source*, como o Quantum GIS. Se o fizéssemos unicamente para localizar os assentamentos, seria bastante redutor. Portanto, aproveitámos os seus *plugins* e aplicações, que permitem uma análise do território, promovendo assim a construção de conhecimento científico mais coeso.

Tendo presente que a paisagem que hoje nos é possível observar, não seria aquela de época romana, analisámos os declives do terreno através dos modelos digitais terrestres (cedidos pela Direção Geral do Território), sendo possível perceber os sítios com acesso dificultado.

Estamos conscientes que qualquer análise neste software pode ter incorreções e, todos eles, necessitam de confirmação em trabalho de campo. No entanto, seríamos incautos se não observássemos os locais onde as pendentes fossem mais suaves, de forma a delinear os eixos viários, mas também a necessidade de possuímos vias mais diretas que liguem os assentamentos (Anexo IV, Mapa 4) (Carvalho, 2007 a: 129).

23 Para permitir a travessia do curso dos rios, haveria três formas: as pontes em pedra (ainda que conheçamos poucas indiscutivelmente romanas) ou em madeira, a existência das popularmente adagiadas como poldras, presentes em locais onde o curso fluvial seja menor, e as barcas fluviais.

Aliado aos anteriores dados, também a cultura epigráfica²⁴, aquando da identificação de marcos miliários, auxilia o traçado das vias. Estes elementos informativos viários, davam nota aos transeuntes de mais uma milha percorrida. Tendo uma profunda conotação política, estes monumentos eram erigidos nas vias principais. Neles, face à referência ao imperador (e à titulatura imperial), é possível obter informação sobre o momento de construção da estrada ou de obras de reabilitação. Estes monumentos epigráficos são muitas vezes reaproveitados para construções modernas e contemporâneas, acabando por ser descontextualizados²⁵, podendo induzir o investigador em erro. Todavia, não foi possível identificar no nosso território de estudo qualquer miliário, sendo igualmente escassos no território da *civitas* de Bobadela²⁶.

24 Um trabalho relativo à epigrafia desta cidade romana, de Regina Anacleto (1981: 75-76), refere a presença de um marco miliário, identificado em Bobadela, entretanto desaparecido, com uma atribuição cronológica do baixo-império (século IV). Nesse monumento epigráfico é feita a referência à sua localização, de acordo com o Dr. Adelino de Abreu. Refere-se o achado no seguimento da estrutura murária “próximo da igreja nova”. Seria nas imediações do *cardo maximus* aí existente? A localização da igreja nova será muito próxima, daquilo que seria a do templo do espaço forense. Aliás, os grandes edifícios do fórum da capital da *civitas* bobadense, devem ter sido transformados em edifícios de tipo religioso em época medieval (Carvalho e Silva, 2018: 42). Essa principal via da cidade romana, onde de resto foi provavelmente identificado este marco miliário, deve ser maioritariamente concomitante com o atual arruamento da várzea bobadense, rua João dos Santos Pestana Coelho (Silva, 2014: 87). Daqui sairia a via provavelmente para o quadrante norte, seguindo posteriormente até Travanca de Lagos – local que propomos como cruzamento de vias principais. A leitura da inscrição e sua subsequente interpretação foram dificultadas sobremaneira por a mesma se encontrar “apagada pela acção do tempo” (Anacleto, 1981: 75), não sendo possível identificar a contabilização das milhas no campo epigráfico. Assim desconhecemos se seria uma via que ali tivesse início, ou apenas um troço de via, que passasse no território urbano da *civitas*.

25 No *territorium* da *civitas* de Bobadela existe um miliário em Paços da Serra (Gouveia) que hoje se encontra depositado na Casa Grande (Turismo Rural). O mesmo monumento epigráfico pertence ao reinado do imperador Maximiano (c. 307 d.C.) e foi encontrado no sítio do Saião, entre Paços da Serra e Pinhanços (Silva, 2014: 109). Este miliário tem sido estudado por diferentes investigadores, e onde é possível ler-se: CAIIS/ M · AVR/MAXVM/IANOP · P · /AVG · P · M · /XXI (Saraiva, 2013: 54). O miliário pode ainda delimitar a oeste o *territorium* da *civitas* de Bobadela, coincidindo curiosamente com o atual limite concelhio (Seia/Gouveia), assinalando uma importante via romana que mais tarde trataremos.

26 Relativamente aos marcos miliários, no território em estudo, estes poderiam estar junto do rio Mondego, em Caldas da Felgueira, local da possível delimitação administrativa da *civitas* de Bobadela, em confluência com *Vissaium* (Alarcão, 2002-2003: 165), assim como poderiam concentrar-se preferencialmente junto a outros limites da *civitas*, como acontece com o miliário encontrado em Paços da Serra (Gouveia), junto à fronteira nordeste da Bobadela romana.

Não pretendemos, atendendo à citação de Jorge de Alarcão, focar o nosso estudo sobre todas as vias romanas que cruzavam o território da *splendidissima civitas*. Mas, propor traçados, sustentados pelas evidências arqueológicas identificadas no nosso caso de estudo. Esta área era ponto de passagem de diversas vias imperiais principais, que ligariam territórios de outras *civitates* a outras províncias romanas (Anexo IV, Mapa 2).

A indefinição administrativa romana também se afirma como um limite à investigação viária romana. Da cultura epigráfica conhecida fazemos referência ao miliário de Maximiano, existente em Paços da Serra (concelho de Gouveia). Este miliário assinalava a estrada que desde Bobadela seguia em direção à Póvoa do Mileu, na Guarda, capital dos *Lancienses Transcudani*. Poderia ainda encontrar-se no limite nascente do território desta *civitas* (Silva, 2014: 109). Com efeito, a *splendidissima civitas* estendia o seu território, pelo menos, até à zona de Pinhanços (Seia) e Paços da Serra (Gouveia), na área do atual limite concelhio.

O Mondego parece definir o limite com Vissaium, capital dos *Interannienses* (Alarcão, 1989 e 2006). João Inês Vaz (Vaz, 1998) refere que deveria servir como fronteira norte e oeste. Por seu turno, Jorge de Alarcão avança com a possibilidade de que o *termini* existente em Guardão (concelho de Tondela), datado do ano 4 d.C., poderá corresponder a este território, possivelmente integrado na *civitas* dos *Tapori*. A serra da Estrela seria outra das delimitações administrativas romanas. Contudo, Vasco Mantas, num recente artigo refere que, o território sediado em Bobadela, poderia estender-se até ao curso do rio Zêzere, tendo em conta a questão dos *Iulii* e dos *Cantii*, que se dedicaram à mineração romana no território de Bobadela e *Igaedis*, e atendendo também ao que é registado na epígrafe da ponte de Alcântara (Mantas, 2019: 278).

Atendendo a que estas famílias se dedicavam à mineração em ambos os territórios, existiam ligações viárias entre o território dos *Tapori* e as atuais regiões da Beira Baixa e Cova da Beira, em Época Romana territórios dos *Igaeditani* e dos

Lancienses (Ocelenses). Essa via já referenciada por Mário Saa²⁷ e Jorge de Alarcão²⁸, provinha da capital da Lusitânia, *Emerita Augusta*, a *Bracara Augusta*, a capital do *Conventus Bracaraugustanus*, na *Tarraconensis* (Mantas, 2019), seria o canal de comunicação preferencial²⁹ (Carvalho, 2007 a: 149).

Presumivelmente, este traçado pertenceria a um eixo viário pré-romano (Carvalho, 2007 a: 129, nota 114). A sua funcionalidade parece ter-se mantido inalterada: o escoamento de produtos da mineração (Idem: ibidem) e contornar o acidente orográfico, provocado pela serra da Estrela (Mantas, 1990: 220). Poderá ser precipitado avançar com a proposta de uma utilização pré-romana da via. No entanto, a existência de vestígios materiais pré-romanos, em alguns sítios arqueológicos, ao longo do traçado viário, permite avançar com esta hipótese. A ser assim, esta via originalmente pré-romana deve ter sido reaproveitada pelos exércitos romanos, com uma finalidade militar (Mantas, 2012: 274).

A identificação de tesouros monetários romano-republicanos³⁰, de época sertoriana e/ou pompeiana, consubstanciam essa reutilização. Destacamos as

27 Mário Saa faz referência à via que aqui referenciamos. Mesmo admitindo a possibilidade de existir uma bifurcação desta via, apenas refere as vias que se localizam entre Abrunhosa-a-Velha e Paços da Serra (Saa, 1959: 318). Quanto ao castro de São Romão e à sua preponderância na paisagem viária, este autor faz referência a uma via que viria da capital de *civitas*, passando pela atual EN nº17, passando nas imediações deste povoado e dirigindo-se a Seia, subindo as serranias através de Aldeia da Serra em direção à estrada que passaria junto a Manteigas.

28 Jorge de Alarcão, na obra “O domínio romano em Portugal” (Alarcão, 1988), refere-se à via que viria da capital da Lusitânia (*Emerita Augusta*) até à capital dos Interannienses (*Vissaium*). Considerada como uma das vias mais importantes da Lusitânia, voltou a ser objeto de estudo por Vasco Mantas (Mantas, 2019), retratando-a até à capital do *conventus bracaraugustanus*, na *Tarraconense*. Regressando àquilo que Jorge de Alarcão, nos finais da década de 80, dizia sobre esta via: “Uma estrada de *Emerita Augusta* a *Egitânia*, e daí a *Viseu*, constituía, com as suas ramificações, uma rede que ligava as principais povoações da Beira Interior (...) chegava à capital da *civitas Igaeditanorum* (4/462); passava depois por 4/437, 435, 434A, 434, 400 e 370. Este último ponto, correspondente a Capinha” (Alarcão, 1988: 101).

29 O gentílico dos *Iulii* é referente a uma família que foi preponderante na época da romanização e nos primeiros tempos do império. O evergetismo destas famílias ao financiarem obras públicas, encontra-se patente quer em Bobadela, quer em Igaedis, como é o caso de *C. Cantius Modestinus*, ou de *Iulia Modesta* que refez as portas do fórum de Bobadela, provavelmente nos finais do século I d.C.

30 No que concerne a este estudo que indica o contexto histórico dos diferentes tesouros monetários republicanos que foram identificados no atual território português, Jorge de Alarcão, (Alarcão, 1999: 3), cartografa erroneamente o sítio arqueológico de Meruge. No entanto, se dermos atenção aos

estações arqueológicas de São Bartolomeu, Castro de São Romão e Aguincho³¹, visto que há a correspondência do eixo viário aos tesouros.

A via já se encontra identificada até Catraia de São Romão (Carvalho, 2007 a: Mapa 5). A partir daí surge a dúvida e incerteza quanto ao seu traçado. Junto à Catraia de São Romão – à vista do castro de São Romão que assumiria um lugar central no povoamento desta região - existiria um cruzamento de vias principais³². Esta estrada aí cruzava-se com a via que ligava *Aeminium* a Póvoa de Mileu, podendo seguir posteriormente para *Salmantica*, por Ciudad Rodrigo, também possível capital de *civitas*.

Regressemos à via *Igaedis – Vissaium*, e aos vestígios arqueológicos conhecidos. Nesse seguimento, julgamos que esta via passasse junto a Várzea de Meruge, seguindo posteriormente para Meruge³³. A partir de Meruge, parece-nos existir duas possibilidades: ou rumava por Casal de Travancinha até Travancinha,

pontos cartografados, e se traçarmos uma linha entre os pontos Idanha a Nova, Alcaide, Alvoco da Serra, São Romão, Meruge e Viseu, estes correspondem à via entre *Igaedis* e *Vissaium*, que ora estudamos.

31 Nestes três sítios arqueológicos foi possível identificar, denários do período romano-republicano. Quanto ao Castro de São Romão é amplamente referenciada a lata diacronia de ocupação do sítio, desde o Bronze final até seguramente ao século III d.C. Mas quanto ao tesouro monetário neste sítio identificado, este era constituído por cerca de 1000 numismas, datando do hiato entre 154 e 74 a.n.e. (Alarcão, 1993: 15). Em relação ao Aguincho (junto de Alvoco da Serra), em pleno maciço central da Serra da Estrela, foi igualmente identificado um outro tesouro monetário republicano, sem identificar a cronologia da cunhagem (Idem; Ibidem). No que concerne a São Bartolomeu, a existência dos denários republicano amplamente referenciado (Pereira, 1975; Amela-Valverde, 2000: 19; Nóbrega, 2017: 32-33) e datado do hiato temporal entre 82 e 44 a.n.e. A relação cronológica entre os três sítios leva-nos a identificá-los entre o período das guerras sertorianas e pompeianas (Alarcão, 1993: 15; Amela-Valverde, 2000: 105-106). Porém, a análise numismática realizou-se tendo por base uma amostra, uma vez que as restantes se extraviaram.

32 Algumas das vias contemporâneas podem ter tido o seu troço cuidadosamente decalcado, nas vias romanas. A estrada da Beira, parece ter sido uma dessas realidades, visto que facilmente unia o litoral e o interior da Lusitânia, acompanhando o curso do rio Mondego, entre *Aeminium* e Póvoa de Mileu (Guarda). Algo que Jorge de Alarcão referia, como a via que, “sairia de Bobadela, uma via que podia cruzar os pontos 4/284, 287, 286, 285, 265 e que, em 4/266, encontraria a grande estrada de *Emerita* a Viseu.” (Alarcão, 1988: 104-105).

33 Na atual povoação de Meruge, deveria esta via passar no seu quadrante norte, junto do sítio arqueológico de São Bartolomeu, onde se julga ter existido um *villa*, face ao aparecimento de vestígios dignos de tal classificação.

onde ainda se conserva um troço de calçada, ainda que de cronologia indeterminada, ou por outro percurso através ponte do Moinho do Buraco³⁴ (Anexo IV, Mapa 3). Em ambos os casos, parece-nos que passaria junto ao sítio arqueológico do Carvalhal (S13). Deveria depois seguir para a atual aldeia de Sobreda, passando nas imediações de dois sítios arqueológicos. O primeiro, Tapada (S2) poderá ser um casal ou uma quinta e o segundo, Carrascal (S3), um local de exploração dos recursos naturais. Assim sendo, esta via também podia servir interesses económicos, uma vez que o sítio arqueológico do Carrascal, junto de Sobreda, pode ser apontado como um sítio de mineração romano.

Posteriormente, esta via deveria continuar até Felgueira Velha, onde João Inês Vaz (Vaz, 1998) faz referência a um sítio arqueológico, na margem direita do rio Mondego, denominada como quinta das barcas³⁵. Sendo, portanto, mais um motivo para teorizarmos a travessia do Mondego por barcas e não através de uma ponte.

No território dos *Interannienses*, a via, deveria seguir para Mangualde onde se localiza a *mansio* ou *mutatio* da Raposeira. Esta estação arqueológica estaria

34 Nas margens do rio Seia, referimos a existência de uma ponte, toponimicamente denominada como, ‘Moinho do Buraco’. Apesar do tabuleiro atual ser cronologicamente atribuído à época contemporânea, existe nas fundações da atual, uma ponte, de uma cronologia anterior (Anexo IV, Figura 6). Não podemos assegurar, que seja de cronologia romana, mas deixamos aberta a possibilidade para que a via romana aqui pudesse passar. Tendo em conta que, em duas cronologias distintas este foi o local escolhido para a transposição do rio Seia, e que se encontra no seguimento do eixo viário, parece-nos uma hipótese que cabalmente podemos propor.

35 Na sua tese de doutoramento, João Inês Vaz, refere-se a este sítio arqueológico, como um local onde pudessem existir barcos, de forma a poderem transpor o rio Mondego. Caldas da Felgueira pode ainda ter correspondido a um *caput viae*. Essa teoria é avançada a partir da informação dada pelo miliário de Espinho que aponta a milha VII (Vaz, 1997: 384). A distância entre Espinho e Caldas da Felgueira, corresponde a este distanciamento. De resto, Jorge de Alarcão a isso apontava quando referenciou que a contagem das milhas poderia realizar-se a partir do extremo do território da *civitas* de Bobadela. (Alarcão, 1989: 305). A via proveniente de Meruge e que passava em Caldas da Felgueira, prosseguiria depois em território dos *Interannienses*. O seu traçado corresponde à via VIII, referenciada por Inês Vaz e já indicada por José Coelho, que viria a desembocar na via IV, na zona da Raposeira. O sítio arqueológico de Raposeira (Mangualde), foi interpretado e reclassificado através das últimas análises, permitindo avançar com a classificação de *mansio* ou *mutatio* (Santos, Figueira, Cravo, 2018: 348-349) – construída no reinado de Augusto (Carvalho, 2014: 17).

localizada numa zona de bifurcação de vias, ainda que com o mesmo destino: *Vissaium* (Silva, 2014: 110-111).

Para além de São Bartolomeu estar integrado no traçado viário que anteriormente referimos, também presumimos que seja um local de cruzamento de vias (Anexo IV, Mapa 3). Poderia ainda assumir uma função específica na rede viária e de povoamento romano: lugar de pequena estalagem (*statione?*)

Uma das vias que cruzaria em São Bartolomeu, parece ser a que corresponde o miliário de Paços da Serra. A marcação das XXI milhas, devem indicar o traçado de uma via entre este primeiro local, passando por São Bartolomeu e com destino a Bobadela, que dá aproximadamente 30 quilómetros, segundo estudo de Vasco Mantas. De Meruge conjecturamos que se dirigisse para Lagares da Beira, ao encontro da calçada romana (Anexo IV, Figura 5), transpondo o rio Cobral, passando pela quinta da via (S32), indo na direção da atual aldeia de Travanca de Lagos. A entrada desta via, no território urbano, far-se-ia provavelmente pela zona poente da cidade, através da atual povoação de Negrelos³⁶. Nas imediações dessa atual aldeia foi identificado um sítio arqueológico de lata diacronia, Penedo do Gorgulão (S39), entre época romana e medieval.

A atual povoação de Travanca de Lagos, talvez correspondesse a uma zona de cruzamento de vias principais³⁷, que serviam o quadrante norte e oeste do território da civitas.

36 Hipoteticamente, a saída poente da cidade romana, seria o eixo convergente das vias que serviriam o quadrante norte e oeste do território da *civitas*. A aldeia mais próxima – saindo pelo quadrante poente de Bobadela – que se nos apresenta é Negrelos. Nas imediações foi identificada uma estrutura em negativo de produção agrícola (lagareta), com dispersão de materiais cerâmicos atribuíveis à cronologia romana. Podemos conjecturar a possibilidade de que as vias que se dirigissem para o quadrante norte e oeste da *civitas* passassem junto deste sítio arqueológico, seguindo para Travanca de Lagos.

37 A localização de Travanca de Lagos pode levar-nos a indiciar uma zona de cruzamento de vias principais. A sua proximidade à área urbana e periurbana de Bobadela, permitir-lhe-ia uma localização estratégica para o acesso a estes territórios. Os sítios (S33 e S34) que inventariámos no território desta atual freguesia, poderiam pertencer a um sítio rural com alguma preponderância na paisagem romana.

Dirigindo-se para a zona norte da *civitas*, deveria existir um *diverticulum* a partir da calçada de Lagares da Beira. Esse troço viário, dirigia-se para o rio Seia, atualmente transposto pela ponte de Vale de Negros. Seguindo pela margem direita desse rio³⁸, até ao sopé³⁹ da atual aldeia de Fiais da Beira.

Esta via deveria desembocar mais uma vez no leito do rio Mondego, no atual limite concelhio (Oliveira do Hospital/Carregal do Sal). Nesse local existiria uma ponte⁴⁰. A partir de Fiais da Beira, na margem esquerda, não foi possível identificar qualquer evidência arqueológica. Isso está provavelmente relacionado com o declive acentuado e uma forte preponderância rochosa, pouco propenso à atividade agrícola. Quanto à margem direita, segundo trabalhos recentes de Evaristo Pinto⁴¹, existe um assentamento romano que pode dar sustento a esta nossa proposta de traçado.

No que concerne às ligações viárias a partir da capital de *civitas* para o quadrante poente do seu território, estas deveriam passar pela atual aldeia de Póvoa de Midões. Nesse local, conserva-se uma epígrafe que carece ainda de confirmação quanto à sua leitura, podendo referir a presença de uma ponte ou fonte⁴². Apesar de

38 O circuito viário apresentado, e ao referencarmos a passagem da via pela margem direita do rio Seia, tivemos em linha de conta o afastamento das *villae* em relação às vias principais, estando normalmente a algumas centenas de metros (Carvalho, 2010: 129-130). Neste caso concreto, na área da aldeia de Ervedal da Beira, identificaram-se vários sítios arqueológicos romanos, um dos quais classificados como *villa*.

39 Neste ponto, existe um cabeço morfológicamente peculiar, que toponimicamente tem a designação de couraça, sendo presumivelmente apontado como povoado pré-romano (Neves, 2007: 282). No entanto, em prospeções efetuadas no local não observámos qualquer vestígio arqueológico.

40 Esta ponte romana foi identificada pelo Dr. Evaristo Pinto, após indicação de um popular. A análise feita por este investigador foi através dos elementos arquitetónicos monumentalizados que indiciavam uma construção importante. A presença de “pedras aparelhadas”, algumas das quais “em forma de aduela”, bem como algumas de forma paralelepípedicas. Junto a estas é possível localizar alguns alicerces da possível estrutura de transposição fluvial. As bases identificadas têm de métrica, 7,5 metros de largura.

41 Ao longo das três edições da carta arqueológica realizada por este técnico da Câmara Municipal de Carregal do Sal, apenas um sítio de cronologia romana foi identificado nas imediações da linha hidrográfica do Mondego. O sítio arqueológico do Vale do Rio, localizado na freguesia de Oliveira do Conde, encontra-se sobranceiro ao rio. Provavelmente a via que viria de Fiais da Beira poderia, após transpor o Mondego, passar junto a este sítio.

42 A epígrafe referida que se encontra reutilizada num muro em Póvoa de Midões, data do ano 80, reinado do imperador Tito, da dinastia flaviana. A leitura proposta por Vasco Mantas é: IMP. TITO.

diferentes investigadores (Coelho, 1970: 70; Mantas, 1990: 227) referirem a inscrição com indicação de uma ponte, persiste ainda a dúvida se se refere antes a uma fonte. Aparentemente, no território da *civitas* com capital em Bobadela, um indígena, endinheirado, terá mandado construir à sua custa uma fonte pública – parece ser isso que regista a inscrição achada em Póvoa de Midões (Tábua).

Esta via, contrariamente ao que já era referido, deveria seguir através da ponte de Sumes ou da de São Geraldo, atravessando o território municipal de Tábua, com destino a *Talabriga*⁴³, como apontam estudos mais recentes (Carvalho e Silva; 2018: 26-27), podendo a certa altura entroncar na via *Vissaium – Talabriga*.

Uma outra via deveria fazer ligação à estrada imperial Olisipo – Bracara Augusta. Nesse sentido, deveria passar nas imediações dos sítios da Pedra da Sé (concelho de Tábua), junto do sítio do Patarinho⁴⁴, ainda parte integrante do

VIII. COS/PONTEM AEDIFICAVIT/SEVERVS VITULI. Ainda referente a esta ponte, existe um documento da era de 1207 (ano de 1169), no livro preto da Sé de Coimbra (doc. 60, pp 102-104), que indica “*in portu fluminis mondeci quem vocitant portum de midones subtus dirutum pontem lapideum*” (tradução - “no porto do rio Mondego que chamam de Porto de Midões sob a arruinada ponte de pedra”). Popularmente a ponte referida como romana, mas que obviamente levanta diversas problemáticas de precisão cronológica, é a ponte de Sumes. No entanto, não nos parece ser a referida na inscrição, nem tão pouco no documento do cartulário medieval. A razão é que o documento se refere a uma ponte implantada sobre o rio Mondego, e não sobre o rio de Cavalos, como a de Sumes. Contudo, há a apontar a problemática da identificação de pontes indiscutivelmente romanas, uma vez que a tecnologia utilizada se mantém quase inalterada até época moderna. Toponimicamente, a maioria das pontes antigas nesses territórios são denominadas como romanas, induzindo em erro as gerações seguintes, ou mesmo em estudos feitos em décadas mais recuadas do século XX, como o caso do Dr. Tarquínio Hall (1998). Este autodidata fez um estudo sobre “pontes romanas” do concelho de Oliveira do Hospital, onde apenas uma, se pode dizer seguramente que é de época romana.

43 Jorge de Alarcão refere uma via que saindo da *caput civitate* seguiria para Viseu. Tal como referido, parece-nos que essa via poderia não se deslocar para Viseu, mas para *Talabriga*. No entanto este investigador, conjectura um possível traçado, “Desta estrada ocidental de Bobadela sairia o caminho de Viseu por 4/312, 278, 254, 250, 203, 202, 200 e 163A, ou por 3/70 e 4/276, 251 e 250.” (Alarcão, 1988: 104).

44 Fizemos propositadamente referência a este sítio arqueológico, que se localiza na margem esquerda do rio Mondego, na foz do Dão. Este sítio arqueológico tem sido alvo de escavações arqueológicas, podendo ter aí existido um porto fluvial. Hipoteticamente, teríamos nesta localização um ponto de convergência de vias terrestres. Uma vez que a partir deste ponto o rio Mondego é navegável, até à sua foz, seria exequível que aqui chegassem materiais provenientes de trocas comerciais, ou até mesmo produtos do litoral, que mais facilmente chegariam ao interior norte da Lusitânia (cf. Escavações mostram potencial arqueológico de Patarinho, em Santa Comba Dão; Expresso, notícia online de 18 de julho de 2019).

território desta *civitas*, rumando a Mortágua. Desembocaria, por último, na Mealhada nessa grande estrada imperial.

De todas as vias que aqui referimos e que, colocamos à discussão, todas necessitam de um estudo bastante mais aprofundado. Como já tivemos oportunidade de referir, todas as propostas, carecem de confirmação, ainda que restem poucos vestígios indiscutivelmente de época romana.

6. O povoamento pré-romano

6.1. O povoado de São Cosme e a potencialidade de exploração de recursos

Ao longo dos trabalhos de campo que desenvolvemos, prospetámos diferentes locais, com orografia e geomorfologia distintas. O intento principal foi o de produzir mais conhecimento científico relativo a estes sítios que cronologicamente se inserem no hiato cronológico do I milénio a.C., bem como a sua possível continuidade de ocupação em Época Romana.

Nesse sentido, tentámos identificar sítios com as seguintes características: i) locais que correspondessem a esporões ou cabeços destacados na paisagem; ii) a sua localização junto a redes hidrográficas; iii) sítios com alguma visibilidade e, conseqüentemente defensabilidade; iv) sítios que nas imediações obtivessem larga propensão agrícola, bem como solos aluvionares conducentes à presença de minério.

Mesmo assim, em alguns dos sítios com estas mesmas características, não foi possível identificar qualquer assentamento, mesmo quando a toponímia⁴⁵ a isso também indiciava.

Mas, pretendemos visitar e interpretar os dados já publicados, para promover novas leituras, para os mesmos cenários presentes na paisagem.

Um desses sítios arqueológicos, amplamente debatido e intervencionado nos anos 80 do século XX, é o povoado de São Cosme⁴⁶. A sua localização e implantação

45 Relativamente à toponímia associada aos povoados pré-romanos procurámos identificar na carta militar, ou através de informação oral os locais com os seguintes topónimos: castelo, crasto, castro, outeiro. Marcos Osório alerta, na sua dissertação de mestrado, que a existência de topónimos sugestivos da presença humana, podem não corresponder a vestígios arqueológicos que comprovem (Osório, 2006: 57). No nosso caso de estudo, registamos o caso do outeiro da Tosse (Ervedal da Beira), Couraça (Fiais da Beira) e num cabeço em Pedras Ruivas (Seixo da Beira), onde não se verificou povoamento pré-romano.

46 O povoado de São Cosme, localiza-se no quadrante oeste do lugar de Póvoa de São Cosme, na união de freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, inserido num cabeço sobranceiro ao rio Mondego. Este sítio arqueológico encontra-se numa zona toponimicamente denominada como, o vale do ferro, mas popularmente reconhecido de ‘crastos’ – como gentilmente nos informaram habitantes

topográfica⁴⁷ está intimamente relacionada com a tipologia proposta por Ricardo Costeira da Silva, para povoados do Bronze Final da Beira Interior (Anexo III, Figura 3). Ao analisar outras implantações topográficas, percecionámos que estava intimamente ligado com o “I C – Assentamentos em promontórios ou esporões fluviais” (Anexo III, Figura 4), (Silva, 2005: 27). Esta tipologia, destaca-se no Pinhal Interior, região na qual nos inserimos (Idem: 30 – tabela 1). Ao aplicarmos esta análise ao perfil de elevação do povoado de São Cosme, concluímos que possui ótimas condições de defensabilidade, bem como de visibilidade.

Para além disso, parece estarmos perante um povoado de baixa altimetria, sobranceiro a uma linha aquífera. De um prisma mais economicista, estes tipos de povoados têm como principal atividade a agricultura e a exploração de recursos naturais. Devido à sua localização junto do rio Mondego, o uso dos solos é mais propenso à agricultura e marcado por aluviões, tal como referimos na premissa iv) da identificação deste tipo de sítios.

Sabemos de antemão, que este sítio arqueológico foi ocupado no decurso do I milénio a.C. Mas, até que momento este sítio arqueológico se manteve ocupado?

de Póvoa de São Cosme – e de resto assim identificado na folha 17-C da Carta Geológica de Portugal. Os trabalhos que decorreram neste sítio arqueológico foram desenvolvidos em grande monta na segunda metade da década de 80 do século XX. Inicialmente com a limpeza do terreno, de modo a facilitar os trabalhos. Posteriormente deu-se o trabalho de prospeção arqueológica, e por último os de escavação. No decurso da escavação foi identificada uma linha defensiva, fragmento da muralha orientada para o quadrante Este do povoado, composto por núcleos quartzíticos, tal como de resto é composta toda a totalidade do cabeço, bem como as suas imediações (referência a um afloramento quartzítico – denominado de Penha – a cerca de um quilómetro). Este sítio arqueológico em termos tipológico enquadra-se no tipo de povoados Baiões-Santa Luzia e, portanto, a estrutura defensiva aqui identificada, assume um certo paralelismo com a muralha existente no povoado do Castro de São Romão (concelho de Seia), no quadrante oeste (Senna-Martinez, 1989: 207).

47 Este tipo de povoados fortificados do bronze final, não mudam sobremaneira de forma de implantação topográfica. A sua localização, em cabeços ou esporões destacados na paisagem, permite uma defesa privilegiada, quer dos territórios imediatamente circundantes – controlando regiões com maior potencial metalúrgico e vias de circulação (Silva, 2005: 33) - quer dos mais afastados geograficamente. Quanto à área útil do povoado, Senna-Martinez aponta que este povoado possui uma de aproximadamente 5600 metros quadrados, e através de diferentes teorias de cálculo de habitantes, tendo em conta a área, estes apontam para uma variabilidade entre 548 e 732 habitantes (Senna-Martinez, 1998: Quadro II). Contrariamente, Raquel Vilaça afirma que estes tipos de povoados seriam de pequena e média dimensão (Vilaça, 2008: 31). Para tal aponta Ricardo Costeira da Silva, referindo que estes tipos de povoados poderão constituir assentamentos de tipo familiar e, portanto, autárquicos (Silva, 2005: 36).

De momento, não possuímos dados que indiquem a cronologia de abandono do local.

A presença de uma fíbula anular hispânica, em ómega, que apareceu no sítio arqueológico nas campanhas de 1986, pode auxiliar na historiografia de ocupação do sítio (Anexo III, Figura 6). Este registo metálico possui paralelo formal nos povoados fortificados no norte de Portugal⁴⁸.

Desconhecemos, o contexto do achado e a sua estratigrafia. Percebemos, no entanto, que esta peça metálica está longe de ser atribuível ao Bronze Final, ou ao período cronológico imediatamente posterior. Este tipo de fíbulas anulares romanas apresentadas por Salete da Ponte, de tipo Ponte B51.1a⁴⁹ são produzidas num hiato temporal compreendido entre o século II a.C. e os finais do século I d.C.

Com este dado importante, cronologicamente é indicada uma datação relativa entre o ferro recente e época romana-republicana até à época augustana. Tendo em conta este dado importante, podemos admitir que este sítio teve ocupação até ao início de época romana? Em termos de vestígios materiais romanos, aquando da prospeção arqueológica de superfície, não nos foi possível identificar vestígios cerâmicos atribuíveis a época romana. Excetuamos, alguns fragmentos de cerâmica

48 António Dinis no trabalho que realizou acerca do sítio do Castroeiro (Mondim de Basto), na sua obra, com o título, “O povoado da idade do ferro do Castroeiro (Mondim de Basto), norte de Portugal”, refere que foi identificada na área 4 da escavação arqueológica aí desenvolvida, uma fíbula com fuzilhão em ómega, de secção losangonal (Dinis, 2001: Fig. 47, nº1), tal como a que foi identificada no povoado de São Cosme.

49 Este tipo de fíbula possui secção circular e os seus extremos confinam em formato de ómega, não contendo fuzilhão. Cronologicamente poderão ser datadas de época tardo-republicanas (finais do século I a.C.), ou de época augustana (século I d.C.), ou aparecerem em contextos funerários tardo-romanos, mais precisamente no século III/IV (Ruivo, 1993-1994: 381). Ainda assim a sua propagação pelo território da Hispânia, dá-se com uma finalidade propagandística (Ponte, 2004: 213). No entanto, a tipologia que, segundo os paralelos, parece assemelhar-se mais é a Ponte B51.1a, que cronologicamente se encontra datada entre o século I a.C. e o século I d.C. (Ponte, 2006: 400 – Quadro 120), mais concretamente identificado nos sítios arqueológicos romanizados, (como nos parece evidente que aconteça no povoado de São Cosme) entre a cronologia de 100/75 a.C. até 96 d.C. (fim da dinastia flaviana).

comum com arranques de asas internas⁵⁰ (Anexo III, Figura 7). Neste contexto, certos povoados da Idade do Ferro, terão continuado a ser habitados na fase inicial da ocupação romana, mesmo sem se registarem à superfície vestígios claros dessa ocupação, uma vez que a matriz cultural indígena continua a prevalecer até, pelo menos, meados do século I d.C. Mais a norte, verifica-se que os contextos indiscutivelmente romanos (com a presença de cerâmica de importação), apenas se começam a verificar na segunda metade do século I d.C. (Carvalho, 2017: 290-293).

A morfologia destes fragmentos cerâmicos parece-nos corresponder ao paralelo de Castroeiro. António Dinis faz referência a uma lata diacronia de ocupação, entre o ferro inicial e o período romano. No entanto, quanto a esta tipologia cerâmica é identificada em contexto estratigráfico, no estrato 4 da área 2 de escavação do Castroeiro no Castroeiro II A e no Castroeiro II B (Dinis, 2001: 110-111; 113, nº 4).

A mesma ocupação, em lata diacronia, é registada no povoado do Vale do Loureiro. No entanto, proliferaram aí materiais de construção romanos, que levaram Rui Silva a levantar a hipótese da localização de um *castellum*, no local (Silva, 2014: 78). Segundo Jorge de Alarcão, este tipo de sítios correspondem a povoados fortificados com continuidade de ocupação (Alarcão, 1997: 137). Esta lata diacronia no povoado de São Cosme, provém do bronze final, cronologia onde é atribuído o grupo tipológico de Baiões-Santa Luzia.

Não podemos garantir a permanência do povoado até ao final da idade do ferro e romanização. Porque, não foi possível registar na prospeção materialidades conducentes a essa mesma classificação tipológico-cronológica. Para além das

50 Esta tipologia cerâmica identificada no norte de Portugal, por António Dinis (2001), encontra-se particularmente referenciada e devidamente identificada no contexto estratigráfico. Tendo sido identificada na camada 4, da área 2 de escavação, encontra-se intimamente relacionada com a segunda ocupação deste sítio arqueológico (Dinis, 2001: 48), referente ao ferro recente e a transição para o mundo romano (Idem: 105). Segundo este autor, estes tipos de peças eram abertos, mas pouco fundos - como de resto podemos comprovar no alguidar de fundo raso, identificado no povoado Vale do Loureiro (Silva, 2014: anexo 10, mapa 24).

materialidades já analisadas, faremos uma análise analítica das restantes mais à frente.

A exploração agropecuária e mineira, deveriam ser as atividades económicas mais desenvolvidas nos povoados de baixa altimetria. No povoado de São Cosme, também se regista esta prática economicista. A identificação de uma mó manual, no quadrante oeste do povoado, indicia a hipotética prática de moagem cerealífera. Já o peso sobre seixo rolado, sugere o aproveitamento dos recursos hídricos existentes, na prática da pesca.

Relativamente à exploração de minério, atendendo ao espólio metálico exumado da escavação arqueológica (em informação de Senna-Martinez), para além da fíbula anular hispânica, incide igualmente sobre “dois bronzes e um fragmento de chapa” (1989: 206). Perante isto, poderemos admitir a prática de atividade metalúrgica neste povoado? Reconhecemos a hipótese, através da identificação de vestígios metálicos em bronze, de estarmos perante uma produção local, com uma utilização dos recursos minerais das imediações do povoado⁵¹ (Dinis, 2001: 112). Este sítio, localiza-se numa zona bastante rica em depósitos aluvionares, bem como de fortes probabilidades da existência de estanho, passível de ser extraído (Senna-Martinez, 2010: 17).

No entanto, não nos encontramos apenas a fazer referência às imediações diretas do povoado, mas a um território que se julga ter sido de exploração do mesmo povoado. Esse território, segundo Jorge de Alarcão (2019), poderia ir até cerca de 5

51 A atividade económica da metalurgia nestes povoados do bronze final - e em alguns deles identificadas em cronologias posteriores – ainda carece de informação mais fidedigna. A falta de análises que atestem o tipo de fabrico do espólio metálico, impedem-nos muitas vezes de dar conta da possível exploração de recursos e atividade metalúrgica local (Vilaça, 1998: 350). Contudo, não nos causa estranheza estes fabricos locais, uma vez que Raquel Vilaça, na Beira Interior refere “a existência de uma plena e generalizada domesticidade da metalurgia” (Idem: 351). Se analisarmos a carta geológica, correspondente à nossa área caso de estudo percebemos a existência de minérios estanho-titaníferos, conforme notícia explicativa, “Os depósitos argilo-arcósicos que cobrem a zona média da carta são, frequentemente, estanho-titaníferos e deram origem a pequenas explorações destes minérios” (Teixeira *et alii*, 1961: 26). Partindo deste pressuposto e ao analisarmos o mesmo documento cartográfico (Carta geológica de Portugal – folha 17-C – Santa Comba Dão), percebemos a existência de depósitos argilo-arcósicos, distantes do povoado entre 3-4 km para SE. Ainda assim, não identificámos qualquer sítio arqueológico de atividade metalúrgica coevo com o povoado.

km. Esta era a distância considerada rentável e onde a população poderia ir entre 30 e 60 minutos. O mesmo autor refere que, uma distância superior (que se percorreria em condições normais em cerca de 1 hora), deixaria de ser rentável.

Para o povoado do Castelo de Beijós (concelho de Carregal do Sal) localizado geograficamente próximo de São Cosme, importa aqui referir o piso de fornalha de fundição identificado em escavação (Senna-Martinez, 2000: 53), pode, portanto, indiciar uma propensão para a exploração deste tipo de materiais e, conseqüentemente, o trabalho realizado nestes povoados de fundição.

Conscientes de que não encontramos registos arqueológicos que nos permitam identificar a presença de um local de mineração nas imediações de São Cosme, poderemos questionar se pode ter existido? Consultando a carta 17-C de Santa Comba Dão, da carta geológica de Portugal, facilmente identificamos os fortes indícios da sua presença⁵², para a prática de exploração de metais nesta zona geográfica.

Ora, se o povoado em estudo é, tipologicamente, um povoado de baixa altitude (± 256 metros – contados a partir do nível do mar), e por isso, não possuía uma ampla visibilidade. Já quanto à sua localização geográfica, este povoado não teria controle de um vasto território, mas, controlava um território mais circunscrito, revelador de riqueza nos recursos naturais e/ou de corredores de passagem que o atravessavam.

52 Se analisarmos a carta geológica percebemos que para além desta zona ser propensa aos granitos, também possui afloramentos quartzíticos em algumas locais. Importa referir que a matéria prima utilizada no sistema defensivo do povoado de São Cosme são os relevos quartzíticos evidentes no quadrante Este do cabeço sobranceiro ao Mondego. Relativamente à exploração de recursos naturais, neste território encontra-se evidenciada a presença de estanho, junto à atual povoação de Vila Franca da Beira. Ora, este sítio (localizado a cerca de 2 km para Este) ainda pode ser compatível com a distância dos locais de habitabilidade deste povo para os de exploração. Os habitantes deste povoado, rapidamente exauriam os metais, uma vez que os deveriam utilizar para adornos pessoais, como foi identificada em escavação, uma fíbula em ómega, para os utensílios do quotidiano, para a vivência ou para a defesa da população. Uma vez municiados dos adornos e utensílios quotidianos, este tipo de materiais poderia servir para exportação para outras regiões, que de resto as vias existentes teriam um papel preponderante.

Por tudo o que foi dito, quanto à localização geográfica e baixa altimetria, a fraca visibilidade não permitia estar de sobreaviso a qualquer emboscada do inimigo. Ainda assim, as características pedológicas do sítio, auxiliavam no campo da defensabilidade. Recorrendo a uma análise do território, através do *plugin* do QGIS, constatamos que na pendente orientada a Oeste, o declive é de 15-20%, o que dificulta qualquer tentativa de conquista (Anexo III, Mapa 1). Por sua vez, na vertente Este o mesmo povoado, possui um declive entre 5-7%, onde foram identificados os caboucos de muralha (Anexo III, Mapa 2).

Para uma defesa mais eficaz, poderia nas imediações estar coadjuvada com um posto avançado de vigia. Nesse sentido, João Senna-Martinez refere-se ao cabeço da Malcata em relação ao povoado de Castelo de Beijós. Rui Silva defendendo a mesma teoria, refere o Vale do Mogo, em relação aos povoados de São Sebastião e do Vale do Loureiro. Será consistente a ideia de o cabeço da Penha, localizado a cerca de 1 km para Este, ser um posto avançado de vigia? Nem no cabeço, nem nas suas imediações foi possível identificar vestígios arqueológicos. No entanto, recorrendo novamente ao exemplo do Vale do Mogo, também não foram evidentes grandes dispersões de materiais à superfície.

Os materiais cerâmicos identificados em qualquer sítio arqueológico permitem-nos uma leitura funcional aproximada, quer das atividades económicas, quer do tipo de trocas comerciais que ocorreram.

A cerâmica recolhida em prospeção devido à cor das suas pastas nos parecer de cozedura redutora, pode em alguns dos casos não corresponder à realidade. Tendo em conta que a prospeção decorreu em data posterior aos incêndios de outubro de 2017, e que a cerâmica esteve exposta a altas temperaturas.

Ainda que não pretendamos um estudo exaustivo da cerâmica identificada em trabalhos de prospeção neste povoado, foram proveitosos os trabalhos, tendo recolhido cerca de 800 fragmentos cerâmicos. Desses fragmentos apresentam-se os que induzem formas, e os disformes (Anexo III, Figura 8). Para além da cerâmica atrás referenciada, que pode refletir uma continuidade de ocupação até época

romana, o restante espólio é perfeitamente enquadrável na cronologia com que classificámos este povoado. Jéssica Reprezas, na sua dissertação de mestrado, referiu uma pequena percentagem dos materiais, com decoração Baiões-Santa Luzia.

Tal como esta investigadora, também nós percecionámos que prevalecem os materiais com cozedura redutora. No cômputo geral, foi possível identificar cerâmicas com a presença de ENP's. Estes elementos que compunham a pasta, eram compostos por mica, feldspato e quartzo. Na sua maioria, as cerâmicas apresentam superfícies rugosas, ainda que se registem cerâmicas alisadas e polidas.

Encerramos este nosso capítulo, com uma pequena contribuição para mais uma leitura a este sítio arqueológico, integrante de um povoamento pré-romano, da qual destacamos, a possível continuidade de ocupação deste sítio arqueológico.

7. O povoamento romano

Atendendo a que, o povoamento romano, bem como o seu dinamismo paisagístico não são estáticos⁵³, mas apresentam mutações na utilização dos sítios arqueológicos, ao longo dos diferentes períodos da época romana, o que torna difícil atestar apenas através da prospeção arqueológica de superfície. Apenas a escavação arqueológica, através dos princípios estratigráficos, nos pode indicar com maior precisão a cronologia de ocupação dos sítios arqueológicos, salvo se existirem contextos pós-deposicionais de motivo antrópico que criem perturbações à análise dos estratos.

Não nos podemos olvidar que, algumas vezes, o abandono do povoamento pode ter como causa, questões de foro ambiental e natural. O facto de não termos paleo-dados, com grande frequência, permitindo-nos uma análise ambiental mais próxima daquilo que era visível aos indivíduos que ocupavam determinado território na época romana, leva-nos a ter como foco as questões paisagísticas atuais, desconhecendo totalmente se este era ou não o seu determinismo ambiental.

Alguns princípios que devemos ter presentes para a análise do povoamento rural romano: i) o povoamento romano deve ser entendido como hierarquizado e organizado, quer entre povoamento agrupado (*castella*, *vici*, aldeia), quer entre povoamento disperso (*villae*, quintas, casais, *tuguria*); ii) este tipo de povoamento corresponde a um povoamento altamente complexo, mas que a sua análise não pode ser feita individualmente, mas num contexto agrupado, percebendo as razões da implantação de um tipo de sítio rural romano, naquela precisa localização; iii) persistência dos trabalhos arqueológicos, uma vez que, mesmo não tendo a

53 Defendemos a não “estaticidade” dos sítios arqueológicos, justificada com o facto de se conhecerem sítios arqueológicos, com trabalhos de escavação, que revelam a sua cronologia de forma mais concreta. Uma estação arqueológica onde se identifiquem vestígios materiais do período romano será identificado como pertencente a esse mesmo período, não individualizando os períodos, reportando ao período republicano, Alto-imperial, baixo império, tardo-antiguidade. Os diferentes tipos de sítios convergem numa premissa importante: nem sempre sítios arqueológicos ocupados no período romano se mantêm ocupados do período romano-republicano à tardo-antiguidade.

possibilidade de classificar um sítio arqueológico, devemos persistir nos seus trabalhos, de modo a tornar-se mais clarividente a função daquele assentamento, bem como dos localizados nas imediações.

Muitas vezes, são identificados elementos arquitetónicos, desprovidos de materiais passíveis de ser identificados em prospeção arqueológica de superfície. E mesmo assim estamos perante um sítio arqueológico? Provavelmente, não. Mas, nas imediações à reutilização do material de construção.

Jorge de Alarcão refere-se a este tipo de reutilização, aludindo ao pano de muralha medieval de Coimbra. Registrar que é possível a existência de silhares romanos, nessa mesma edificação defensiva medieval. A reutilização de elementos arquitetónicos é usual, após as destruições dos edifícios romanos.

Datar uma construção, seja ela qual for, de arquitetura civil, militar ou religiosa, através dos elementos utilizados, é inseguro, sobretudo quando a construção no qual se encontram inseridos pode ser identificada, concomitantemente, como de cronologia moderna e contemporânea. Aliás, também Rui Silva identifica a mesma situação em Bobadela, onde, em cronologias posteriores, há a reutilização de fustes, capiteis, bases de coluna, silhares, entre outros materiais (Silva, 2014: 68, nota 85), ou ainda Lídia Fernandes, na igreja de São Pedro, em Lourosa (Oliveira do Hospital), que também identifica capiteis toscanos nos topos das colunas que separam as naves da igreja pré-românica (Fernandes, 2008: 232; 243).

No que concerne à reutilização de elementos arquitetónicos em Lourosa, Paulo Almeida Fernandes⁵⁴, a esse respeito sugeria, atenção aquando do estudo de

54 A reutilização de material romano presente na Igreja de São Pedro de Lourosa (que estando já fora do nosso território de estudo tomamos como exemplo), é apresentada por Paulo Almeida Fernandes. Este autor levanta a possibilidade de estes materiais provirem de Bobadela (Fernandes, 2002: 259, 325). Terão os elementos arquitetónicos provindo da *splendidissima civitas*, ou por sua vez Lourosa, teria um sítio de algumas dimensões de cariz rural? De momento, não podemos responder com qualquer certeza a esta questão. No futuro, ou por nossas investigações, ou abrindo portas a outros que por prospeção ou sondagens de diagnóstico, possam atestar ou infirmar. Seja como for, Lourosa poderá estar no trajeto de uma estrada que se dirigia ao Alva e, eventualmente, ser local povoado e de paragem importante.

arqueologia da arquitetura. Presentemente e no nosso caso de estudo, referenciamos três sítios onde se identifica a reutilização de material: entre o Passal I e o Olival dos Pobres (S15; S16); Travessa da Igreja (S10); Travanca de Lagos (S40; S41). No caminho vicinal, que liga os dois sítios arqueológicos, é possível perceber no muro de delimitação de propriedade, a presença de elementos arquitetónicos romanos. A existência de silhares romanos, sem a existência de nenhum almofadado, e algumas aduelas de arco. A matéria prima da qual foram talhados os presentes elementos é o existente nas imediações deste sítio – granito porfiroide de grão grosseiro – mas desconhecemos o local da exploração. Regressemos a este contexto arqueológico. Com a existência de elementos de construção romanos, facilmente podemos indicar a sua possível proveniência, tal como referimos no capítulo do estado da arte (através da tradição oral, nos anos 30 do século XX ainda era perceptível os elementos pétreos, toscamente aparelhados⁵⁵).

Por sua vez, no S10, junto da igreja matriz de Seixo da Beira, é possível identificar um silhar almofadado, desconhecendo a sua proveniência (Anexo V, Figura 3).

Assim, o sítio arqueológico mais próximo que identificámos, passível de ser classificado de época romana, é o que se encontra na estrada que se encaminha para Vale Torto, a cerca de 800 metros do sítio de Tapada 1. Paralelamente, em Travanca de Lagos, quer nos fustes de coluna, propositadamente colocados num parque infantil, quer um outro elemento que se encontra na interseção de duas ruas, no cunhal de uma habitação, devem remeter-nos para sítios nas imediações, como Covelos.

55 Sebastião de Melo Júnior, nos anos 30 do século XX ainda regista a existência de estruturas no S16, passíveis de serem classificadas cronologicamente como romanas: “Restos de antigas paredes de tijolo grosseiro e de pedra toscamente aparelhada” (Júnior, 2003: 21). Serão os elementos arquitetónicos identificados em muros limítrofes de terrenos agrícolas, parte integrante das possíveis estruturas registadas por este autodidata?

No caso de Travanca de Lagos, nas imediações da localização destes reaproveitamentos de materiais, (Anexo V, Figura 12), estamos perante sítios onde se encontram estruturas em negativo de transformação agrícola: lagaretas. Contudo, na verdade, apenas a lagareta, não permite classificar um sítio como romano, por isso, não devemos atribuir a proveniência destes fustes de um sítio com uma estrutura de transformação agrícola. Não só em termos de elementos arquitetónicos, como em elementos epigráficos.

A reutilização destes monumentos é identificada bastas vezes⁵⁶.

Assim, no caso do S25, devemos identificar um novo sítio arqueológico ou, assumindo a epígrafe como um achado isolado, ainda que com provável reinscrição medieval/moderna, esta inscrição pertenceria a outro sítio arqueológico nas imediações? Presentemente, julgamos que possa pertencer ao sítio identificado no quadrante sul da atual povoação de Ervedal da Beira, à possível necrópole da *villa* que aqui nos parece plausível identificar (Anexo V, Figura 8).

A classificação tipológica dos assentamentos romanos faz-se, em grande medida, através das dispersões de materiais identificadas. Contudo, parece-nos imprescindível identificarmos condicionantes que, para uma adequada classificação, possam ser erróneos à luz do povoamento romano. Uma dessas classificações erróneas, é referente à frequência com que assistimos à identificação de sítios arqueológicos romanos através da presença de materiais de construção, como tégulas e imbrices. Devemos prestar atenção à lata diacronia de utilização destes elementos construtivos, uma vez que, por vezes, foram reutilizados em assentamentos alto-

56 É possível registar a reutilização de epígrafes em outros contextos, mas passível da mesma justificação, dada anteriormente, dos elementos arquitetónicos. A ara votiva dedicada a I.O.M (*Iupiter Optimus Maximus*), presente no nártex da igreja de Lourosa. O reaproveitamento na igreja de Bobadela, para as diferentes inscrições. A referência à inscrição votiva de *Manlia Probilla*, no Museu Municipal Dr. António Simões Saraiva, à ilharga do espaço forense em Bobadela. Na nossa área em estudo, o mesmo é possível identificar no S25. Uma ara votiva identificada, a servir de pilar a um muro de delimitação de lote habitacional. De registar que o fóculo se encontra propositadamente tapado por uma esfera de cimento, provavelmente por não perceberem aquando da reutilização, da utilidade da concavidade identificada no topo do monumento epigráfico.

medievais (Carvalho, 2016: 415). Outra das dificuldades na sua localização dos sítios prende-se com a desvalorização dos fenómenos pós-deposicionais e escorrimentos de materiais para outros terrenos, influenciando no cálculo da dispersão de materiais e, conseqüentemente, na classificação dos sítios.

Os assentamentos romanos identificados podem ser entendíveis em vários níveis de povoamento romano.

Primeiro, André Carneiro referencia, o povoamento disperso que constituiria locais como *villae* (e quintas) agropecuárias, com um território circunscrito, ainda que não seja facilmente dividido o mesmo.

Depois, o povoamento agrupado, por se localizarem em zonas com forte presença de recursos naturais, permite a existência e a identificação de sítios de menor dimensão e, portanto, mais agrupados. Tal como acontece na bacia da ribeira de Meimosa (Cova da Beira), onde através da prospeção intensiva realizada pela equipa de Pedro C. Carvalho (2007), indicou que a maior percentagem de sítios identificados correspondia a pequenos *tuguria*, que surgem agrupados, à vista uns dos outros, e com presença residual as *villae*.

Por último, e não menos importante, a referência ao povoamento alinhado com as vias de comunicação principais. As vias de localização principais ou secundárias aparecem correlacionadas com o povoamento rural romano, sendo indispensável a sua conexão. A localização dos assentamentos rurais romanos, e a sua proximidade à complexa rede viária vai aumentando de acordo com a monumentalidade de um sítio. Ora, estando perante uma *villa*, esta teria acesso rápido a uma via principal, enquanto que, uma quinta, já teria uma localização razoável à mesma rede viária; quanto aos casais, encontravam-se fora dos circuitos viários principais. Seja como for, o povoamento rural disperso implanta-se sempre em função das vias e estas, por sua vez, desenham-se em função das cidades que unem.

7.1. *Villae*

Este tipo de estruturas, consideradas como tal através da cultura material, como a *urbana ornamenta*, cerâmicas de importação, de armazenamento, constituem à luz dos mais diversos investigadores, um assentamento de primeira ordem (Bugalhão, 1998: 126).

A localização idílica deste tipo de estruturas rurais de alguma preponderância na paisagem, tinha em consideração diferentes pontos, a salubridade, exposição solar, capacidade pedológica, os ventos e a sua orientação, declives do território, proximidade dos recursos aquíferos. Todas estas condições são documentadas pela matriz vitruviana, bem como através dos tratados de agricultura de autores clássicos.

Ao analisarmos as dinâmicas e as implantações cartográficas e as idiosincrasias próprias, percecionamos um conjunto de condições fisiográficas adossadas à implantação deste tipo de sítios arqueológicos. Considerando ainda que, a concretização e verificação deste tipo de condições idílicas à construção, possam não corresponder a este tipo de sítios, é indispensável uma comprovação em trabalho de campo, como referimos no capítulo 3 desta nossa dissertação.

Há ainda a falta de dados que nos permitam conceber de forma mais concreta uma leitura aos dados ambientais, da época cronológica em estudo.

A utilização dos dados cartográficos disponíveis, atestam a contemporaneidade dos sítios em estudo, e constituem claros entraves ao estudo, devido às mutações antrópicas, passíveis de terem acontecido ao longo dos séculos. Ao perspetivarmos a correlação entre as condições fisiográficas, com a implantação das *villae*, recorreremos aos sistemas de informação geográfica, mais concretamente ao software QGIS, de modo a estudar o território com os plugins que nos oferece, contribuindo para um conhecimento mais vasto. A localização preferencial dos seus assentamentos tinha como condição indispensável, ser salubre, promovendo assim a *amoenitas* referida e recomendada pelos autores clássicos.

As edificações inseridas na *pars urbana* e *rustica*, estavam fortemente relacionadas com a exposição solar⁵⁷. Para isso desenvolvemos, e de acordo com o determinado no estudo de Ana Matias (2017: 68), uma análise ao nosso território em ambiente SIG, onde parametrizámos de acordo com a orientação da superfície. Dos 90° aos 270°, os locais solarengos, enquanto que dos 0°-90° e dos 270°-360°, correspondem a locais mais sombrios (Anexo V, Mapa 1).

A esta condição soma-se, outra não menos importante, a capacidade do uso dos solos.

Esta condição une-se à primeira, uma vez que, um sítio que economicamente seja adstrito à prática agro-pastoril, teria de possuir uma boa ocupação de solos⁵⁸. Portanto, prioriza-se para os sítios rurais, as zonas com classes de solos, tipo A e B (Anexo V, Mapa 2), embora conscientes de que esta capacidade de uso pode alterar-se no decorrer de um tempo longo.

Em união com estes dois princípios, o da orografia e declive do terreno, não podemos atribuir a terrenos com mais de 5% de declive, atributos como: potencial agrícola elevado, ou locais solarengos. Ao invés, estes locais não constituem locais preferenciais para a localização de *villae*. Como refere André Carneiro, no que

57 A exposição solar encontra-se profundamente enquadrável com a localização dos sítios arqueológicos de cariz rural, no mundo romano. Se a matriz vitruviana a isso já indiciava, ao espelhar os princípios para a localização dos territórios urbanos, o mesmo se verifica no contexto rural. A importância da salubridade dos espaços, de modo a promover uma qualidade de saúde a quem residisse no mundo rural (Fernandez-Tijero, 2012: 94). A localização da *pars urbana* tinha preconcepções, para as quais Vitruvius nos alerta (VI; 6.1). Relativamente às infraestruturas rústicas, o mesmo autor clássico, atribui métricas para a sua edificação, de modo a contribuir para que o assentamento no seu todo seja salubre. Os lagares, celeiros, currais e cavalariças deverão estar em locais solarengos (VI; 6, 3-5). O logro da exposição solar deve ser o maior quanto possível, sendo que a sua localização deve ser longe dos acidentes topográficos, que não permitam um usufruto pleno.

58 Ao considerarmos, no seguimento das fontes clássicas e do reconhecido pelos investigadores, procurámos o elemento cartográfico que permitisse uma leitura dos usos e capacidades do solo. Nesse sentido, recorremos à carta de capacidade de uso dos solos que nos foi facultada – a quem agradecemos. Com esses dados cartográficos, pudemos categorizar em 5 classes: a) solo com elevado potencial; b) solo com moderado potencial agrícola; c) solo com diminuto potencial agrícola; d) solo com utilização para pastagens e florestal; e) solo com limitações para pastagens e paisagem florestal, podendo mesmo ter adstrito a paisagem natural, sem plantações de carácter antrópica (Matias, 2017: Tabela 4).

concerne ao território que o próprio investigou – Alto Alentejo – as *villae* localizavam-se numa plataforma sobranceira a recursos aquíferos (Carneiro, 2014: 145-146). Uma das últimas referências à localização ideal para as *villae* é a proximidade destas com as vias. Reconhecemos que, tal como identificámos no capítulo dedicado às vias romanas, muitas vezes o povoamento se constrói e estrutura ao longo das mesmas vias, numa tipologia de povoamento alinhado (Carneiro, 2014: 155).

Depois de refletirmos sobre as condições idílicas para a localização de uma *villa*, partimos agora para o nosso objeto de estudo, de acordo com o que atrás nos propusemos a analisar e faremos uma referência aos sítios arqueológicos conhecidos e a sua localização.

Nos sítios que identificámos e classificámos tipologicamente como *villae* – ainda que alguns por falta de dados seja questionável a sua atribuição – nenhum se localiza em locais destacados na paisagem, e, portanto, visível em locais distantes do assentamento rural. Nem no sopé de plataformas, e nesse caso, exposto às cheias dos recursos aquíferos, que deveriam existir nas imediações. A localização destes sítios, tal como referimos anteriormente, é possível perceber na *villa* de Ervedal e na *villa* de São Bartolomeu. Estes sítios localizam-se numa plataforma intermédia do cabeço, sobranceiros a recursos aquíferos e encontram-se a escassos metros dos indicadores de povoamento romano – neste caso do rio Seia e Cortal, respetivamente.

Ao analisarmos a capacidade do uso de solos, percebemos que a localização da *villa* – ainda que conscientes de todos os seus condicionalismos afetos ao tema – insere-se em zonas potencialmente atribuídas à prática agrícola, como acontece em Ervedal da Beira, local onde a maioria dos sítios identificados ainda são agricultados, em Meruge, a sul deste sítio – embora nos dados cartográficos se refira a predominância adstrita, pedologicamente, à prática florestal.

Em consequência dos resultados, no que concerne a São Bartolomeu, apontamos como verosímil esta hipótese, uma vez que nas imediações da *pars urbana*, já inserida nos anexos e dependências da *villa*, deveria existir um local

adstrito à recolha de lenha e outros componentes florestais, para servir a *villa*. As várias tipologias pedológicas são entendíveis, pelas variadas finalidades do *fundus* da *villa* (Matias, 2017: 83). Deveremos ainda considerar, que os locais com maior dispersão de materiais podem consistir nas zonas de arquitetura civil, onde presumivelmente em termos de materialidades também haja maior qualidade nos materiais de cerâmica comum. Ao invés, nas zonas subsidiárias da *villa*, podem ser visíveis apenas materiais de construção e cerâmica comum de deficitária tecnologia de produção. Por vezes, nem cerâmica de construção é possível identificar, uma vez que a cobertura dos anexos poderia fazer-se com colmo.

Respeitante à cultura material identificada nestes sítios, que hipoteticamente nos parecem condizer com a classificação de *villae*, não queremos delongar demasiado, porque outros, cujas linhas de investigação sejam a análise de materiais, o devem fazer com mais afinco e de forma mais detalhada.

Se apenas identificássemos as *villae*, pela presença de restos de pinturas murais, presentes na edificação romana, ou de fragmentos de tesselas, ou restos comprovados de termas, então no nosso território em estudo, não poderíamos identificar qualquer assentamento com esta classificação.

No entanto, se pudermos identificar como *urbana ornamenta*, o fragmento de escultura identificado em São Bartolomeu, no século XIX, poderá consubstanciar a classificação do mesmo sítio arqueológico, e conseqüentemente através da classificação numismática, o *terminus post quem*, do possível abandono do mesmo assentamento. Refira-se, que a correlação de não identificação de tesselas para problematizar a não identificação de *villae* será um argumento inválido, tendo em consideração que Jorge de Alarcão, considera que não é condição *sine qua non*.

Não nos parece que os trabalhos de prospeção, possam atestar o tipo de arquitetura, a métrica dos edifícios e as suas funcionalidades. Na ótica do prospetor, os materiais recolhidos que aparecem comumente, são cerâmica comum local e regional. Apenas com a evidência de cerâmica comum, podemos estar perante

qualquer tipologia de assentamento rural romano, podendo esta ideia ser somente contrariada pela dispersão.

A presença de numismas tem importância económica, se entendermos estes locais como abertos ao comércio. Assim, faz sentido a referência a numismas, no caso concreto de São Bartolomeu, onde foi encontrado um tesouro monetário, e no de Ervedal da Beira – nos sítios do Passal I e do Olival dos Pobres – dois numismas, ainda que nenhum deles tenha permitido leitura⁵⁹, e conseqüente datação absoluta.

O mesmo parece acontecer - ainda que não tenhamos tido oportunidade de analisar pessoalmente os numismas, nem perspetivarmos qualquer registo fotográfico ou mesmo identificação dos mesmos – com as moedas identificadas pelos proprietários, segundo informação oral, no sítio do Covelo, em Travanca de Lagos.

Os materiais cerâmicos identificados em prospeção, e conseqüentemente as áreas de dispersão criadas, podem não ser calculada de forma mais correta pelos condicionalismos da prospeção. Esta questão está problematizada no capítulo da metodologia de trabalho de campo.

Se criteriosamente apenas identificarmos sítios arqueológicos romanos de acordo com os vestígios materiais evidentes à superfície, incorremos numa questão algo dúbia, se desvalorizarmos os processos pós-deposicionais, que poderão influenciar a identificação de sítios arqueológicos por parte do prospector.

Importa ainda referir que, a existência dos materiais de construção romanos (tégulas) são uma das formas utilizadas para a identificação de um sítio como de cronologia romana. Sabendo de antemão, que a tégula é um fóssil diretor que nos permite a classificação cronológica do sítio, ao mesmo tempo que também confere

59 A identificação dos numismas deve ser problematizada, e não assertivamente indicada. Uma vez que, o seu anverso e reverso não permitiram qualquer leitura, isso não nos permite identificá-los como do período romano. Porém, agradecemos aos técnicos de conservação e restauro que, analisaram os numismas, tratando-os em laboratório, num metuculoso e laborioso trabalho.

alguma dúvida, uma vez que a utilização deste material de construção se estende, em certos casos, até ao período medieval.

Relativamente à cerâmica comum e utilitária consideramos que, em termos de tecnologia, corresponde sobremaneira a fabrico local e regional (Anexo V, Figuras 9 e 10). Porém, não poderemos desvalorizar a presença de cerâmica de importação, identificada nas nossas prospeções. A cerâmica de importação, mais concretamente terra sigillata hispânica e terra sigillata hispânica tardia, só foi possível identificar na *villa* de Ervedal da Beira (Anexo V, Figura 11).

A diferenciação entre ambas, é que a pasta da primeira é bastante mais depurada que a da segunda, e o verniz da segunda tipologia é de pior qualidade, desaparecendo mais facilmente das paredes da peça, conforme fielmente retrata Isabel Ribeiro, “sigillata hispânica tardia apresenta pastas laranjas ou vermelho-alaranjadas, de consistência granulosa, com quartzos e micas visíveis macroscopicamente, mas de pequenas dimensões. (...) ocorrendo uma alteração do próprio processo de cozedura, que conduz principalmente à não sinterização do engobe da peça” (Ribeiro, 2010: 53-54).

No entanto, quer numa, quer noutra, não nos é possível classificar a peça, uma vez que constituem fragmentos disformes ou informes. A presença de sigillata hispânica tardia pode ser um indicador da ocupação do sítio no período do baixo-império, mais concretamente entre os IV e V d.C. (Carvalho, 2016: 403).

Parece-nos estarmos perante *villae* maioritariamente rústicas, depois duma análise económica deste tipo de sítios. Levantamos esta hipótese porque a atividade económica mais desenvolvida seria a agropecuária, e para isso a primeiríssima preocupação seria o tipo de capacidade dos solos, antes da implantação destes sítios fundiários. Ao analisarmos esta tipologia de assentamento romano, como uma unidade que se pretendia autárquica e, conseqüentemente autossuficiente, a mesma seria composta por diferentes zonas de produção e anexos, partes integrantes da *pars rustica*, tal como identificado por Vitruvius (VI; 6; 2-5).

O seguimento da prática agrícola, e daquilo que foi possível identificar nos anos 30 do século passado, recolheu-se uma mó manual, nas imediações do Olival dos Pobres. Ora, perspetivando a utilidade do objeto identificado, este encontra-se intimamente ligado com a transformação de produtos agrícolas, a moagem de cereal (trigo), reforçando a atividade económica.

7.2. Quintas

Consideremos que a quinta difere das *villae* pela não existência de *urbana ornamenta*, por áreas construídas mais reduzidas, com reflexos numa dispersão de materiais que permitam essa classificação tipológica. Para Pedro C. Carvalho, as quintas (ou granjas) seriam os assentamentos rurais mais frequentes no interior da Lusitânia Romana, conforme pôde concluir na investigação que desenvolveu na Beira Interior, mais concretamente na região da Cova da Beira (Carvalho, 2007 b: 210).

Ao refletirmos acerca da tipologia destes sítios, referenciamo-los como residência, de vivência familiar, onde os contextos económicos eram maioritariamente agropecuários ainda que o *fundus* que estava adstrito a este sítio fosse substancialmente menor, do que aquele que estava para as *villae*. O sítio da Nevoinha, por exemplo, parece-nos ser um sítio subsidiário do Espinhal Mouro, mas integrado no seu *fundus*.

Grosso modo, era este o cenário, no entanto, também se poderiam desenvolver outro tipo de atividades económicas, tal como a exploração mineira.

A exploração de recursos naturais, acaba por fixar a população, tal como acontece com as famílias advindas de *Igaedis*, para a exploração do ouro na bacia do Alva e Alvoco - para os quais ainda se desconhecem as estruturas de arquitetura civil. O labor aplicado à exploração dos recursos naturais era bastante procurado e correspondia a um trabalho altamente compensatório, e por isso foi tão utilizado e explorado, em época romana. Apenas nos foi possível identificar um sítio

arqueológico que tipologicamente poderemos classificar de possível oficina metalúrgica: Carrascal (S3).

Contemporaneamente, ainda é perceptível a riqueza do subsolo, uma vez que ainda se mantém em exploração, a cassiterite, mineral do estanho⁶⁰. Aquando dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos neste sítio – no decurso de um trabalho florestal, onde o proprietário solicitou a presença dos técnicos do serviço municipal de arqueologia – foi possível identificar a presença de *tegulae*, de grandes dimensões e em bom estado de conservação, cerâmica comum, e um fragmento de um cadinho⁶¹ (Anexo V, Figura 5), de dimensões consideráveis, permitindo nesse sentido descortinar as suas possíveis dimensões.

Assim sendo, e tendo em conta o paralelo formal apresentado para o cadinho, seria este sítio uma oficina metalúrgica pré-romana, tendo continuado a sua exploração em época romana? Presentemente, não podemos responder cabalmente a esta problemática. O espólio apresentado acaba por interpelar várias interpretações ao próprio sítio (Anexo V, Figuras 4, 6, 7). Seria este local, subsidiário do sítio arqueológico que se localiza a cerca de 500 metros para sudeste? Nesse contexto, hipoteticamente, conjecturamos que a quinta, já identificada nas prospeções dirigidas por Sandra Lourenço, se apresentasse em duas frentes, em termos agro-pastoris, junto do sítio Tapada, e a exploração de minério, no Carrascal.

60 A plataforma do Mondego é maioritariamente granítica, no entanto existem alguns depósitos arcócos, onde é possível identificar explorações estano-titaníferas. Ainda hoje é possível identificar uma exploração deste tipo de minério, conforme documenta Pedro Proença Cunha, “explorações de minério estanho-titaníferas, de que só resta uma em Sobreda; produz areias, saibros e barro, bem como concentrados de cassiterite, ilmenite e tantalite.” (Cunha, 2000: 132).

61 Relativamente a este fragmento cerâmico encontrado, perfeitamente enquadrável na atividade da metalurgia, como nos aponta Raquel Vilaça (1998: Quadro I), quando se refere às atividades económicas desenvolvidas entre num período de transição entre o II e o I milénio a.C., e a este tipo de materiais. Este fragmento de cadinho, e recorrendo a paralelos formais, é bastante semelhante com o identificado no sítio arqueológico de Alto dos Cacos (concelho de Almeirim), (Pimenta, Henriques, Mendes, 2012: 34, figura 29). O fragmento deste molde tem uma forma paralelepípedica, no entanto, não se encontrar completo. O paralelo que identificamos do Alto dos Cacos, segundo estes investigadores está associado à idade do bronze, bem como outros paralelos que aparecem classificados cronologicamente como referentes à segunda idade do ferro. Ainda assim, a utilização desta tipologia cerâmica para a fundição do metal é utilizada desde o calcolítico até época contemporânea.

O facto de a exploração mineira ser extremamente rentável, acaba por ser útil no sustento dos sítios rurais, quer este fosse para colmatar as necessidades do próprio sítio, quer grandes explorações.

No entanto, no Carrascal, a presença de exploração mineira é bastante residual, tendo sido unicamente identificado um fragmento de cadinho, não tendo sido possível identificar escória. A falta de vestígios arqueológicos de grande monta no Carrascal, pode levar a conjecturarmos uma pequena oficina de contexto familiar.

Não devemos correlacionar a presença destes tipos de sítios adstritos a assentamentos de grandes dimensões, como as *villae*, uma vez que, sítios de dimensões mais reduzidas também poderiam ter esta vertente extrativa (Carvalho, 2007 a: 505), junto a filões com grande probabilidade da existência de minério.

Este sítio, por sua vez, localiza-se numa plataforma, inserido numa encosta suave, sobranceira ao rio Seia, encontrando-se orientado a sudeste. A capacidade dos solos permite que coexistam em paralelo estas duas atividades económicas, uma vez que ainda hoje é possível perceber a existência de terrenos aráveis, nas imediações da Tapada, e referente ao Carrascal, as informações geológicas já indicadas (nota 8), bem como a permanência de exploração.

Resta analisar as outras duas estruturas domésticas classificadas como quintas, uma no território periurbano – Penedo do Gorgulão – enquanto que a outra, já em contexto rural – Espinhal Mouro.

Ambas, quer pela dispersão de materiais à superfície, quer pela diversidade de materiais cerâmicos que se apresentam, parecem indiciar a prática agrícola como atividade principal, e conseqüente transformação dos produtos agrícolas. Isto porque os sítios arqueológicos identificados como quintas – sendo perceptível o mesmo na Tapada – possuem integrados no assentamento, uma estrutura em negativo, de tipo lagareta.

Evidentemente, a estrutura só por si não nos permite identificar o sítio romano. Seria abusivo se o fizéssemos, primordialmente se o adoçássemos apenas à

presença de cerâmica de construção atribuível a época romana, uma vez que, já identificámos anteriormente os vários condicionalismos referentes aos materiais de construção romanos.

Ainda assim, é possível identificar fragmentos de cerâmica de armazenamento em ambos os sítios, bem como uma dispersão de materiais compatível com a classificação tipológica.

Por fim, no que diz respeito à cerâmica de armazenamento, em nenhum sítio por nós identificado e/ou revisitado foi possível identificar ânforas, o que parece ser habitual no mundo rural do interior norte da Lusitânia. Quanto a *dolium*, apenas no sítio do Espinhal Mouro foi possível registar (Anexo V, Figura 13). Ainda assim, isso não reflete que não houvesse o consumo de produtos importados, podendo estes ser transportados em odres, potes ou barris (Carvalho, 2010: 129).

7.3. Casais e pequenos sítios

Ao longo do trabalho de campo vamos percecionando variadíssimas manchas de ocupação antrópica (aparentemente de época romana), desde os mais facilmente identificáveis àqueles que pela sua reduzida dispersão de materiais podem ser impercetíveis em trabalhos de prospeção (extensiva), requerendo uma maior atenção do prospetor.

Os pequenos sítios que aqui referenciamos, que tomámos como *tuguria* no capítulo 3 da nossa dissertação, correspondem a locais com diversas utilidades. No nosso espaço geográfico em estudo identificámos vários locais, cuja classificação tipológica foi a de *tuguria* ou casal.

Anteriormente, referenciávamos a dificuldade em identificar um pequeno sítio arqueológico romano porque os materiais que frequentemente aparecem associados a estes sítios são, na sua maioria, materiais de construção e cerâmica comum, muita algo incharacterística, numa dispersão bastante reduzida. Sendo a funcionalidade

destes pequenos sítios diversa, estes poderiam estar próximos ou um pouco mais distantes da zona habitacional de um núcleo rural de maior entidade, mas sempre no *fundus* desse território.

Ao analisarmos de forma analítica a tipologia de sítios, percecionamos que uma grande maioria corresponde a pequenos sítios e a casais, tal como Pedro C. Carvalho analisa na Cova da Beira (Carvalho, 2007 a: 399). Se analisarmos a presença dos pequenos sítios, tendo em conta o “determinismo” geográfico e com a experiência emanada dos trabalhos de campo, estes localizam-se no topo de elevações (Idem: 413).

Por seu turno, os casais localizam-se preferencialmente virados para sul, e os materiais que aqui podem ser identificados exalam uma maior qualidade. Há possibilidade de identificação de TSH, bem como materiais que induzam numa prática agrícola consistente. Os restantes materiais passíveis de serem identificados são cerâmicas comuns e de armazenamento. No sítio do Carvalhal, que nos parece corresponder a um casal, apenas é possível identificar materiais de construção e cerâmica comum, numa pequena dispersão.

Um dos sítios arqueológicos que nos incitam a uma leitura mais atenta é o da Quinta das Cortinhas, embora próximo da *villa* do Ervedal, parece ser independente desta, estando já geograficamente fora do seu *fundus*.

Ainda que não tenha sido possível a prospeção, no decurso dos trabalhos de campo por não termos sido autorizados pelos proprietários, os materiais conhecidos por investigações anteriores, revelam uma proximidade com o que normalmente é indicado para esta tipologia de assentamentos. Sandra Lourenço, nos primeiros anos deste século aquando da sua investigação conducente ao mestrado, prospetou este sítio tendo identificado uma mancha de ocupação de cerca de 400 metros quadrados. A sua localização geográfica é sensivelmente orientada a sudeste, no topo de um esporão, sobranceira ao rio Seia, e junto a linhas hidrográficas.

7.4. Sítios indeterminados

Ao longo da nossa investigação, na leitura de outros trabalhos já realizados e na análise da cultura material provinda dos mesmos, pudemos referenciar três sítios, cuja classificação dada só pôde ser de indeterminados. No decurso da última década, foi desenvolvido na zona norte da atual circunscrição político-administrativa do concelho de Oliveira do Hospital um projeto em contexto de obra, relativo às estações de tratamento de águas residuais – vulgo ETAR. Os responsáveis pelos trabalhos fizeram sondagens de diagnóstico, que acabaram por não chegar à U.E. 03, por serem afetados por níveis freáticos. Ainda assim, os materiais exumados são indiscutivelmente romanos. Mesmo que disformes, na sua grande maioria, são atribuíveis a cerâmica de construção e cerâmica comum, de pastas acinzentadas e alaranjadas. No entanto, estas informações não permitiram classificar tipologicamente o sítio.

8. O povoamento medieval: entre as dúvidas e as evidências arqueológicas

O período após a queda do império romano do ocidente (decorreu entre os séculos IV-V até ao século VII), é carregado de problemáticas, uma vez que o espólio exumado e cronologicamente associado a este hiato temporal é bastante parco (Carvalho, 2016: 399). A presença do povoamento alto medieval nas imediações ou aproveitando o mesmo sítio arqueológico romano, é uma teoria avançada por Sandra Lourenço, como por outros investigadores.

Paulatinamente são estudados os materiais recolhidos nas escavações arqueológicas. Eduardo Manzano Moreno refletia acerca dos mesmos: “seguimos, en cambio, sin conocer exactamente cuáles son las pautas que afectan al desarrollo de la cultura material en otras zonas rurales, y más específicamente el que concierne a la evolución de las antiguas villae romanas o a los nuevos patrones de asentamiento” (Manzano Moreno, 2003: 543).

Assim, a recente investigação deste período cronológico, tem promovido a abertura de mais linhas de conhecimento (Tente, 2017: 19-20). Esta falta de conhecimento fica patente quanto ao abandono e/ou continuidade de ocupação dos sítios romanos, em período tardo antigo e alto medieval.

Na investigação de Pedro C. Carvalho, na Cova da Beira, onde decorreram escavações arqueológicas, chegou-se à conclusão de que grande parte destes sítios foram abandonados entre o século IV e V (Carvalho, 2016: 401). Partindo deste pressuposto, e considerando as leituras permitidas pela estratigrafia - considerando igualmente que cada sítio possui o seu contexto e a sua historiografia de ocupação - poderemos observar que as estruturas funerárias alto-medievais e o seu povoamento associado poderá não ter continuidade de ocupação das estruturas rurais romanas. A isto parece associar-se Sandra Lourenço, na investigação que conduziu sobre o povoamento alto medieval entre o Dão e o Alva, ao levantar a mesma problemática,

“existiu uma ocupação contínua, ou uma reocupação ao longo dos séculos, reaproveitando-se, por exemplo, estruturas ou materiais já existentes?” (2007: 84).

Em alguns casos, verifica-se a utilização de antigas zonas habitacionais romanas, para locais de enterramentos e/ou produção agrícola (López Quiroga, 2009: 18-19), podendo existir uma lata diacronia de ocupação. Notoriamente, existe carência desses contextos bem como cultura material coeva, permitindo aferir a existência de latas diacronias. Já no que concerne aos restos osteológicos, a sua existência permita uma segura datação dos contextos sepulcrais (Pereira, 2018: 357).

Ainda na problemática das mudanças, ruturas e continuidades de ocupação, podemos possuir dois tipos de sítios: os que foram abandonados no baixo-império e mais tarde reocupados na época alto-medieval ou, aqueles que nunca foram abandonados. Grande parte das vezes, assistimos ao segundo fenómeno, marcando um hiato temporal entre o abandono da estrutura rural romana e a ocupação em período alto medieval. Essa ocupação medieval regista-se com a presença de estruturas funerárias – as comumente designadas, sepulturas escavadas na rocha.

Presentemente, em nenhum dos sítios arqueológicos que inventariámos podemos atestar uma expressa continuidade de ocupação.

Vemos que este período do baixo império, desencadeado pela crise do século III, vem a preferir as grandes estruturas agrárias em contradição com a evolução urbana, em período alto imperial (Tente, 2010: 39). Ao estudarmos este período, imediatamente posterior à queda do império romano do ocidente, importa refletir que as estruturas rurais romanas, não foram imediatamente abandonadas, uma vez que o *fundus* continuou a ser explorado, e as estruturas habitacionais ocupadas. Ainda que, longe do esplendor construtivo do baixo império (como é possível analisar em *villae* escavadas), mas muitas das vezes com continuidade de ocupação (Matos, 2019: 126-128).

Catarina Tente tem investigado de forma sistemática este período, num território circundante e agregado àquele que nós investigamos – o Alto Mondego

entre os séculos V a X (Tente, 2010). A presença do rio Mondego é estruturante para a compreensão do povoamento em todas as cronologias, onde esta não é exceção. Para além de todas as dificuldades já anteriormente referenciadas, importa ainda prestar atenção a outra, a falta de documentação entre os séculos V a X.

Ora, as dificuldades enunciadas levam apenas a colocar hipóteses e teorias, que sem uma sistematização da investigação acabam por criar ainda mais problemáticas a este período cronológico (Manzano Moreno, 2003: 541).

Conforme já pudemos denotar relativamente ao povoamento romano, onde denunciámos a “estaticidade” da estratégia de povoamento (imagem estática de uma padrão de povoamento na ausência de cronologias mais precisas para cada núcleo que o compõe) que pode ser promovida pela prospeção arqueológica, reconhecemos a mesma problemática quer para o momento de transição cronológico, quer para a continuidade ou não do povoamento, o seu possível abandono e reocupação.

Sandra Lourenço promoveu o estudo do território entre os rios Dão e Alva abarcando, portanto, vários atuais territórios concelhios. O concelho de Oliveira do Hospital, também incluso neste estudo, onde paulatinamente o conhecimento medieval sobre o povoamento e as estruturas se foi intensificando. Os trabalhos de campo realizados decorreram até ao raio de 1 km das estruturas sepulcrais. No entanto, é difícil perspetivar-se o povoamento rural alto-medieval, uma vez que, as técnicas construtivas, em certas situações, não só reaproveitavam materiais romanos, como *tégulas* e *imbrices* (uma vez que a sua utilização se prolonga até ao século XI), como também construções em materiais perecíveis, como as cabanas cobertas por colmo⁶² (Pereira, 2018: 365). No seu estudo, referencia ainda alguns sítios arqueológicos, onde pôde evidenciar manchas de ocupação romana e alto medieval. Contudo, esta investigação faz uma classificação tipológica diferente, de acordo com

62 Relativamente às estruturas de material perecível, Catarina Tente, ao investigar o território denominado de Alto Mondego, fez referência a estas estruturas. Segundo a mesma investigadora, etnograficamente ainda se encontrava no século XX, possíveis paralelos às construções alto-medievais. Nesse caso concreto, o registo arqueológico identificado cinge-se a buracos de poste e restos vegetais utilizados na cobertura (Tente, 2011: 26 – figura 2).

a dispersão de materiais à superfície. Essa mesma categorização de sítios foi bipartida entre habitat e lugar, diferente da metodologia por nós evidenciada, em capítulo próprio. Relativamente às manchas de dispersão, consideramos que aquelas que foram apresentadas por esta investigadora, podem não corresponder à realidade analisada em trabalho de campo, uma vez que a própria refere como dificuldade, a “proliferação de matos pelos terrenos condicionou a deteção de material arqueológico” (Lourenço, 2007: 82). Mesmo referenciando esta diferenciação de sítios anteriormente debatida, faz correlação com a classificação proposta por Jorge de Alarcão (1998: 95-96). Partindo deste pressuposto, os sítios identificados como habitats são aqueles que mais facilmente correspondem a casais ou a pequenos sítios, cuja cultura material se cinge, na maioria das vezes a material de construção e fragmentos informes de cerâmica comum. A dispersão de materiais é grande parte das vezes inferior a 500m². Por seu turno, os designados lugares já são sítios com uma maior dispersão de materiais, e que segundo a investigadora “corresponderão a locais de povoamento mais consistente os quais denominámos de lugares, possivelmente, equivalentes a mais do que um núcleo familiar, alguns destes talvez com laços de parentesco entre si” (Lourenço, 2007: 84).

8.1. As sepulturas escavadas na rocha e o povoamento alto-medieval

As problemáticas associadas e desenvolvidas anteriormente, relativas à estratégia de povoamento que pode ser promovida pela prospeção, são encontradas para estas estruturas funerárias.

Neste caso concreto, cumpre-nos ainda referir que, a falta de restos osteológicos com conexões anatómicas, de contextos selados, de cultura material, não permite qualquer datação absoluta dos vestígios, bem como, um enquadramento tipológico-cronológico (Tente, 2011: 28). Ainda assim, é de referir que estas estruturas em negativo são fósseis diretores do povoamento alto medieval (Rubio Díez, 2013: 270 *apud* Matos, 2019: 134). Quanto à problemática de datação destas

estruturas alto-medievais poderíamos regressar à teoria avançada nos anos 70 do século passado de Alberto del Castillo, entretanto revista, mas estaríamos a ser redundantes a outras investigações que têm como temática central o povoamento medieval. Daí que não o façamos, por também não ser este o objeto central do nosso estudo.

Já acima tivemos ocasião de referenciar que, os vestígios dignos de preservação e que nos permitem referenciar um sítio como alto medieval são as sepulturas escavadas na rocha.

O concelho de Oliveira do Hospital possui 32 sítios arqueológicos, 16 dos quais no nosso território em estudo⁶³. É importante dar-mo-nos conta que, a sua grande maioria corresponde a sepulturas isoladas, ou a pequenos núcleos de 2/3 sepulturas⁶⁴. As necrópoles encontram-se, ainda que em menor número. Destes 8 (50%) correspondem a sepulturas isoladas, 4 (25%) a conjuntos de 2/3 sepulturas e 4 (25%) a necrópoles. Destas, 11 são de feição antropomórfica, 3 de feição não antropomórfica e 2 sítios com a presença das duas tipologias de sepulcros.

63 Nesta contabilização de sítios arqueológicos, tivemos em conta a investigação de Sandra Lourenço (2007) e de Francisco Correia das Neves (2009) por onde se pôde chegar ao conhecimento atual. No decurso do mestrado em arqueologia e território, na unidade curricular de Práticas em Arqueologia e Território I, desenvolvemos um trabalho onde nos propusemos visitar estes sítios arqueológicos, bem como procurar evidenciar aqueles sítios que apenas possuíam um registo bibliográfico. Neste trabalho que culminou num poster ao congresso internacional de sepulturas escavadas na rocha (outubro de 2017), concluímos que dos 32 sítios arqueológicos registados no Portal do Arqueólogo – Endovélico, 12 encontram-se destruídas e/ou desaparecidas. As razões são variadíssimas, conforme referenciado “sendo os motivos variadíssimos, desde a proliferação florestal e de vegetação densa, a prática da agricultura, a presença de uma pedra perto do sítio arqueológico (caso específico do sítio de Quinta de São Miguel), e também, em alguns casos por não se possuir a autorização para entrar na propriedade privada, já que algumas se encontram nas imediações de habitações” (Brito, 2017). No nosso território de estudo, destas, 11 não foi possível registar. Algumas destas estruturas foram danificadas, através de factos antrópicos como no caso específico de Passal I, conforme documenta Sebastião de Melo Júnior (Júnior, 2003: 20); já na igreja de Travanca de Lagos existe informação bibliográfica da presença de uma necrópole (Lourenço, 2007: 82-83). Ainda que fora do território em estudo, o mesmo é possível registar em Avô, identificam através de informações orais uma sepultura isolada, junto da capela de Nossa Senhora do Mosteiro (Silva, 2014).

64 Esta classificação que adotamos para esta nossa dissertação é a mais utilizada nos trabalhos referentes a este tipo de estruturas e ao período cronológico em questão, por variadíssimos investigadores, como Iñaki Martín Viso, Jorge López Quiroga, Sandra Lourenço, Catarina Tente, entre outros.

8.1.1. Sepulturas isoladas

As sepulturas isoladas constituem no território em estudo 50% dos sítios arqueológicos. Este tipo de sepulturas através da métrica que possuem são referentes à inumação de adultos. Na alta idade média, os espaços dos vivos e dos mortos são contíguos (Martin Viso, 2013: 79). A localização das sepulturas isoladas pode ser indício da presença de um povoamento disperso nesta mesma cronologia, como os casais. Refira-se que, Sandra Lourenço também se revê nesta interpretação dos assentamentos, “*os núcleos rupestres que se localizam a algumas dezenas de metros destes sítios de habitat são compostos por pequenos conjuntos de sepulturas, refletindo essa mesma realidade*” (2007: 84). Destes sítios arqueológicos, não se deverá fazer uma direta correlação com a rede paroquial, porque esta só se estabelece de forma consistente a partir do século XIII e XIV⁶⁵ (Rodrigues, 2006: 75). Estes sítios estão relacionados com uma comunidade familiar, e em povoamento disperso (Lourenço, 2007: 85). Alguns dos locais onde se inserem sepulturas isoladas são sítios destacados na paisagem, podendo estar em cabeços ou plataformas sobranceiras junto a rios, ou a vias de comunicação vicinais, como é o caso do sítio do Olival dos Pobres⁶⁶, junto a um caminho vicinal e sobranceiro ao rio Seia

65 Quanto à rede paroquial, importa fazer referência ao catálogo das igrejas do Reino de 1320-1321 onde é possível identificar algumas das igrejas do nosso território de estudo. Segundo Fortunato de Almeida, fariam parte do Arcediagado de Seia: a igreja de São Pedro do Seixo; a igreja de Santo André do Ervedal; a igreja de São Miguel de Meruge; a igreja de Santa Maria de Lagares e a igreja de São João de Lagos (Lourenço, 2007: 81, Quadro 10 *apud* Almeida, 1971: 120). Quanto a esta última igreja, parece-nos que Fortunato de Almeida, e consequentemente Sandra Lourenço, no quadro que apresenta na sua dissertação, incorrem num erro quanto ao lugar onde se localiza a igreja. Parece-nos que se refere à atual aldeia de Lagos da Beira (união das freguesias de Lagos e Lajeosa).

66 O sítio arqueológico de Olival dos Pobres, onde de resto foi possível identificar uma sepultura isolada, de feição antropomórfica, inacabada, localiza-se nas imediações da necrópole do Passal I. Se no capítulo que dedicámos ao povoamento romano, sustentámos a tese de que, ambos constituíam um único sítio arqueológico, em época medieval consideramos, e tal como Sandra Lourenço, que são sítios independentes. “Se do ponto de vista sepulcral estes dois sítios não estarão relacionados, dada a considerável distância entre eles, da perspectiva do povoamento parece-nos que, nos terrenos designados por Olival dos Pobres e Passal I, terá existido uma unidade de exploração agrícola romana, uma villa, parte da qual terá sido reocupada no final da Alta Idade Média, com continuação na Baixa Idade Média.” (Lourenço, 2007: 86).

(Lourenço, 2007: 84). A questão da proximidade às vias de comunicação cria alguns entraves à sua veracidade, uma vez que não é possível assegurar a cronologia dos mesmos.

8.1.2. Conjuntos de 2/3 sepulturas

Os conjuntos de 2/3 sepulturas, tal como Catarina Tente, Sandra Lourenço, Iñaki Martín Viso afirmam, são apresentados de modo a não considerar estes locais como necrópoles e correspondem a um total de 4 conjuntos de sepulturas, ou seja, cerca de 25% do total. Estes sítios foram analisados por Castillo como locais de enterramento familiar, dando conta de que os de tipologia antropomórfica seriam atribuídos aos indivíduos do sexo masculino e os não antropomórficos aos do sexo feminino e de crianças (Tente e Lourenço, 1998: 211). Confirmando e seguindo a tese de que seriam enterramentos familiares ou de pequenas comunidades, em termos da tipologia isso não acontece. Nos nossos casos de estudo, não há qualquer sítio que partilhe as duas tipologias de sepulturas no mesmo sítio arqueológico, mas ainda assim predomina a tipologia antropomórfica. Para este caso deve ser feita a referência ao sítio arqueológico da Quinta do Moreira de Baixo, em Travanca de Lagos, onde se encontram três sepulturas, duas antropomórficas e uma não antropomórfica, das quais duas implantadas no mesmo afloramento granítico, e a última afastada cerca de 50 metros do primeiro afloramento.

8.1.3. Necrópoles

As necrópoles são consideradas sítios arqueológicos que possuem mais de três sepulturas, podendo ser subdivididas em ordenadas e desordenadas. O território do nosso objeto de estudo tem 4 necrópoles, ou seja 25% do total de sítios funerários

alto-medievais. Das necrópoles referenciadas, duas delas localizam-se no espaço das antigas *villae* romanas e as restantes referentes a duas possíveis quintas.

Após o abandono dos espaços fundiários romanos, uma das finalidades destes sítios era a transformação em espaços funerários, como as necrópoles (Carneiro, 2017: 50). A escolha destes locais poderia relacionar-se com a importância dos assentamentos romanos na paisagem (Matos, 2019: 136). Aprecia registar este fenómeno no Alto Alentejo e na encosta noroeste da Serra da Estrela, ao serem encontrados sítios sepulcrais nas zonas de *pars urbana*, e em sítios arqueológicos romanos (Carneiro, 2017: 55; Tente, 2011: 27).

No nosso caso de estudo, referenciamos a necrópole do Passal I, que atualmente poderia ser classificada como um sítio de 2/3 sepulturas, uma vez que só este número de sepulcros é visível. Porém, a historiografia do sítio, permite-nos vislumbrar mais longe⁶⁷.

As necrópoles ordenadas são aquelas que vulgarmente são chamadas de ‘cemitérios medievais’ no qual todas as sepulturas se encontram na mesma orientação. No nosso caso de estudo não é possível verificar esta tipologia. Ainda assim, e tendo em consideração que são poucos os sítios que se enquadram nesta

67 Relativamente ao sítio do Passal I, Sandra Lourenço afirmou que deva ter sido reocupado na parte final da Alta Idade Média, continuando na Baixa Idade Média, mas provavelmente nas fundações da antiga *villa* romana que havia existido (2007: 86). No entanto, há a registar a presença de estelas funerárias: duas parecem-nos estar *in situ*, enquanto que as restantes três reutilizadas no muro que delimita o adro da igreja. Das quais refere a mesma investigadora: “observam-se três cabeceiras de sepultura discoides, todas gravadas em relevo com a cruz grega, com a cruz de braços curvilíneos e com a cruz grega com remates flordelizados, para além destas foi recentemente colocada junto à cabeceira da sepultura I, também fracturada na metade esquerda do alinhamento do leito, uma estela discoide com a Cruz de Cristo” (2007: 142). Propondo-nos a classificar as mesmas estelas funerárias, recorreremos à monografia de José Beleza Moreira sobre este assunto. A primeira, localizada na cabeceira da sepultura I, classificada como D-I-172 (Moreira, 2019: 50), figurando a “cruz grega, em relevo, com as extremidades em forma de meia lua”. A segunda localizada na cabeceira da sepultura 2, passível de ser classificada como D-I-254 (Idem: 66), com cruz latina, sem se notar a haste horizontal, ligeiramente inclinada. Passando às estelas do muro do adro e descrevendo-as, pela sua localização de norte para sul, das três existentes, apenas uma possui o espigão (CS 4). A estela 3, coaduna-se com a classificação tipológica D-I-30, “cruz de braços curvilíneos, gravada, com fólios normais” (Idem: 37). A estela 4, classificada tipologicamente como D-I-123, “cruz grega, gravada em fita” (Idem: 55). Por último, a estela 5, classificada como D-I-160, “cruz grega, em relevo, com extremidades flordelizadas” (Idem: 58). O único elemento que a diferencia desta é que não possui as pontas aguçadas (Anexo VI, Figuras 1-5).

categoria, no nosso território concelhio existe a necrópole de São Pedro de Lourosa. Este sítio é composto por um conjunto de 55 sepulturas, de tipologia antropomórfica e com orientação canónica (Oeste-Este). Encontram-se no mesmo alinhamento que o templo cristão (Tente; 2015: 281).

Apesar de Catarina Tente afirmar que, as necrópoles ordenadas apenas se podem classificar cronologicamente entre os séculos XII e XIII, isso é analisado de forma diferente neste sítio arqueológico. O templo cristão foi edificado no século X (912), sob algumas sepulturas, mais precisamente 9, o que pode ser indiciador da construção de algumas sepulturas antes da construção do templo (Fernandes, 2016: 163-164).

No que concerne às necrópoles desordenadas, estas podem ser bastante parecidas com os núcleos existentes de duas ou três sepulturas, já que têm a mesma forma de disposição de sepulturas e ainda que os núcleos possam estar distantes, dezenas ou centenas de metros (Tente, 2015: 277-278). As sepulturas integrantes desta tipologia de sítio, não necessitam de possuir a mesma orientação, como é o caso do Passal I, nem a necessidade de existirem as mesmas tipologias, como acontece no sítio da Quinta dos Casais. No caso de São Bartolomeu, verifica-se uma necrópole dispersa, que possui 8 sepulturas, no entanto, perante informações orais, cerca de 10 sepulturas foram destruídas aquando da construção do campo de futebol (Lourenço, 2007: Anexo I p. 145).

8.2. Os lagares rupestres: estruturas problemáticas na sua datação

A produção e transformação de produtos agrícolas, em época romana, é bastante relatada pelos autores clássicos, particularmente nos tratados de agricultura de Varrão e Columela. Mas a contextualização cronológica das estruturas em negativo da transformação desses produtos é bastante dúbia. Tal como já afirmámos

para outros exemplos, estas estruturas não são exceção, uma vez que os contextos associados e conservados nestes sítios arqueológicos são raros, mais ainda sítios que conjuguem locais produtivos com estruturas de arquitetura doméstica.

Carlos Fabião refere-se a esta problemática, “Assim, pode dizer-se que o tema em questão constitui um problema fundamentalmente arqueológico, na medida em que os dados relevantes para a sua caracterização e estudo dependem, sobretudo, da identificação de vestígios materiais devidamente contextualizados.” (1998: 171), assim como Catarina Tente “A principal limitação do estudo destes lagares reside na impossibilidade de, na sua larga maioria, ser impossível relacioná-los de forma directa com estratigrafias arqueológicas, que possibilitem a recolha de informações quanto à sua cronologia, funcionalidade mais precisa e relação com eventuais espaços habitados ou de exploração agrícola.” (2007: 346).

Por outro lado, também estes sítios eram alvo de reutilizações, quer de espaços funerários para lagaretas, quer o inverso. Assim sendo, para além de ser um tema altamente controverso, torna-se ainda mais difícil estabelecer uma cronologia de fundação da estrutura, bem como da sua reutilização (Idem: 349-359). Relativamente à observação acima indicada, no nosso caso de estudo podemos referenciar, três sepulturas na necrópole de São Bartolomeu I, onde é possível identificar o reaproveitamento do sítio arqueológico (Anexo VI, Figura 7). Nas imediações destes sepulcros rupestres, existe uma depressão na rocha, possivelmente um *calculatorium*, com cerca de 186 cm de comprimento e 236 cm de largura. Evidencia-se nas imediações uma concavidade quadrangular, provavelmente aproveitada para a colocação do peso de lagar, bem como dois buracos de tipo circular, que poderiam servir para a colocação de alguma estrutura de tipo *torcularium* na figura 10 (Lourenço, 2007: 75). Ainda relativo ao sítio anterior, nas sepulturas existem canais de escorrência e a sepultura 6 encontra-se fragmentada na zona dos pés. Por outro lado, junto da necrópole do Penedo do Gorgulão, mais precisamente do primeiro conjunto de sepulturas, existe uma lagareta (Anexo VI, Figura 8). Ainda que evidencie à superfície materiais cronologicamente atribuíveis à

época romana e medieval, é impercetível o momento de funcionalização da estrutura produtiva. Este tipo de ocorrências pode levar a que se atribua uma utilização da estrutura, na baixa idade média, uma vez que, só a partir do século XI é que reúnem as condições ideais para uma prática agrícola mais intensiva, intimamente relacionado com a paz que já se fazia sentir (Tente, 2007: 363-364).

De acordo com a classificação realizada, na investigação da área de *Aquae Flaviae*, podemos dividir tipologicamente estas estruturas produtivas em três conjuntos: i) lagares com *calcatorium* e pio; ii) lagares com *calcatorium*, pio, e encaixes laterais para a colocação da prensa; iii) lagares com dois *calcatoria*, pio e encaixes laterais para a colocação da prensa (Sousa e Marques, 2011-2012: 499).

Não podemos referenciar que as estruturas mais simples – sem *torcularium* – são cronologicamente anteriores às mais complexas, uma vez que isso seria falacioso (Idem: 499). Isto porque não dispomos atualmente de dados estratigráficos que nos permita datar com segurança a fase de utilização destes sítios.

De acordo com esta classificação proposta em estudo semelhante e que adaptámos ao nosso caso de estudo, percecionamos que a maioria das estruturas são apenas com *calcatorium* e pio, ainda que de forma minorada, possamos encontrar estruturas produtivas mais complexificadas, como é o caso do lagar I do Boição (Anexo VI, Figura 6). Nesse caso concreto, parte integrante do S35, é possível percecionar no afloramento granítico, quer a presença de dois *calcatoria* (provavelmente um para a área da pisagem e outro para a base da prensagem). De realçar igualmente, as concavidades escavadas na rocha que poderiam corresponder a para estruturas em material perecível, como o *torcularium* (Alarcão, 2004: 35-36). No entanto, seriam retirados ao fim de cada período de produção, de modo a não estarem tão expostos às intempéries.

No estudo aprofundado destas estruturas, ainda que padecendo de difíceis problemáticas por resolver, referenciamos o caso de estudo da aldeia de Travanca de Lagos. Esta localidade, localizada no extremo poente do concelho de Oliveira do Hospital, regista o maior número de estruturas desta tipologia, identificadas até ao

momento. Quanto aos usos de solos - tendo como base de análise os dados contemporâneos - a exposição solar é adequada para a presença da cultura da vinha e olival nesta zona geográfica, uma vez que se localiza numa encosta sobranceira ao rio Cortal. A isso também corresponde a maioria das culturas evidenciadas nos terrenos agrícolas nas imediações destas estruturas.

No que concerne aos diferentes grupos de classificação tipológica dos lagares rupestres, e tendo em conta os trabalhos anteriores, consideramos que as estruturas que comportariam apenas *calcatorium* e pia, poderiam consistir na pisa de forma manual, sem recurso a engenhos de maior complexidade (Idem: 499). No nosso caso de estudo referenciamos o S4, S7, S26, S35 – lagar 2, S37, S39.

Por último, estes registos arqueológicos parecem indicar uma primeira produção de vinho. Apesar da sua indefinição cronológica e funcional, alguns poderão ter a sua origem em Época Romana, enquanto que outros serão medievais.

9. Considerações finais e linhas de investigação futuras

Chegados ao corolário deste nosso projeto inicial de investigação, e de um longo processo de formação académica que culmina com este trabalho, pudemos concluir que além de obtermos algumas respostas às problemáticas que nos trouxeram até aqui, colocam-se novas questões e levantam-se ainda mais problemáticas para serem investigadas, abrindo portas ao novo conhecimento, por outros investigadores ou por nós.

Propusemo-nos inicialmente compreender o povoamento rural romano no quadrante norte do concelho de Oliveira do Hospital. No final desta investigação, consideramos que o povoamento romano, nesta parte do Império, funciona com várias tipologias e conseqüentemente apresenta uma paisagem complexa, entre povoamento agrupado e disperso, que de resto é comum a esta parte norte da Lusitânia.

No entanto, quer na definição da temática e problemáticas, quer aquando do desenrolar do trabalho, considerámos que se apenas analisássemos este território com base nos sítios cronologicamente classificados como romanos, seria bastante redutor, não ficando com uma ideia do modo como o povoamento evoluiu no decurso de um tempo mais longo, e a dimensão das transformações ocorridas na ocupação do território em época romana, procurando continuidades, continuidade recriadas, descontinuidades ou rupturas.

Retrocedendo até ao período do bronze final, e destacando o sítio de São Cosme (vide capítulo 6.1.), percebemos que o mesmo assentamento arqueológico tem uma evolução de ocupação que se prolonga ao período da romanização (século I a.C. – século I d.C.). Os materiais encontrados, quer nos trabalhos desenvolvidos ao longo desta dissertação, quer nas escavações no âmbito da investigação de João Carlos de Senna Martinez – na década de 80 do século passado –, são claramente identificáveis com este período atrás referenciado. Nesta reinterpretação de dados

que nos propusemos realizar, foi importante a presença da fíbula anular hispânica, bem como da cerâmica de asas internas. A identificação de paralelos formais, facilitaram a datação. A estação do Castroeiro (concelho de Mondim de Bastos), no caso da fíbula e da cerâmica de asas internas, e do Monte do Vale do Loureiro, apenas na tipologia cerâmica.

Ao hipoteticamente classificarmos tipologicamente este sítio como *castellum*, inscrevemo-lo no período da romanização, mas não pudemos verificar qual o momento de abandono do sítio. Mantém-se este dado fundamental desconhecido para a interpretação do sítio, visto que as escavações de Senna Martinez não apresentam grandes conclusões; também desconhecemos nas imediações, assentamentos com modelo construtivo, económico, romano, para onde a população deste povoado fortificado em altura, aquando do seu abandono se possam ter instalado.

Por outro lado, as vias romanas, plenas de simbolismo do vasto Império, deixam ainda algumas problemáticas em aberto. Recordando as que elencámos na introdução desta dissertação, algumas continuam a aguardar um estudo sistemático no *territorium* desta *civitas*, como de resto Jorge de Alarcão fez menção. Tal como Vasco Mantas criticamente analisa. Procedemos a uma projeção tendencialmente retilínea dos eixos viários, tendo como referência a capital da *splendidissima civitas* e as outras capitais de *civitates* vizinhas. Futuramente algum investigador poderá ter o desejo de investigar exclusivamente esta matéria tão complexa para o mundo romano, tal como nos foi possível analisar nesse capítulo (vide capítulo 5). Percebemos que, quer no território da *civitas*, na sua totalidade, quer na sua parte – o nosso caso de estudo – era percorrido por traçados viários importantes, fazendo deste território um corredor de passagem, e conseqüentemente de trocas comerciais. Ao fazer essa referência damos conta de uma importante atividade económica romana – a mineração romana – relacionada com a via *Igaedis – Vissaium*, bem como às famílias de plena cidadania romana, como os *Cantii* e os *Iulii*. Para além da utilização desta via, ao aproximar as duas *civitates* do interior norte da Lusitânia –

Igaedis e Bobadela – também nos parece que este eixo viário foi fundamental no processo de conquista e romanização deste território. Os tesouros monetários do conflito sertoriano e entre Sexto Pompeu e Júlio César acompanham vários sítios arqueológicos nas imediações desta importante via, procedente de *Augusta Emerita*, capital da província da Lusitânia a partir de Augusto, e com destino a *Bracara Augusta*.

Por outro lado, o marco miliário de Paços da Serra, ao documentar as XXI milhas romanas da via imperial, indica a presença de uma via que ligaria Bobadela ao Mileu (Guarda) pela serra da Estrela tendo como origem a Coimbra romana e a ligação ao litoral, através do amplo estuário do Mondego.

Nesse sentido, e uma vez que esta via deveria passar junto a São Bartolomeu de Meruge, consideramos que aqui poderia existir a confluência de vias imperiais, com a possibilidade de esta estação arqueológica corresponder a uma pequena estalagem (*statione?*). Tendo em conta esta proposta de localização, e de modo a testá-la, procurámos verificar o posicionamento de outros assentamentos com classificações tipológicas semelhantes, nos traçados que ali confluem. Verificámos que a *mansio* da Raposeira (concelho de Mangualde), se localiza a cerca de 35 quilómetros deste sítio (23,6 milhas romanas), ou seja, mais ou menos a distância que os viajantes poderiam percorrer ao longo de uma jornada ou dia de marcha. No que concerne aos restantes traçados viários, verificámos que ainda há muito trabalho a desenvolver, de modo a que se possam identificar os principais eixos viários com maior segurança. Na eventualidade de Travanca de Lagos ter sido em época romana igualmente um cruzamento de vias imperiais, à chegada a território urbano, terá o sítio dos Covelos desempenhado funções preponderantes de apoio à via imperial?

Quanto ao povoamento rural romano, verificámos que, tal como noutras províncias do vasto império, também no interior norte da Lusitânia a paisagem é composta por variadíssimas realidades, com uma presença diminuta de *villae*, uma vez que só foi possível classificar tipologicamente desta forma (e como hipótese) dois sítios. Nestas paisagens rurais interiores parece haver uma forte preponderância

pequenos e médios sítios rurais, classificados como quintas e casais, mais condizentes com o substrato social indígena que caracterizava as paisagens sociais desta região. Alguns dos pequenos sítios que seriam subsidiários destes primeiros, como de resto parece evidenciar os sítios com menor dispersão de materiais à superfície.

Quanto à classificação cronológica dos sítios, pode ser auxiliada pela identificação de materiais concretos. No caso da *villa* de Ervedal da Beira, a identificação de *terra sigillata* hispânica tardia, alerta para uma possível ocupação durante o baixo império.

Em termos económicos, a vivência rural romana assentaria grosso modo em dois pilares fundamentais: a agricultura e a exploração dos recursos naturais. Esta prática economicista deveria servir para tornar estes povoados autárquicos e não tanto para exportação. A presença de cultura material, atesta a prática agrícola: fragmento de *dolium* na Quinta do Espinhal Mouro, bem como as mós manuais, entre o Passal I e o Olival dos Pobres. No que concerne à exploração mineral, se já era atestado pela riqueza cartografada na carta geológica 17-C Santa Comba Dão, o mesmo foi corroborado pela presença do registo arqueológico do cadinho, no sítio do Carrascal.

A exploração de ouro, gerida pelo próprio estado romano, seria a atividade económica mais relevante na área da *splendidissima civitas*. Não se observa no território em estudo, mas os seus vestígios ainda são particularmente evidentes ao longo do Alvoco e do Alva. Explicarão a possível presença de indivíduos oriundos de paragens distantes. E de personagens ricos que revelam a sua prosperidade em atos evergéticos. A monumentalização da *splendidissima civitas* será em parte resultado deste cenário traçado pelos rios de ouro.

Na passagem cronológica entre o período romano e alto-medieval, não nos foi possível atestar quais os sítios que tiveram continuidade de ocupação, sem nunca terem sido abandonados. O que se pode observar nas prospeções não o permite.

No que concerne às sepulturas escavadas na rocha, na sua grande maioria parece-nos pertencer a casais rurais. Assim sendo, registamos a presença de 75% dos

sítios com sepulturas isoladas e conjuntos de 2/3 sepulturas. Quanto às necrópoles, evidentes em apenas dois sítios – Passal I e São Bartolomeu – podem corresponder, conforme já tinha dado indicação Sandra Lourenço, a uma presença já no final da alta idade média, com a existência de templos religiosos, e a necessidade de espaços funerários mais amplos (Lourenço, 2007: 109).

A problematização associada com os lagares rupestres já foi referida anteriormente, bem como a dificuldade de uma atribuição cronológica. Ambas se associam pela presença destas estruturas em sítios com lata diacronia de ocupação, onde em prospeção arqueológica de superfície é possível a identificação de materiais cerâmicos classificáveis como romanos, mas igualmente materiais medievais e modernos (Sousa e Marques, 2011-2012: 498). Para além do entrave ao estudo destes assentamentos, acrescenta-se a deficitária referência nos documentos medievais destas estruturas (Tente, 2007: 363-366). Reconhecemos que os grandes assentamentos fundiários romanos, como as *villae* e as quintas, deveriam possuir as suas estruturas de transformação agrícolas, entre as quais, os lagares, e produzir fundamentalmente azeite e vinho, para consumo próprio e comercialização a nível local e regional (Carvalho, 2019: 33). No entanto, podem corresponder a estruturas medievais ou modernas, e estarem relacionadas com o vinho. Ambas as culturas (azeite e vinho) estariam associadas à cultura romana, não sendo possível classificar com exatidão a sua funcionalidade e cronologia.

Por último, e analisando toda a investigação que sustentou esta dissertação consideramos que há ainda um longo caminho a percorrer. Referenciámos por diversas vezes quer a dificuldade em estabelecer balizas cronológicas para cada sítio, quer aprofundar os conhecimentos já obtidos ao longo das prospeções arqueológicas. O facto de até agora nenhum investigador ter realizado trabalhos de escavação arqueológica neste território concreto, leva a que em cada período cronológico estejamos sujeitos a descrever uma certa estaticidade – como de resto fomos denunciando – dos períodos cronológicos e dos assentamentos. A prospeção arqueológica de superfície, ainda que sendo uma tipologia de trabalho de campo

fundamental, quer para a identificação de sítios arqueológicos e subsequente localização, quer para a classificação tipológico-cronológica, através da dispersão de materiais traçada a partir deste método, não esclarece muitas questões de natureza tipológica e cronológica. Por conseguinte, consideramos fundamental desenvolver trabalhos de escavação, em futuros projetos, por outros investigadores que tal como nós considerem prementes estas temáticas.

Aproveitamos estas últimas linhas da nossa dissertação para agendar alguns trabalhos para o futuro, de acordo com o que expusemos anteriormente. Considerando o potencial arqueológico do Olival dos Pobres, e da Quinta da Serrana, é importante a realização de sondagens de diagnóstico que procurem esclarecer as dúvidas quanto à localização da *pars urbana* e *rustica* desta provável *villae* que, segundo a nossa interpretação, aqui se localizava. Por outro lado, quanto ao sítio do Passal I, mais precisamente na fachada norte do atual templo religioso, parece-nos premente procurar verificar se a necrópole de sepulturas escavadas na rocha, se resume àquele número diminuto, ou se era mais extensa. Problematizamos desta forma, por recentes trabalhos arqueológicos indiciarem o mesmo noutros sítios arqueológicos, como o caso de São Pedro de Lourosa e a sua extensa necrópole alto-medieval. Já, no que concerne à funcionalidade dos sítios arqueológicos, consideramos importante a realização de sondagens de diagnóstico no Carrascal, bem como na Tapada, indagando assim se ambos os sítios foram contemporâneos. Relativamente a São Bartolomeu, local amplamente debatido, quer pela sua proximidade a uma via imperial, quer pela sua potencialidade arqueológica através do conjunto de materiais já identificado ao longo das últimas décadas e do último século. Parece-nos que, igualmente, trabalhos mais concretos seriam indispensáveis para a correta classificação do sítio arqueológico.

Sabemos que para todos estes sítios, com maior ou menor premência, as sondagens geofísicas seriam importantes, uma vez que este processo proporcionaria um maior conhecimento científico sobre o sítio, localizando as estruturas existentes.

No entanto, consideramos financeiramente dispendioso vir a ser aplicado em qualquer destes sítios arqueológicos.

Urge mais do que nunca continuar a despertar, nos órgãos autárquicos, nos proprietários e comunidade local, a atenção destes para a importância dos sítios arqueológicos e para a necessidade da sua preservação, valorização e divulgação. Deste modo, protegendo o que têm, auxiliam o futuro da arqueologia e da investigação, para que novos dados possam aparecer. Por tudo isto é inquestionável que: valorizar o património é um dever, usufruir do património é um direito, a quem proteger a cultura que pertence a todos.

10. Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de; LOPES, Maria Conceição; MOURA, Helena (1985) - As origens do povoamento na bacia do Alva, in *Arqueologia*, 12, Porto, p. 184- 194.

ALARCÃO, Jorge de (1988) - O domínio romano em Portugal, Ed. Europa-América, Mem Martins.

ALARCÃO, Jorge de (1989) – A cidade romana de Viseu, Ed. Câmara Municipal de Viseu.

ALARCÃO, Jorge de (1990) - Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios, in *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Table ronde Internationale du CNRS, Talence, 1988), Paris, CNRS (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42)*, p. 21-34.

ALARCÃO, Jorge de (1993) – Arqueologia da Serra da Estrela, Ed. Instituto da Conservação da Natureza: Parque Natural da Serra da Estrela, Manteigas.

ALARCÃO, Jorge de (1998) - A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, in *Conimbriga*, XXXVII, p. 89-119.

ALARCÃO, Jorge de (1999) - O contexto histórico dos tesouros republicanos romanos em Portugal, in *CENTENO, R. M. S., GARCÍA-BELLIDO, M. P. e MORA, G. (eds.), Rutas, Ciudades y Moneda en Hispânia: Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática Antigua. Anexos AEspA 20*, Madrid, p. 1-8.

ALARCÃO, Jorge de (2002/2003) - A *Splendidissima civitas* de Bobadela (Lusitânia), in *Revista Anas*, 15-16. Ed. Museo Nacional de Arte Romana. Mérida.

ALARCÃO, Jorge de (2004) - Introdução ao Estudo da Tecnologia Romana. «Cadernos de Arqueologia e Arte», n.º 7, Ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

ALARCÃO, Jorge de (2006) - Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia-IV, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 9, número 1, p. 131-147.

ALARCÃO, Jorge de (2019) – A Lusitânia e a Galécia: do século II a.C. ao século VI d.C., Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra.

AMELA VALVERDE, L. (2000) - Las acuñaciones romanas de Sexto Pompeyo em Hispania, in *Archivo Español de Arqueología*, 73(181-182), p. 105-119.

ANACLETO, Regina (1981) - Bobadela Epigráfica, Ed. EPARTUR - Edições Portuguesas de Arte e Turismo, Lda. Coimbra.

BARBOSA, M. B. C. S. G. (2002) - Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augustus, in *Anexos Nummus*, 6(2002), 1998-2002.

BERNARDES, João Pedro (2007) - A ocupação romana na região de Leiria, in *Volume 6 de Promontoria monográfica*, Ed. Universidade do Algarve.

BUGALHÃO, Jacinta (1998) - O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 1, número 2, p. 123-136.

CÂMARA, A. (2017) - A fotointerpretação como recurso de prospeção arqueológica. Chaves para a identificação e interpretação de monumentos megalíticos no Alentejo: aplicação nos concelhos de Mora e Arraiolos. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora. Policopiada.

CAPELA, J. V.; MATOS, H. (2011) - As freguesias dos distritos de Aveiro e Coimbra nas Memórias Paroquiais de 1758: memórias, história e património, Braga.

CARNEIRO, André (2004) – Povoamento romano no actual concelho de Fronteira, Ed. Colibri.

CARNEIRO, André (2014) - Lugares, tempos e pessoas: povoamento rural romano no Alto Alentejo, volume I, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press.

CARNEIRO, André (2016) - Mudança e continuidade no povoamento rural no Alto Alentejo durante a Antiguidade Tardia, in ENCARNAÇÃO, José; LOPES, Maria da

Conceição; CARVALHO, Pedro (coord.): *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*, Coimbra, pp. 281-307.

CARNEIRO, André (2017) - Nos limites do Império: dinâmicas de povoamento na transição para a Antiguidade Tardia no Alto Alentejo, in Carneiro, A. e Teixeira, C. (eds.): *Arqueologia da Transição: entre o mundo romano e a Idade Média*, Coimbra, p. 39-64

CARRIÇO, João (2019) - Pontes romanas da Lusitânia, in MACIEL, Justino; LIMÃO, Filomena (coord.): *Horizontes Artísticos da Lusitânia: Dinâmicas da antiguidade clássica e tardia em Portugal. Séculos I a VIII*, Lisboa, Ed. Canto Redondo, pp. 115-147.

CARVALHO, Pedro C., RIBEIRO, Carla, SILVA, Ricardo e ALMEIDA, Sara (2002), “Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimosa – Fundão (1.^a campanha de prospecção intensiva)”, in *Conimbriga*, *XLI*, p. 127-152.

CARVALHO, Pedro C. (2004) – “Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano”, in *O Passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão)*, CEAUCP/FCT, Coimbra/Porto, p. 121-140.

CARVALHO, Pedro C. (2007 a) – Cova da Beira – ocupação e exploração do território na época romana. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Pedro C. (2007 b) – Terlamonte I (Teixoso, Covilhã): uma quinta romana no interior norte da Lusitânia. In *Conimbriga XLVI*, p. 207-250.

CARVALHO, Pedro C. (2010) - A caminho do Douro na época romana. Da capital da *civitas Igaeditanorum* aos *territoria* dos *Lancienses*, *Araui*, *Meidubrigenses* e *Cobelci*, in CUBAS MARTÍN, N., HIDLGO RODRÍGUEZ, D. y SALINAS DE FRÍAS, M. (eds.): *Arqueología, Patrimonio, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero*, Aquilafuente, 171, Ed. Universidad de Salamanca, p. 125-138.

CARVALHO, Pedro C. (2014) - A estalagem romana da Raposeira (Mangualde), Ed. Município de Mangualde / ArqueoHoje, Ld^a.

CARVALHO, Pedro C. (2016) – O final do mundo romano: (Des)continuidade e/ou (in)visibilidade do registo nas paisagens rurais do interior norte da Lusitânia, in ENCARNAÇÃO, José; LOPES, Maria da Conceição; CARVALHO, Pedro C. (coord.): *A Lusitânia entre romanos e bárbaros*, Coimbra, p. 397-435.

CARVALHO, Pedro C. (2017) – Há dois mil anos em redor do Vale do Tua, entre o Douro e Trás-os-Montes: tempos de confronto, paisagens de transição, in CARVALHO, Pedro C.; GOMES, Luís Filipe Coutinho; MARQUES, João Nuno (coord.): *Estudo Histórico e Etnológico do Vale do Tua*, EDP, pp. 241-383.

CARVALHO, Pedro C., SILVA, Rui (2018). Bobadela Romana: Splendidissima Civitas. Ed. Arqueohoje.

CARVALHO, Pedro C. (2019) – O azeite no Portugal Romano, in *O azeite e a oliveira ao longo do tempo: o Museu do Azeite (Bobadela, Oliveira do Hospital)*, Ed. Arqueohoje, pp. 32-36.

COELHO, Fernando (1970) - Bobadela - Encruzilhada de dúvidas. Dissertação de licenciatura em ciências Históricas, apresentada à faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

COSTA, Avelino de Jesus (coord.) (1999) – Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra.

COSTA, Miguel Cipriano Esteves (2010) - Redes Viárias de Alenquer e suas Dinâmicas: um estudo de Arqueogeografia. Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade em Arqueogeografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Gérard Chouquer.

CUNHA, Pedro Proença (2000) – Litostratigrafia do Terciário da região Miranda do Corvo – Viseu (Bacia do Mondego, Portugal), in *Ciências da Terra*, 14, Ed. Universidade Nova de Lisboa, p. 129-144.

CURADO, F. P. (1988-1994) - A propósito de *Conimbriga* e *Coniumbriga*, in *Actas do I Congresso Internacional sobre o rio Douro*, Gaya, 6, p. 213-234.

DINIS, António (2002) - O povoado da Idade do Ferro do Castroeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal), Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

FABIÃO, Carlos (1998) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 1, número 1, p. 169-198.

FABIÃO, Carlos (2014) - La creación de la provincia romana de Lusitania. In ALVAREZ MARTINEZ, J. M., (ed.): *Augusto y Emerita: catalogo de exposición*, Ed. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, p. 27-39.

FERNANDES, Lúcia (2008) - A ordem toscana na Lusitânia ocidental: problemática e caracterização do seu emprego: a propósito das peças reutilizadas da Igreja de S. Pedro de Lourosa (Coimbra), in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 11, número 2, p. 231-270.

FERNANDES, Paulo Almeida (2002) - A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Paulo Almeida (2016) - Matéria das Astúrias: ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal: séculos VIII-X. Tese de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

FERNANDEZ-TIJERO, María Carmen (2012) – Espacios para la curación: la domus em la tradición hipocrático-galénica, in OLIVEIRA, Francisco; TEIXEIRA, Cláudia;

Dias, Paula Barata (coords.): *Espaços e paisagens – Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas: volume I Línguas e Literaturas. Grécia e Roma*; Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 89-95.

GUERRA, Amílcar; FABIÃO, Carlos; SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1989) - O cabeço do castro de São Romão, Seia: alguns resultados preliminares das campanhas I(1985) a 3(1987), in *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, p. 189-234.

HALL, Tarquínio (1998) - As pontes romanas do concelho de Oliveira do Hospital, in *Concelho de Oliveira do Hospital: subsídios para a sua história*, Ed. Grafibeira, p. 197-200.

JÚNIOR, S. F. de M. (2003) - Monografia de Ervedal da Beira, Volume I, Ed. Empresa Gráfica Feirense.

LOPES, Maria da Conceição (2000) - A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca da “*civitas*” de *Pax Iulia*. Ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

LOPEZ QUIROGA, Jorge (2010) - Arqueología del habitat rural en la Península Ibérica (siglos V-X), Ed. La Ergástula, Madrid.

LOURENÇO, Sandra. (2007) - O Povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e Alva, in *Trabalhos de Arqueologia*, 50, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

MANTAS, Vasco (1990) – A rede viária do convento escalabitano, in *Simposio sobre la red viaria en la Hispania romana, Institución Fernando el Católico, Zaragoza*, p. 219-239.

MANTAS, Vasco (1996) - A rede viária romana da faixa atlântida entre Lisboa e Braga. Tese de Doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada

MANTAS, Vasco (2012) - As vias romanas da Lusitânia, Ed. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida.

MANTAS, Vasco (2019) - Da capital da Lusitânia a Bracara Augusta pela Serra da Estrela, in *Conimbriga LVIII*, Ed. Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 255-300.

MANZANO-MORENO, Eduardo (2003) – La cerâmica de los siglos oscuros, in CABALLERO-ZOREDA, Luis; MATEOS-CRUZ, Pedro y RETUERCE-VELASCO, Manuel (Eds.): *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la península ibérica, II Simposio de Arqueología, Anejos de AEspA XXVIII*, p. 541-557.

MARTIN VISO, Iñaki (2012) - Enterramientos, memoria social y paisaje em la Alta Edad Media: propuestas para um análisis de las tumbas excavadas em roca em el centro-oeste de la península ibérica, in *Zephyrus, LXIX, 2012*, p. 165-187.

MANTIN VISO, Iñaki (2013) - El espacio del más acá: las geografías funerarias entre la Alta y la Plena Edad Media, in LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.): *De la tierra al cielo: ubi sunt qui ante nos in hoc mundo fuere?, XXIV Semana de Estudios Medievales*, Nájera, p. 75-140.

MATIAS, Ana (2017) – Povoamento rural romano e usos potenciais da terra em torno da *civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha, Portugal). Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.

MATOS, Pedro (2018) - Dinâmicas de povoamento no concelho de Santa Comba Dão: do período romano à idade média. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.

MOREIRA, José Beleza (2019) – Cabeceiras de sepultura em Portugal, Monografia, Ed. Aber Edições.

NEVES, Francisco Correia das (2007) – Enquadramento histórico e toponímia: concelho de Oliveira do Hospital. Ed. Município de Oliveira do Hospital.

NEVES, Francisco Correia das (2009) - Arqueologia rural: concelho de Oliveira do Hospital, Ed. Município de Oliveira do Hospital.

NÓBREGA, Pedro (2017) - Meruge: Contributos para a história da freguesia, Ed. Junta de Freguesia de Meruge.

NUNES, João Castro; FABIÃO, Carlos; GUERRA, Amílcar (1988) – O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil), Museu Regional de Arqueologia, Arganil.

OLIVEIRA, Ana, GUEDES, César (2013 a) - Relatório de Acompanhamento arqueológico do Subsistema de Saneamento de Lajeosa – Oliveira do Hospital, ProceSl, Alfragide, relatório policopiado.

OLIVEIRA, Ana; GUEDES, César, (2013 b) - Relatório de Acompanhamento arqueológico das Ligações Técnicas de Seixo da Beira – Oliveira do Hospital, ProceSl, Alfragide, relatório policopiado.

OLIVEIRA, Ana, GUEDES, César (2013 c) - Relatório de Acompanhamento arqueológico do Subsistema de Saneamento de Sobreda – Oliveira do Hospital, ProceSl, Alfragide, relatório policopiado.

OSÓRIO, Marcos (2006) - O povoamento romano no Alto Côa. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Policopiada.

PEREIRA; Isabel (1973) - “Notícia de um tesouro de denários republicanos”, in *Conimbriga XII*, Coimbra, pp. 215-218.

PEREIRA, Sofia (2018) – As sepulturas rupestres do território de Viseu, in TENTE, Catarina (Ed.): *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Ed. Câmara Municipal de Viseu, Viseu, p. 355-367.

PIMENTA, João; HENRIQUES, Eurico; MENDES, Henrique (2012) – O acampamento romano de Alto dos Cacos (Almeirim), Ed. Câmara Municipal de Almeirim.

PONTE, Salete (2004) – Retrospectiva sobre fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal, in *Conimbriga XLIII*, p. 199-213.

PONTE, Salete (2006) – Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal, Ed. Caleidoscópio.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul (2007) – Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica, Ed. AKAL.

REPRESAS, Jéssica (2010) - A Cerâmica Decorada do Mundo Baiões/Santa Luzia. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols, policopiado.

RIBEIRO, F. (1850) - Revista Popular (Semanaire de Litteratura Sciencia, e Industria), III, f. 28, Lisboa, 1850-1.

RIBEIRO, Inês (2010) – A *terra sigillata* hispânica da Praça da Figueira. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada.

ROCHA, António Santos (1899) – As Arcainhas do Seixo e da Sobreda, in *Portugalia, I*, Porto, pp. 13-22.

RODRIGUES, Ana (2006) – A formação da rede paroquial no Portugal medievo, in GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (coord.): *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico siglos XIII-XV*, Cádiz, p. 71-84.

RUIVO, José (1993-1994) – Fíbulas pré-romanas e romanas do território de *Collippo*, in *Conimbriga, 32-33*, p. 371-382.

RUIZ ZAPATERO, G.; FERNANDEZ MARTÍNEZ, V. M.(1993) - Prospección de superficie, técnicas de muestreo y recogida de información, in *Inventarios y cartas arqueológicas: actas: homenaje a Blas Tarracena: 50 aniversario de la primera Carta arqueológica de España*, Soria 1941-1991, Consejería de Cultura y Turismo, p. 87-98.

SAA, Mário (1959) – As grandes vias da Lusitânia, tomo II, Ed. Tipografia da Sociedade Astória, Lisboa.

SANCHEZ-PALENCIA, Francisco; CURRÁS REFOJOS, Brais (2017) – Minería del oro y exploración del territorio em Lusitania: estado de la investigación, in NOGALES BASARRATE, Trinidad (coord.): *Lusitania romana: del pasado al presente de la investigación*, p. 393-416.

SANTOS, Carla; FIGUEIRA, Nádia; CRAVO, Sónia (2018) – A estalagem romana da Raposeira (Mangualde), in TENTE, Catarina (Ed.): *Do Império ao Reino: Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, Ed. Câmara Municipal de Viseu, Viseu, p. 345-353.

SARAIVA, Rita R. (2013) - Povoamento Proto-Histórico e Romano no Território dos Atuais Concelhos de Gouveia e Seia — Distrito da Guarda. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, sob a orientação Prof. Doutor Carlos Alberto Brochado de Almeida e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SARMENTO, Francisco Martins (1883) - Expedição Científica à Serra da Estrela em 1881, Secção de Archeologia, Lisboa.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1982) - Materiais Campaniformes do Concelho de Oliveira do Hospital (Distrito de Coimbra), In *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, 4, p. 19-34.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1989) - Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 3 volumes, policopiada.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (1998) - Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no Grupo Baiões/Santa Luzia, in JORGE, Susana (Ed.): *Existe uma Idade do Bronze Atlântica?*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, p. 218-230.

SENNA-MARTINEZ, João Carlos (2010) – Um mundo entre mundos: O grupo Baiões/Santa Luzia, sociedade; metalurgia e relações inter-regionais, in *Iberografias*, 6, p. 13-26.

SILVA, Ricardo Costeira (2005) – Génese e transformação da estrutura do povoamento do I milénio a.C. na Beira Interior. Dissertação de mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.

SILVA, Rui (2014) – Bobadela em época romana: cidade e território periurbano. Dissertação de mestrado em Arqueologia e Território apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.

SOUSA, Luís; MARQUES, Marta (2011-2012) – Os lagares rupestres localizados na área de influência de *Aquae Flaviae* (Chaves, Norte de Portugal), in NOGUERA CELDRÁN, José; ANTOLINOS MARÍN, Juan (Eds.) *De vino et óleo Hispaniae. Áreas de producción y procesos tecnológicos del vino y el aceite em la Hispania romana*, Universidad de Murcia, p. 495-501.

TEIXEIRA, C., *et alii* (1962) - Notícia explicativa da folha 17-C, Santa Comba Dão, in *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50.000*, Ed. Direção Geral de Geologia e Minas, Serviço Geológico de Portugal, Lisboa.

TENTE, Catarina; LOURENÇO, Sandra (1998) – Sepulturas medievais escavada na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 1, número 2, p. 191-218.

TENTE, Catarina (2007) - Lagares, lagaretas ou lagariças rupestres da vertente noroeste da Serra da Estrela, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 10, no 1. Lisboa, pp. 345 - 366.

TENTE, Catarina (2010) – Arqueologia medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI. Tese de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada.

TENTE, Catarina (2011) – Do século IX ao XI no alto vale do Mondego (Guarda, Portugal): dinâmicas de povoamento e estruturas sociais, in *Debates de Arqueología Medieval, 1*, p. 23-43.

TENTE, Catarina (2017) – Entre o fim do Império e o início da Idade Média: as mudanças na estrutura do povoamento na região noroeste da Serra da Estrela (centro de Portugal), in Carneiro, A. e Teixeira, C. (eds.): *Arqueologia da Transição: entre o mundo romano e a Idade Média*, Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 19-38.

TENTE, C.; CARVALHO, A. F. (2015) - Sepulturas e necrópoles alto medievais na investigação portuguesa. Metodologías, problemáticas e perspectivas, in QUIRÓS CASTILLO, J. A., CASTELHANOS, S. (Dirs.): *Identidad y etnicidad en Hispania. Propuestas teóricas y cultura material en los siglos V- VIII* (DAM 8), Vitória/Gasteiz, 125-144

VAZ, João Inês (1997) - *A civitas de Viseu (espaço e sociedade)*, Ed. Comissão de Coordenação da Região Centro, 2 volumes, Coimbra.

VILAÇA, Raquel (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a.C., in *Estudos Pré-históricos, 6*, Viseu, p. 347-374.

VILAÇA, Raquel (2008) – *Através das Beiras: pré-história e proto-história*, Ed. Palimage.

ANEXOS

Índice dos anexos

Anexo I – Localização do caso de estudo

Mapa 1 – Localização da área de estudo no panorama nacional (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 2 – Mapa político-administrativo do concelho de Oliveira do Hospital e referência da área de estudo (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 3 – Divisão administrativa (limites) da *civitas* de Bobadela, no contexto do norte da Lusitânia (Carvalho; Silva, 2018: 25).

Mapa 4 – Localização da área de estudo no território da civitas (recorrendo ao QGIS 3.10).

Anexo II – Localização dos sítios arqueológicos

Mapa 1 – Localização dos vestígios arqueológicos na área de estudo (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 2 – Localização dos sítios arqueológicos e a sua cronologia de ocupação (recorrendo ao QGIS 3.10).

Anexo III – Povoamento Pré-Romano

Mapa 1 – Localização do sítio arqueológico enquadrado nos declives do terreno (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 2 – Mapa topográfico do povoado fortificado de São Cosme, demonstrando o pano de muralha identificado, na zona menos acidentada, durante as escavações de João Carlos Senna-Martinez (Senna-Martinez, 1989: Figura 2.162).

Figura 3 – Perfil de elevação do povoado de São Cosme, de oeste para este. (Conseguido através da aplicação *Google Earth*).

Figura 4 – Perfil de elevação análogo, do sítio do Caldeirão, da tipologia de assentamentos localizados em promontórios ou esporões fluviais (Perestrelo, 2000: figura 5).

Figura 5 – Cerâmica com decoração.

Figura 6 – Fíbula anular hispânica (Senna-Martinez, 1986: Estampa CCXLII).

Figura 7 – Cerâmica com asas internas.

Figura 8 – Cerâmica comum do Povoado de São Cosme.

Figura 9 – Povoado de São Cosme, visto do Miradouro da Penha.

Anexo IV – Vias Romanas

Mapa 1 – Proposta das vias romanas da Bobadela Romana no contexto do norte da Lusitânia (Carvalho e Silva, 2018: 26).

Mapa 2 – Mapa com a proposta de vias romanas (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 3 – São Bartolomeu de Meruge: um cruzamento de várias vias imperiais (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 4 – Mapa com a proposta das redes viárias na área de estudo e os sítios arqueológicos (recorrendo ao QGIS 3.10).

Figura 5 – Calçada romana de Lagares da Beira.

Figura 6 – Sobreposição de pontes: Ponte do Moinho do Buraco.

Anexo V – Povoamento Romano

Mapa 1 – Localização dos sítios e exposição solar (recorrendo ao QGIS 3.10).

Mapa 2 – Uso dos solos e localização dos sítios (recorrendo ao QGIS 3.10).

Figura 3 – Reaproveitamento de silhar almofadado em edificação moderna – Travessa da Igreja, Seixo da Beira.

Figura 4 – Fragmentos de cerâmica de construção - Carrascal.

Figura 5 – Fragmento de cadinho - Carrascal.

Figura 6 – Cerâmica comum e utilitária - Carrascal.

Figura 7 – *Opus caementicium* – Carrascal.

Figura 8 – Achado isolado: Ara votiva – Ervedal da Beira.

Figura 9 – Cerâmica comum feita a torno – Passal I.

Figura 10 – Cerâmica comum feita a torno – Olival dos Pobres.

Figura 11 – Terra Sigillata Hispânica e Hispânica tardia – Quinta da Serrana.

Figura 12 – Elementos arquitetónicos reaproveitados em Travanca de Lagos.

Figura 12 – Fragmento de *dolium* - Espinhal Mouro.

Anexo VI – Povoamento medieval

Figura 1 – Cabeceira de sepultura I (Passal I).

Figura 2 – Cabeceira de sepultura II (Passal I).

Figura 3 – Cabeceira de sepultura III (muro limítrofe nascente do Passal I).

Figura 4 – Cabeceira de sepultura IV (muro limítrofe nascente do Passal I).

Figura 5 – Cabeceira de sepultura V (muro limítrofe nascente do Passal I).

Figura 6 – Lagareta da Quinta do Moreira de Baixo (Travanca de Lagos).

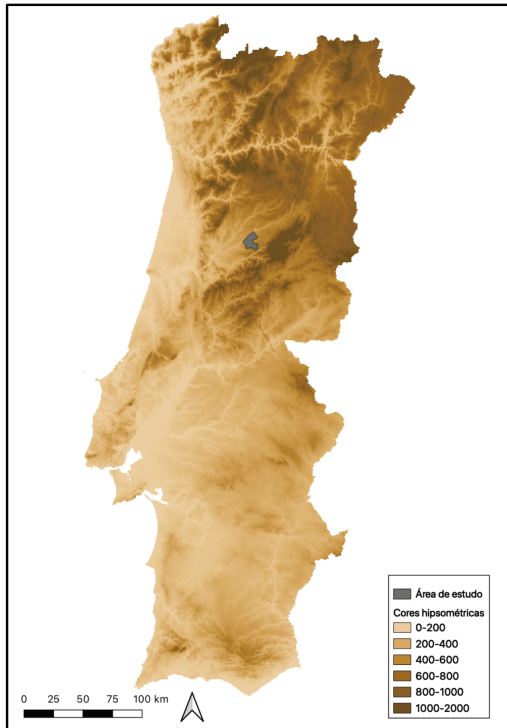
Figura 7 – Lagareta 1 do sítio do Boiçã (Travanca de Lagos).

Figura 8 – Sepultura reaproveitada para lagareta em São Bartolomeu (Meruge), (Lourenço, 2007: Estampa XXV).

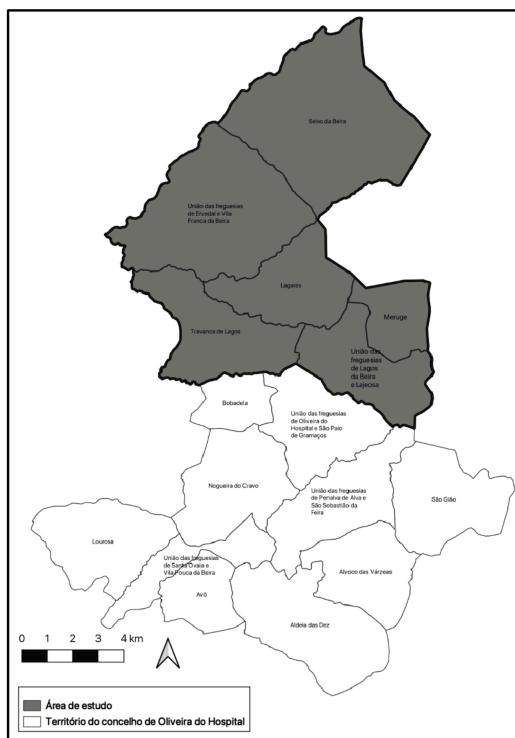
Figura 9 – Lagareta do Penedo do Gorgulão, implantada nas imediações de uma necrópole alto-medieval.

Anexo I

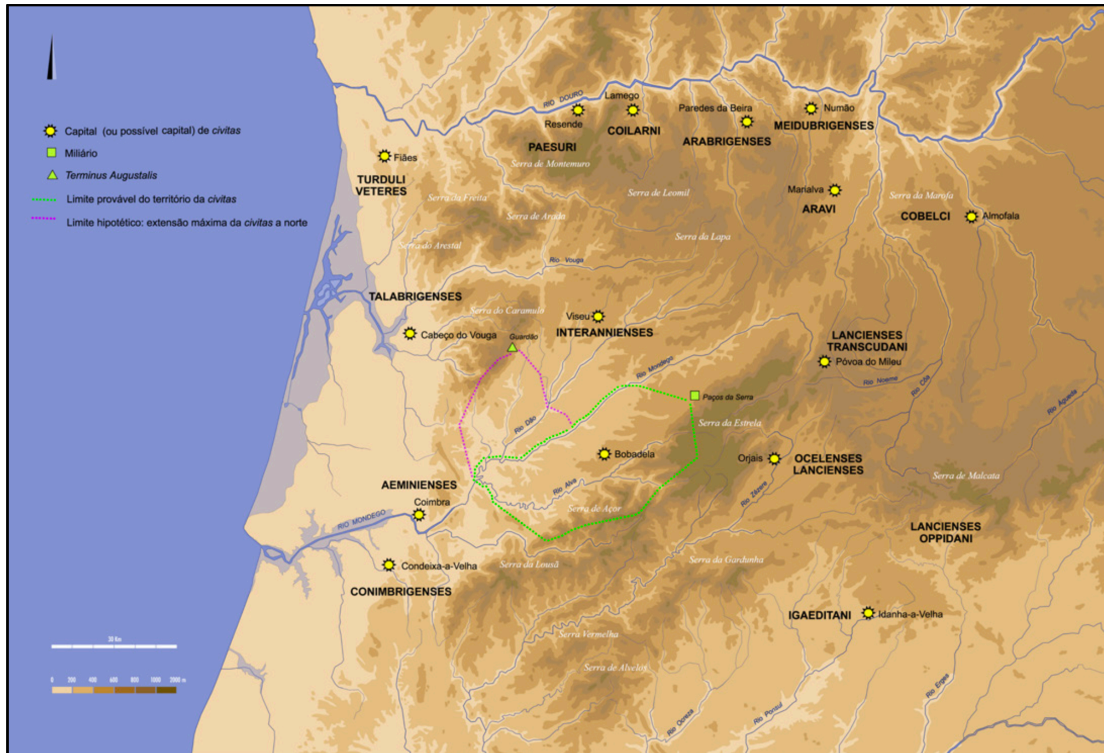
Localização da área de estudo



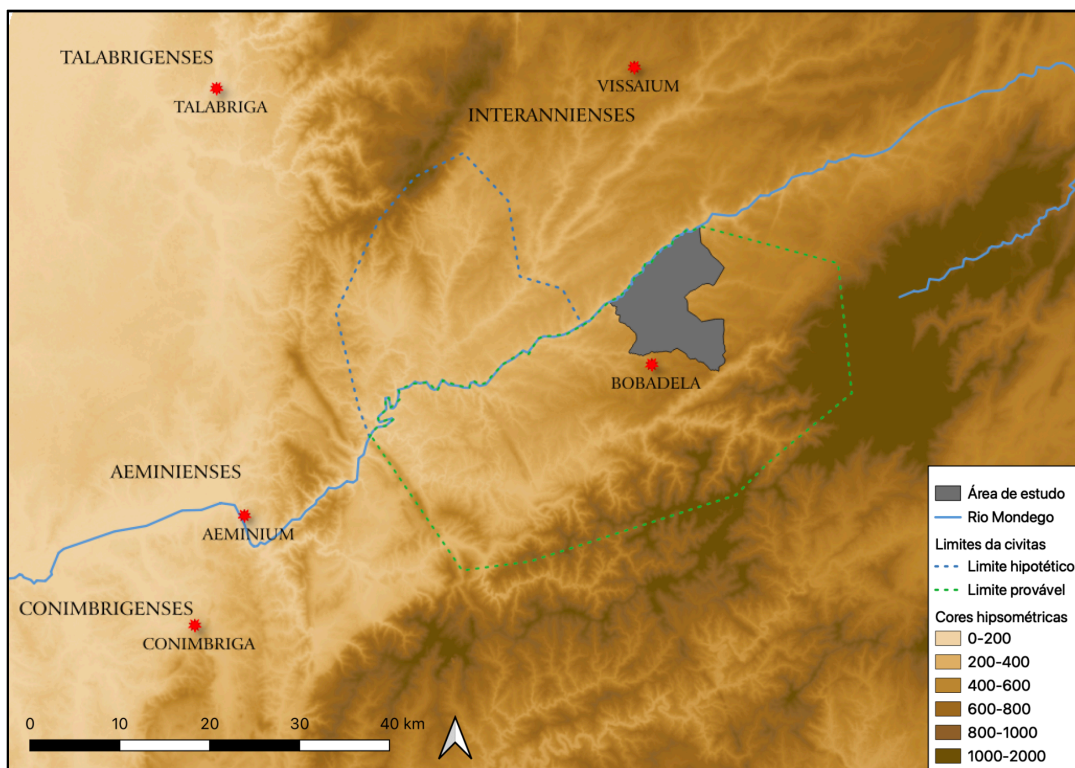
Mapa 1 – Localização da área de estudo no panorama nacional (recorrendo ao QGIS 3.10).



Mapa 2 – Mapa político-administrativo do concelho de Oliveira do Hospital e referência da área de estudo (recorrendo ao QGIS 3.10).



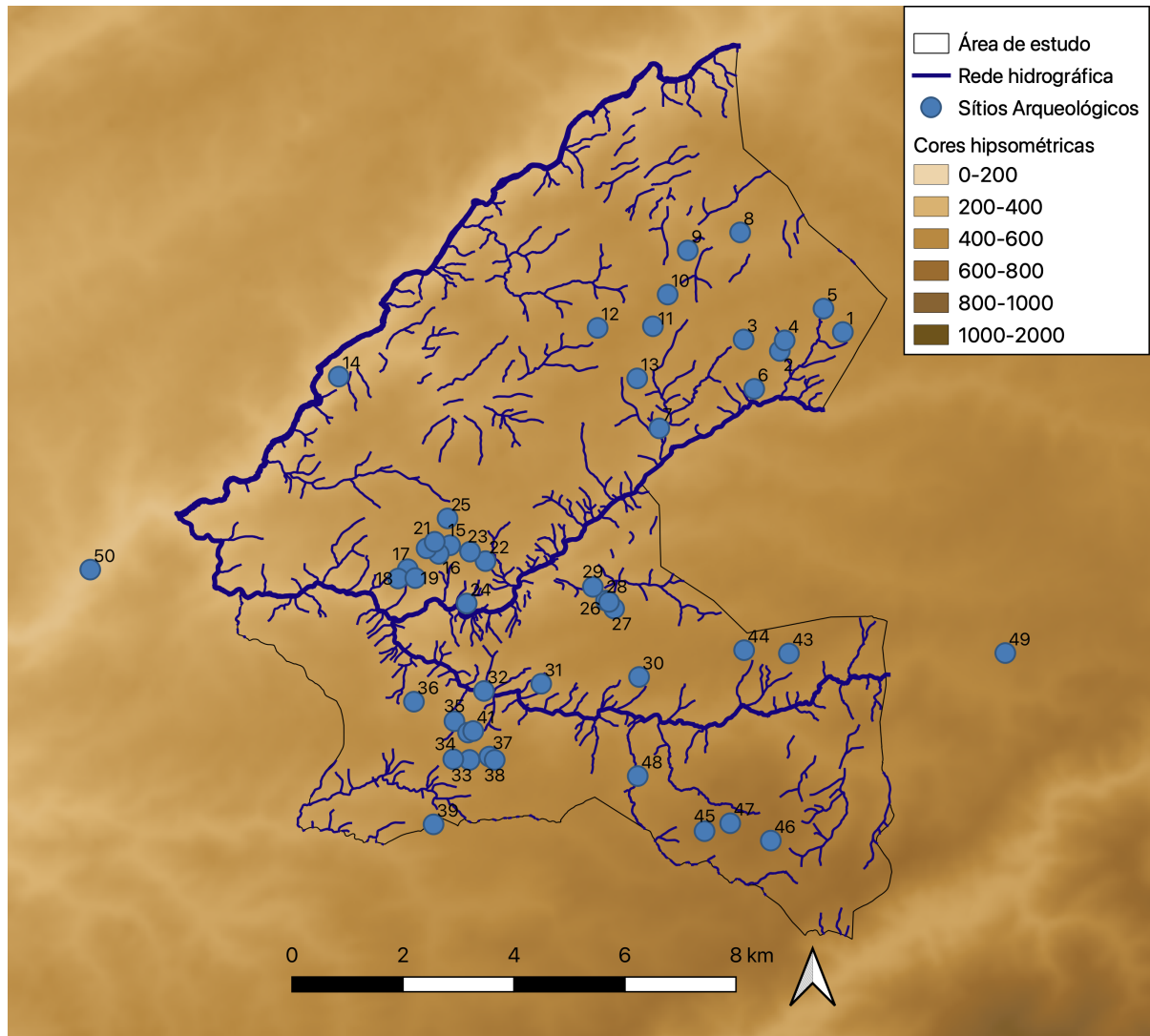
Mapa 3 – Divisão administrativa (limites) da *civitas* de Bobadela, no contexto do norte da Lusitânia (Carvalho e Silva, 2018: 25).



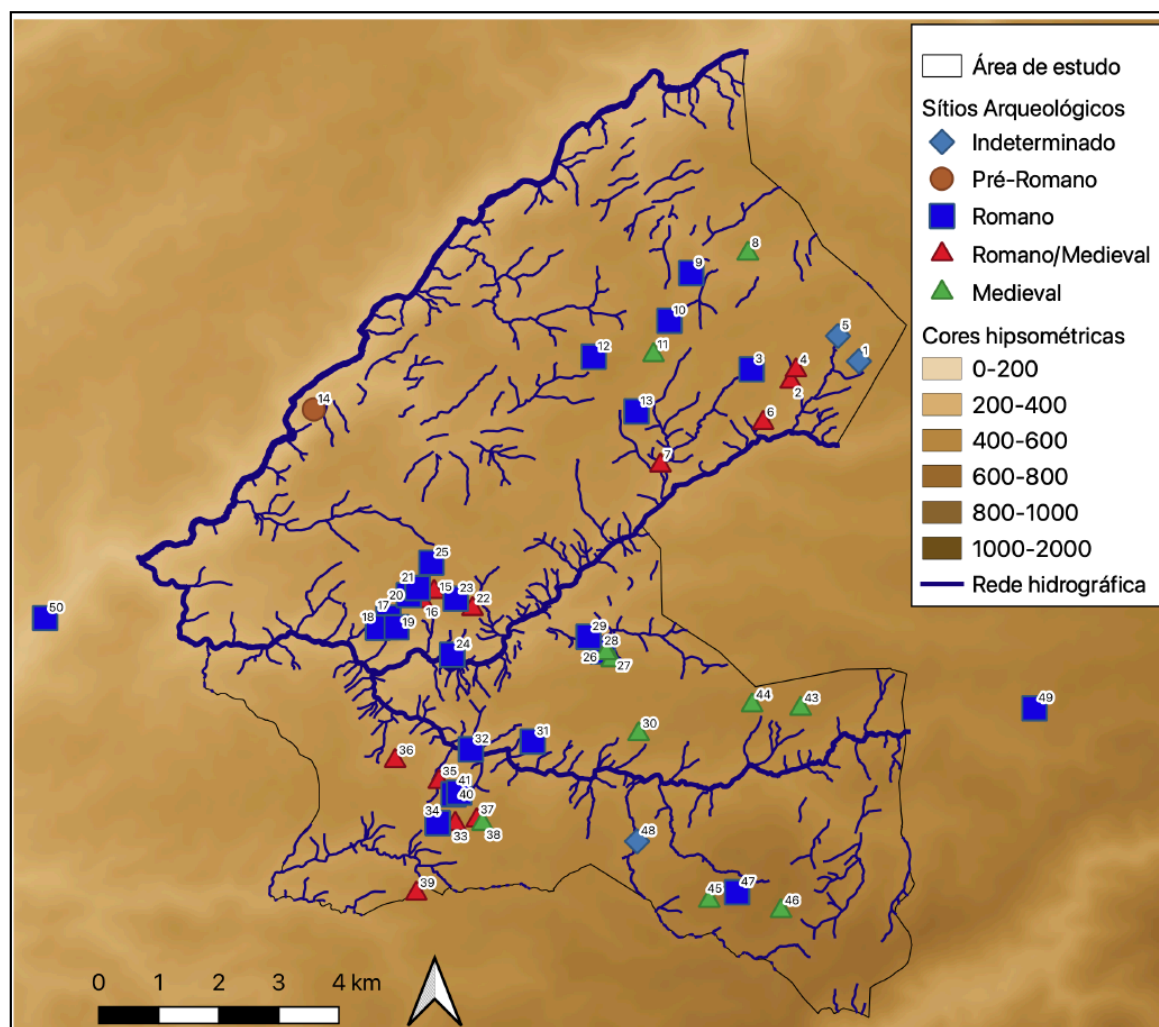
Mapa 4 – Localização da área de estudo no território da *civitas* (recorrendo ao QGIS 3.10).

Anexo II

Localização dos sítios arqueológicos



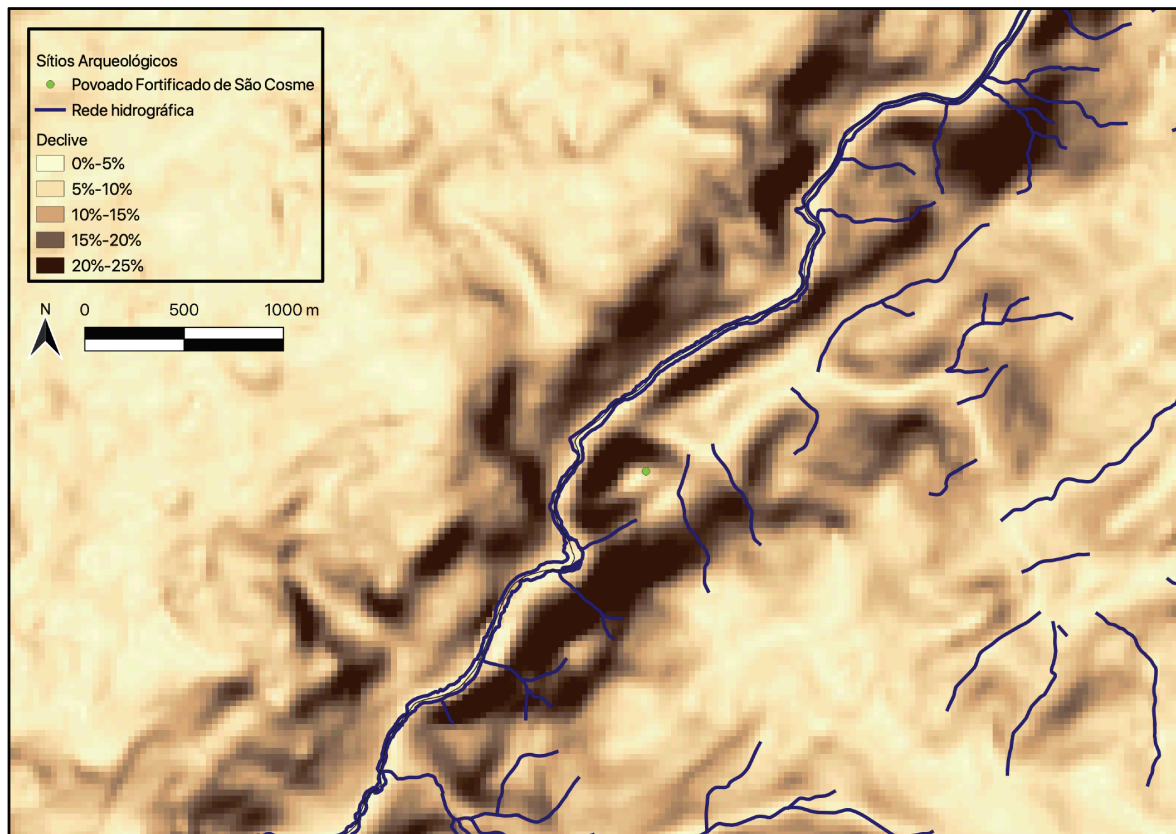
Mapa 1 - Localização dos vestígios arqueológicos na área de estudo (recorrendo ao QGIS 3.10).



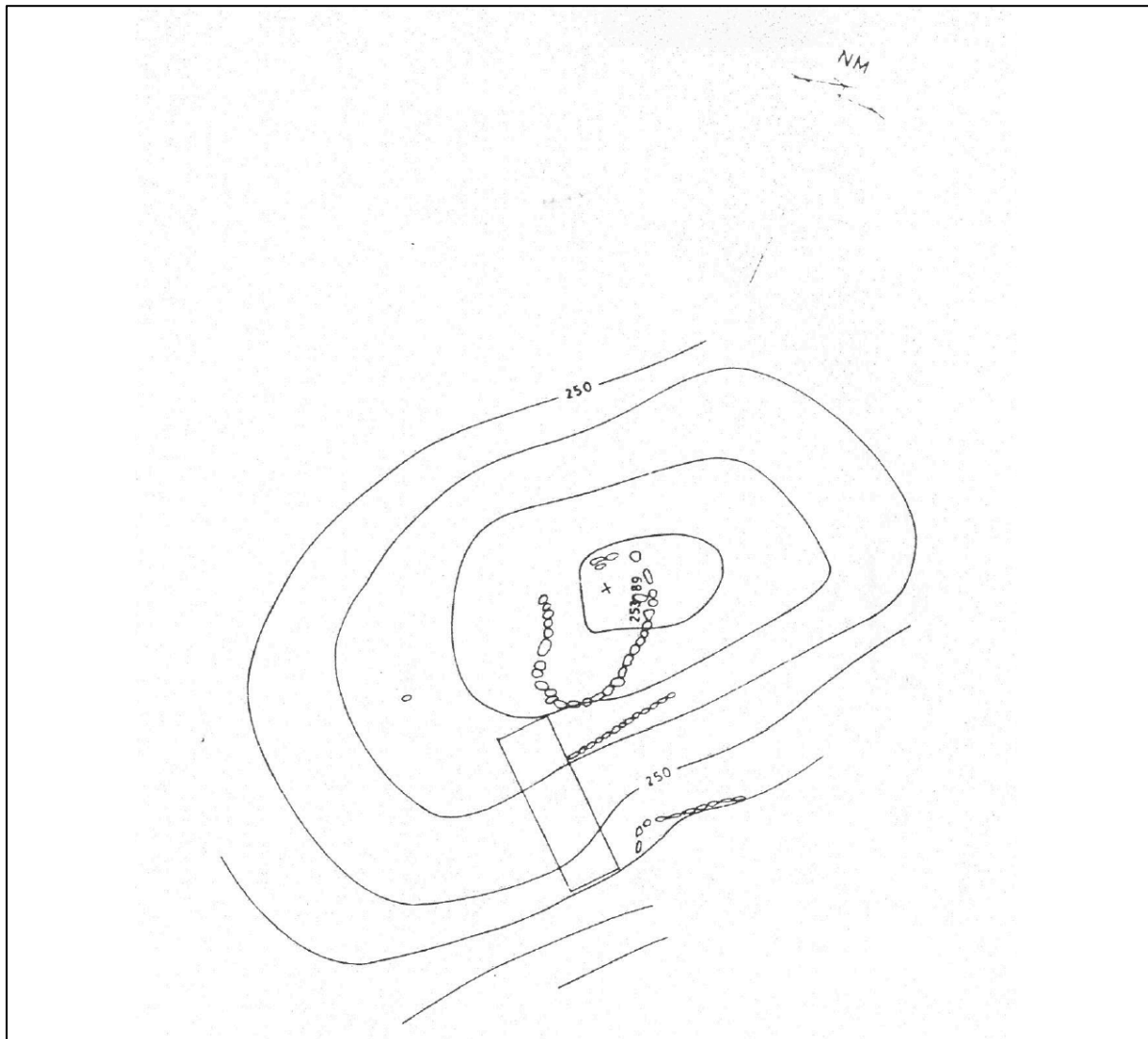
Mapa 2 - Localização dos sítios arqueológicos e as suas cronologias de ocupação (recorrendo ao QGIS 3.10).

Legenda: 1 – Anta de Curral de Mouros; 2 – Tapada; 3 – Carrascal; 4 – Lagaretas da Cerca; 5 – Sobreda I; 6 – Lagareta do Cabeço da Videira; 7 – Lagareta do Carrasco; 8 – Tapada 1; 9 – Tapada 2; 10 – Travessa da Igreja; 11 – Pinhal da Fonte do Rei; 12 – Quinta da Florência; 13 – Carvalhal; 14 – São Cosme; 15 – Passal I; 16 – Olival dos Pobres; 17 – Quinta da Serrana; 18 – Quinta da Serrana I; 19 – Vale Côvo; 20 – Devesas; 21 – Devesas I; 22 – Quinta das Cortinhas; 23 – Olivais; 24 – Quinta da Ribeira; 25 – Epígrafe; 26 – Quinta do Espinhal Mouro; 27 – Quinta do Ribeiro Mouro; 28 – Espinhal; 29 – Nevoinha; 30 – Quinta do Tojal; 31 – Calçada romana; 32 – Quinta da Via; 33 – Covelos; 34 – Covelos I; 35 – Boiçã; 36 – Quinta do Moreira de Baixo; 37 – Cumeeira; 38 – Alto Zambujeiro; 39 – Penedo do Gorgulão; 40 – Travanca de Lagos; 41 – Travanca de Lagos II; 42 – São Bartolomeu 1; 43 – São Bartolomeu 2; 44 – Ameal; 45 – Salgueiral; 46 – Mata das Forcas; 47 – Alto de São Miguel; 48 – Lajeosa I; 49 – Várzea (concelho de Seia); 50 – Ponte das Barcas (concelho do Carregal do Sal).

Anexo III
Povoamento Pré-Romano



Mapa 1 – Localização do sítio arqueológico enquadrado nos declives do terreno (recorrendo ao QGIS 3.10).



Mapa 2 – Mapa topográfico do povoado fortificado de São Cosme, demonstrando o pano de muralha identificado na zona menos acidentada, durante as escavações de João Carlos Senna-Martinez (Senna-Martinez, 1989: Figura 2.162).

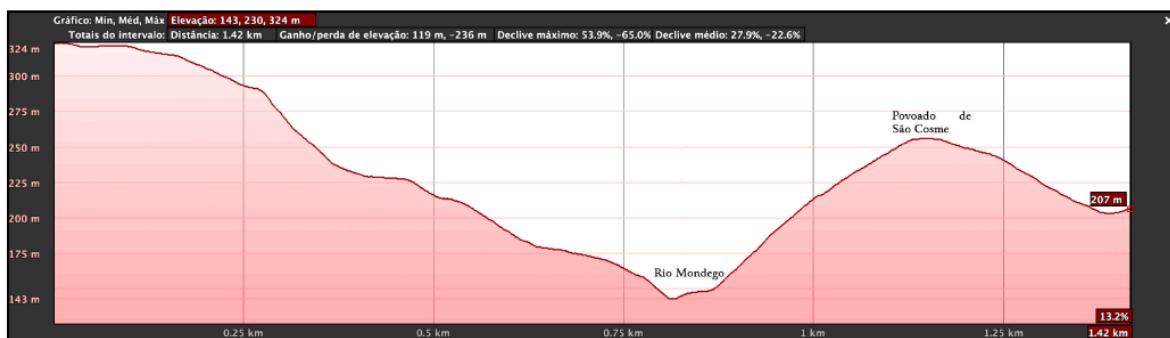


Figura 3 – Perfil de elevação do povoado de São Cosme, de oeste para este. (Conseguido através do Google Earth).

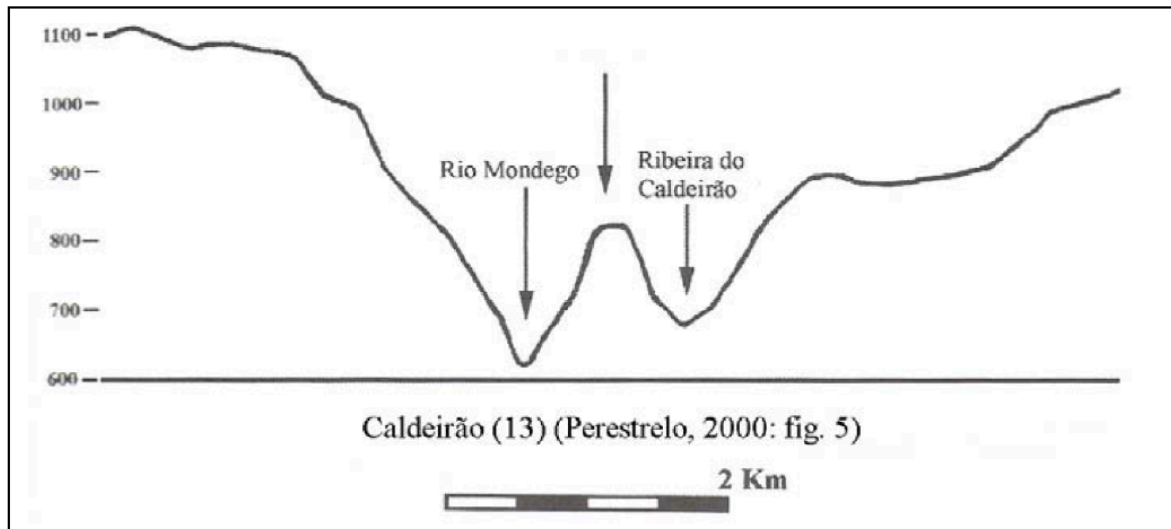


Figura 4 – Perfil de elevação análogo, do sítio do Caldeirão, da tipologia de assentamentos localizados em promontórios ou esporões fluviais.



Figura 5 – Cerâmica com decoração.

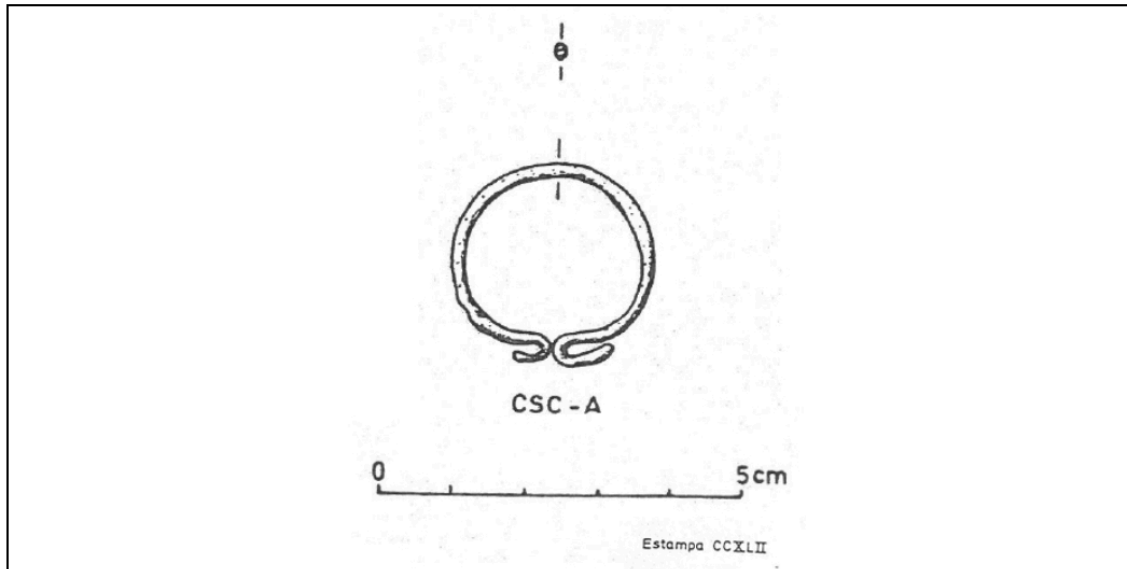


Figura 6 - Fíbula anular hispânica (Senna-Martinez, 1986: Estampa CCXLII).



Figura 7 – Cerâmica com arranque de asa interna.



Figura 8 – Cerâmica comum do Povoado de São Cosme.



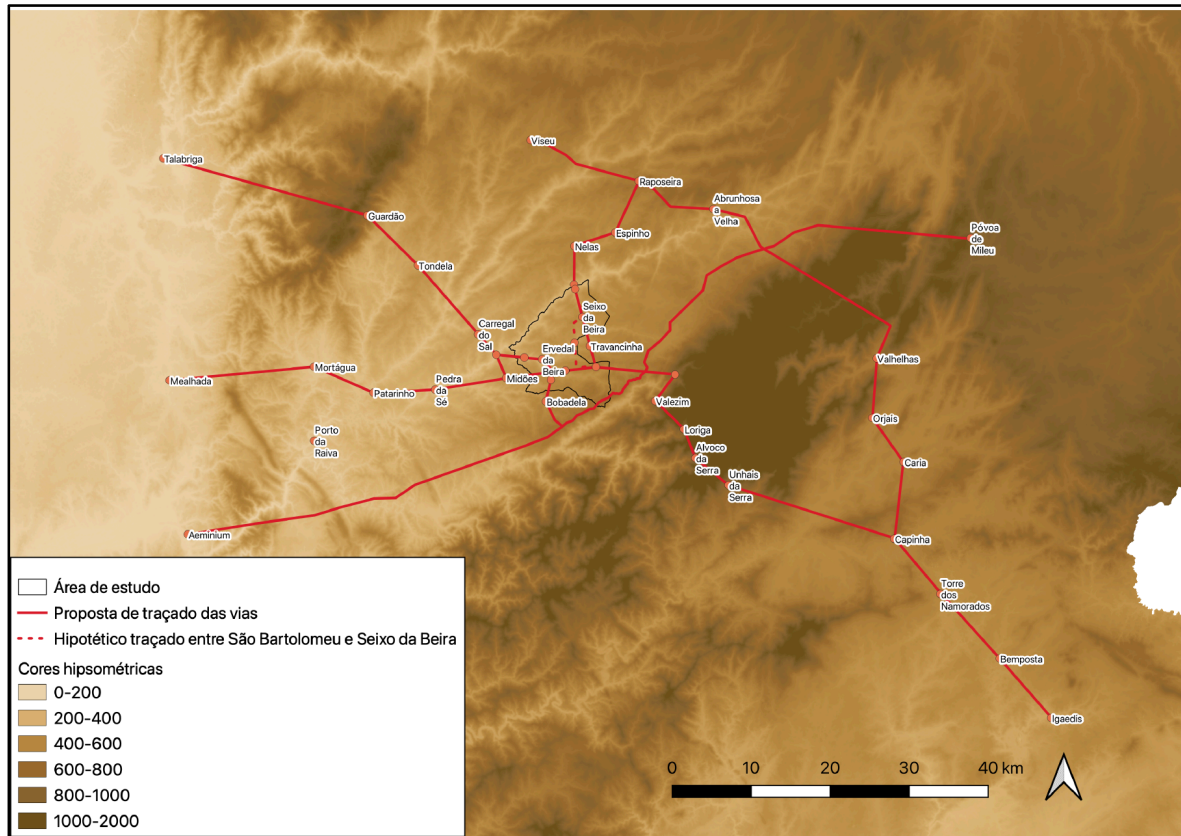
Figura 9 – Povoado de São Cosme, visto do Miradouro da Penha.

Anexo IV

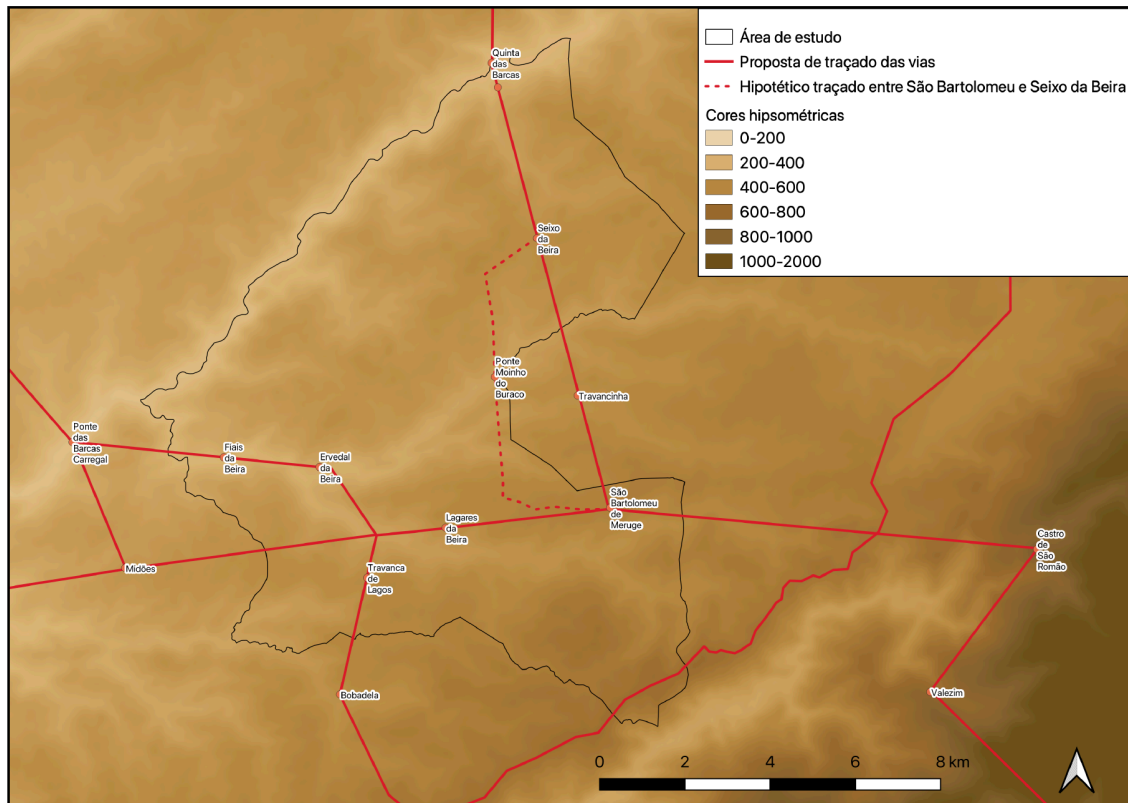
Vias Romanas



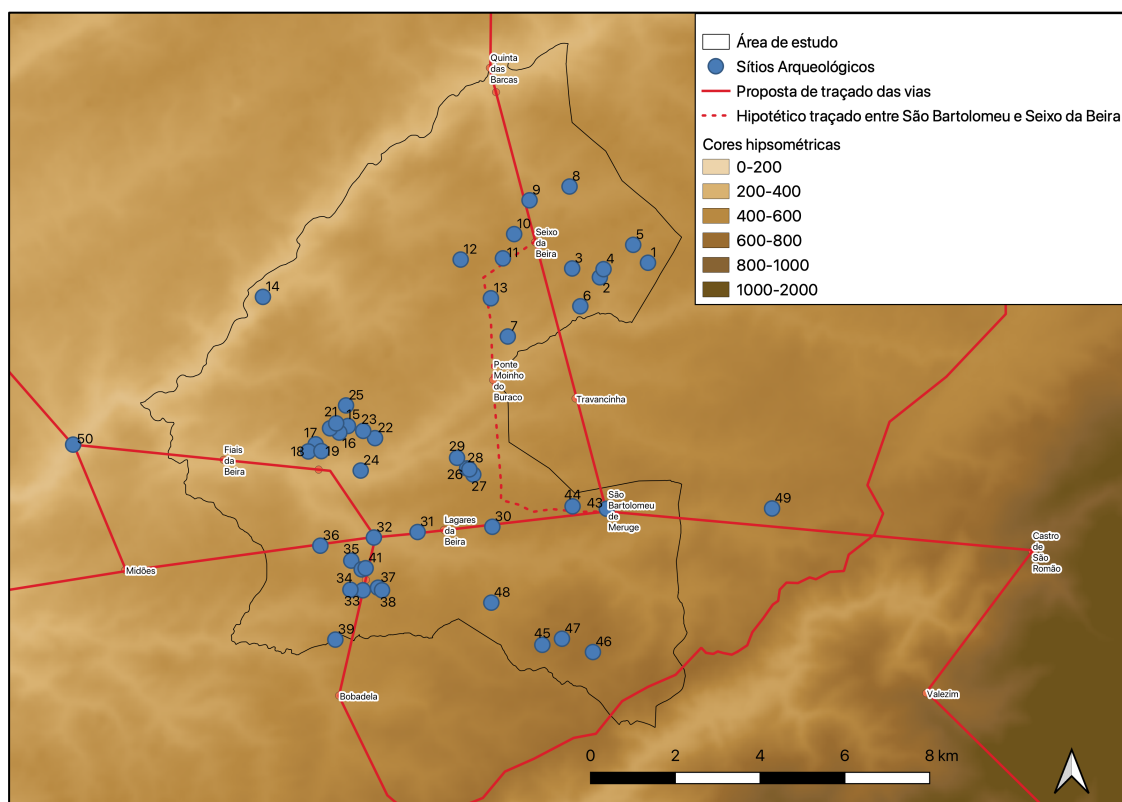
Mapa 1 – Proposta das vias romanas da Bobadela Romana no contexto do norte da Lusitânia (Carvalho e Silva, 2018: 26).



Mapa 2 – Mapa com a proposta de vias romanas (recorrendo ao QGIS 3.10).



Mapa 3 – São Bartolomeu de Meruge: um cruzamento de várias vias imperiais.



Mapa 4 – Mapa com a proposta das redes viárias na área de estudo e os sítios arqueológicos (recorrendo ao QGIS 3.10).

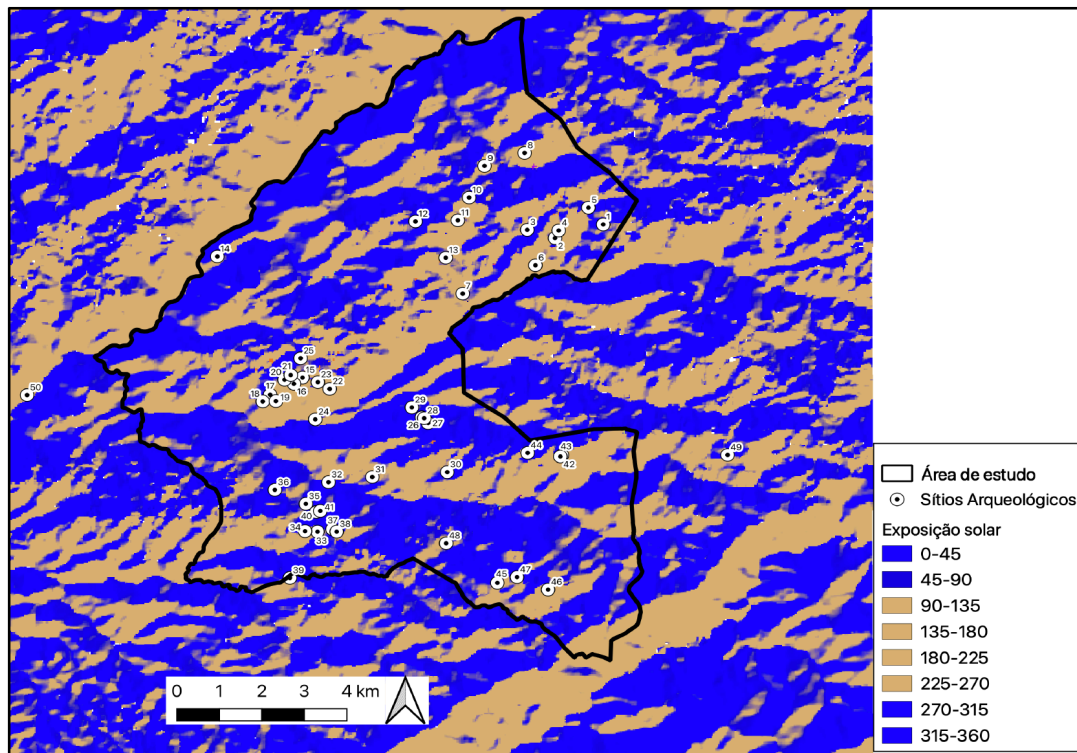


Figura 4 – Calçada romana de Lagares da Beira.

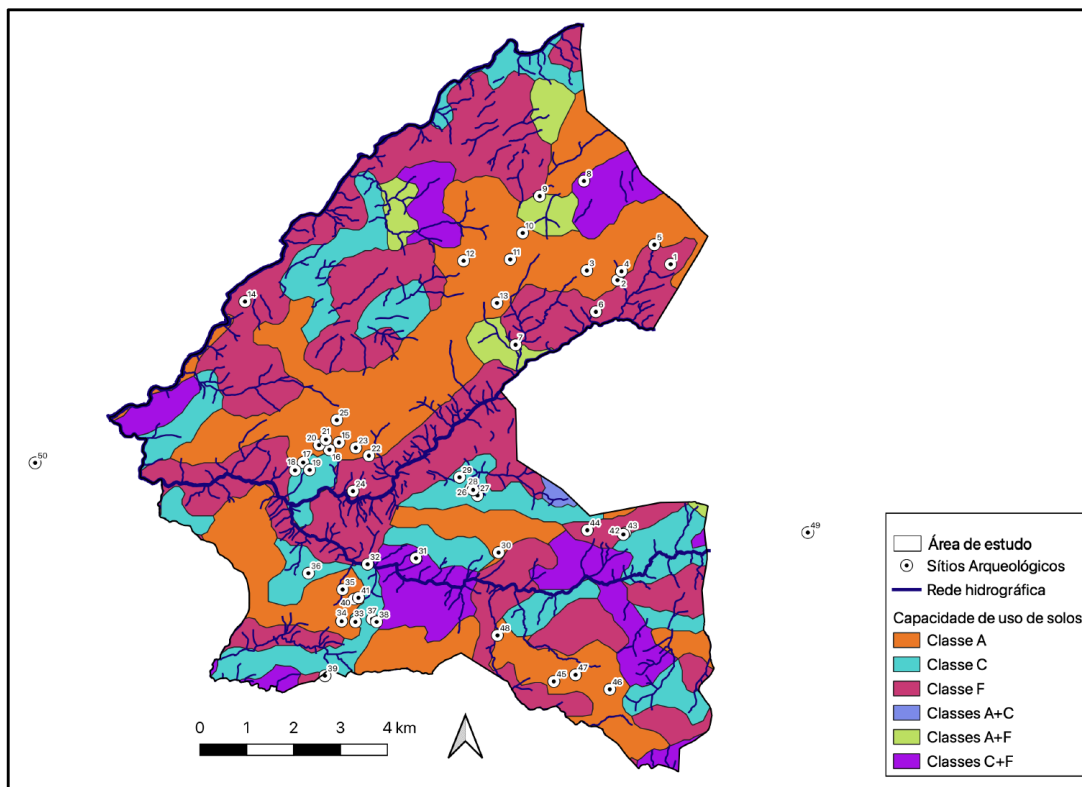


Figura 5 – Sobreposição de pontes: Ponte do Moinho do Buraco.

Anexo V
Povoamento romano



Mapa 1 – Localização dos sítios e exposição solar (recorrendo ao QGIS 3.10).



Mapa 2 – Uso dos solos e localização dos sítios arqueológicos. (recorrendo ao QGIS 3.10, com dados através da SNIG).



Figura 3 – Reaproveitamento de silhar almofadado em edificação moderna – Travessa da Igreja, Seixo da Beira.



Figura 4 – Fragmentos de material de construção – Carrascal.



Figura 5 – Fragmento de cadinho – Carrascal.



Figura 6 – Cerâmica comum e utilitária – Carrascal



Figura 7 – *Opus Caementicium* – Carrascal.



Figura 8 – Achado isolado: Ara votiva – Ervedal da Beira.



Figura 9 – Cerâmica comum feita a torno – Passal I.



Figura 10 – Cerâmica comum feita a torno – Olival dos Pobres.



Figura 11 – Terra Sigillata Hispânica e Hispânica tardia – Quinta da Serrana.





Figura 12 – Elementos arquitetónicos reaproveitados em Travanca de Lagos.



Figura 13 – Fragmento de *dolium* – Espinhal Mouro.

Anexo VI

Povoamento medieval



Figura 1 – Cabeceira de sepultura 1 – Passal I



Figura 2 – Cabeceira de sepultura 2 – Passal I



Figura 3 – Cabeceira de sepultura 3 – Muro limítrofe nascente do Passal I.



Figura 4 – Cabeceira de sepultura 4 – Muro limítrofe nascente do Passal I.



Figura 5 – Cabeceira de sepultura 5 – Muro limítrofe nascente do Passal I.



Figura 6 – Lagareta da Quinta do Moreira de Baixo (Travanca de Lagos).



Figura 7 – Lagareta 1 do sítio do Boiçã (Travanca de Lagos).

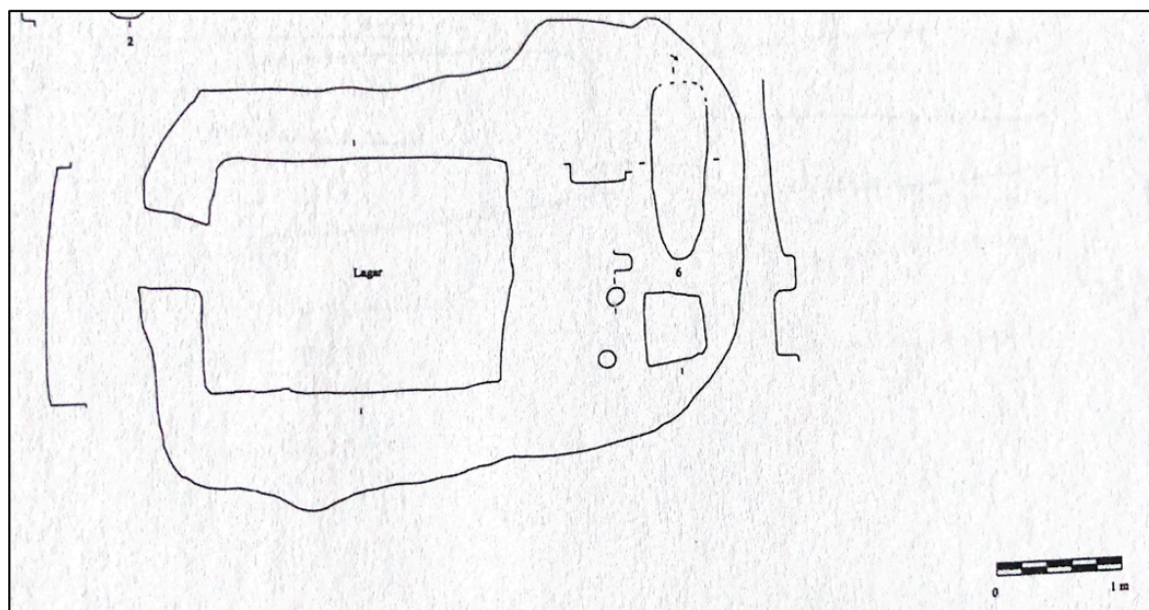


Figura 8 – Sepultura reaproveitada para lagareta em São Bartolomeu (Meruge), (Lourenço, 2007: Estampa XXV).



Figura 9 – Lagareta do Penedo do Gorgulão, implantada nas imediações de uma necrópole alto-medieval.